

Fabiano de Oliveira Bringel
Andrey Henrique Figueiredo dos Santos
Andre Felipe dos Santos Vasconcelos
(Organizadores)

MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE LUTAS POPULARES EM BELÉM-PA



Fabiano de Oliveira Bringel
Andrey Henrique Figueiredo dos Santos
Andre Felipe dos Santos Vasconcelos
(Organizadores)

**MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE LUTAS
POPULARES EM BELÉM-PA**

1ª edição

Editora Itacaiúnas
Ananindeua-PA
2021

Fabiano de Oliveira Bringel
Geógrafo e coordenador do Projeto

Ricardo Rodrigues da Rocha
Economista e pesquisador social

André Felipe dos Santos Vasconcelos
Geógrafo e pesquisador

Dioclécio Gomes
Geógrafo e Jornalista

Andrey Henrique Figueredo dos Santos
Geógrafo e pesquisador.

Integrantes do Memorial da Luta Popular em Belém do Pará (MLPB)



©2021 por Fabiano Bringel, Andrey dos Santos e Andre Vasconcelos (Organizadores)

©2021 por diversos autores

Todos os direitos reservados.

1ª edição

Conselho editorial / Colaboradores

Márcia Aparecida da Silva Pimentel – Universidade Federal do Pará, Brasil

José Antônio Herrera – Universidade Federal do Pará, Brasil

Márcio Júnior Benassuly Barros – Universidade Federal do Oeste do Pará, Brasil

Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil

Wildoberto Batista Gurgel – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Brasil

André Luiz de Oliveira Brum – Universidade Federal de Rondônia, Brasil

Mário Silva Uacane – Universidade Licungo, Moçambique

Francisco da Silva Costa – Universidade do Minho, Portugal

Ofélia Pérez Montero - Universidad de Oriente – Santiago de Cuba, Cuba

Editora-chefe: Viviane Corrêa Santos – Universidade do Estado do Pará, Brasil

Editor e web designer: Walter Luiz Jardim Rodrigues – Editora Itacaiúnas, Brasil

Editor e diagramador: Deivid Edson Corrêa Barbosa - Editora Itacaiúnas, Brasil

Editoração eletrônica/ diagramação: Walter Rodrigues

Foto de capa: Paulo Santos (Estudantes da UFPA em movimento pela meia passagem fazem um Pula Borboleta em Março de 1984)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

M533	Memórias e experiências de lutas populares em Belém-PA [recurso eletrônico] / vários autores ; organizado por Fabiano de Oliveira Bringel, Andrey Henrique Figueiredo dos Santos, Andre Felipe dos Santos Vasconcelos. - Ananindeua, PA : Itacaiúnas, 2021. 188 p. ; il. ; PDF ; 1,37 MB. Inclui índice e bibliografia. ISBN: 978-65-89910-67-1 (Ebook) DOI: 10.36599/itac-melpba 1. Movimentos Sociais. 2. Lutas populares. 3. Belém-PA. I. Bringel, Fabiano de Oliveira. II. Santos, Andrey Henrique Figueiredo dos. III. Vasconcelos, Andre Felipe dos Santos. IV. Título.	CDD 303.484 CDU 301.175
2021-4783		

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático:

1. Movimentos Sociais 303.484
2. Movimentos Sociais 301.175

E-book publicado no formato PDF (*Portable Document Format*). Utilize software [Adobe Reader](#) para uma melhor experiência de navegabilidade nessa obra.

O conteúdo desta obra, inclusive sua revisão ortográfica e gramatical, bem como os dados apresentados, é de responsabilidade de seus participantes, detentores dos Direitos Autorais.

Esta obra foi publicada pela **Editora Itacaiúnas** em dezembro de 2021.

Às companheiras e aos companheiros que lutam por vida digna.

In memoriam:

A Maxwell Ferreira

Ao Binho

Ao Gerson Costa

AGRADECIMENTOS



O Memorial da Luta Popular de Belém do Pará (MLPB) foi construído por vários braços. Portanto, não foi uma tarefa das mais fáceis desenvolvê-lo nesse período pandêmico de COVID-19. Por isso, gostaríamos de agradecer a todas e todos que direta ou indiretamente contribuíram para a materialização desse livro e do projeto, o qual é fruto de debates e ações coletivas nos contextos das suas lutas sociais amazônicas.

Gostaríamos de agradecer, também, às militantes e aos militantes históricos dos movimentos sociais de Belém, que participaram das nossas programações a partir dos debates e atividades de divulgação.

Aos centros comunitários que nos abrigaram e acreditaram na nossa proposta de trabalho.

À nossa revisora pela leitura cuidadosa e crítica dos textos, Evillys Martins de Figueiredo.

Por fim, as autoras e autores que contribuíram com os seus textos para que fossem publicados nesta obra.

“A memória guardará o que valer a pena. A memória sabe de mim mais que eu; e ela não perde o que merece ser salvo.” – **(Eduardo Galeano, no livro “Dias e noites de amor e de guerra”).**

SUMÁRIO

Apresentação

Os organizadores do livro

Parte 1

Memórias e resistências: um panorama dos movimentos sociais populares na Região Metropolitana de Belém (RMB)

Movimentos sociais, conflitos urbanos e luta popular em Belém do Pará

*Andre Felipe Dos Santos Vasconcelos
Márcio Douglas Brito Amaral
Vandyson Cleiton Pina Costa*

Direito a Belém (PA): mobilizações sociais e acumulação de capital na questão histórica do transporte público urbano

*Cleyton Alves Candeira Pimentel
José Raimundo Barreto Trindade
Giancarlo Livman Frabetti
Andrey Henrique Figueiredo dos Santos*

Usuários de crack e/ou similares e suas territorialidades no bairro da Campina, em Belém: vulnerabilidade e re-existência no espaço público

*Alan Pereira Dias
Rayanne de Souza Carvalho*

Educação popular e espaço social: bases comunitárias de um cursinho pré-vestibular na capital paraense, cenários de uma análise entre os anos 2017 e 2019

*Vandyson Cleyton Pina Costa
Sérgio Luís Barbosa da Silva
Andre Felipe dos Santos Vasconcelos*

Resistência e memória: cabanagem, identidade, colonialidade capitalista e as lutas urbanas na contemporaneidade de Belém do Pará

Yasmim Pereira Yonekura

As resistências dos negros em cartões postais em Belém: um recurso para a Geografia das relações étnico-raciais

*Luana Carina Moraes Machado
Fabiano de Oliveira Bringel*

Dos Mártires de Abril ao assentamento: as influências das políticas públicas territoriais na Ilha de Mosqueiro, Belém-PA

*Danillo Vaz Costa
Fabiano de Oliveira Bringel
Andrey Henrique Figueiredo dos Santos*

A festa da Chiquita: espaço sagrado e profano na fé-sta do Círio de Nazaré – Belém-PA

*Arthur Erik Monteiro Costa de Brito
Dérick Lima Gomes*

Parte 2

Expressões artísticas de resistências populares em âmbito amazônico: desafios e perspectivas

Movimentos

Fernanda Tamie Isobe Lima

A guerra

Clei Souza

Poética

Clei Souza

Tinha uma pedra no meio da passeata

Clei Souza

A feira

Clei Souza

Ah! Amazônia, quem és tu? Quem sou eu?

Ingridy Cristina de Jesus Ferreira

As lutas da/na Amazônia

Ingridy Cristina de Jesus Ferreira

Luta popular urbana e ações de propaganda em Belém do Pará: povo na rua por vida digna e contra o Estado genocida

Movimento de Organização de Base (MOB-Pará)

Sobre as(os) autoras(os)

Índice remissivo

APRESENTAÇÃO



O presente *e-book*¹ é um dos desdobramentos do Projeto “Memorial da Luta Popular de Belém do Pará – MLPB” e representa uma iniciativa contemplada pelo edital “*Museus e Memoriais de Base Comunitária*”, com financiamento público do Governo Federal por meio da Lei Aldir Blanc, em parceria com a Secretaria de Cultura do Pará (SECULT-PA).

Tal projeto é uma construção coletiva e visa ser um dos instrumentos de mobilização dos mais diversos setores da sociedade oprimida, os quais estão dispostos a enfrentar as desigualdades e, assim, ampliar a participação popular nas tomadas de decisões sobre suas próprias vidas nos bairros, nos seus espaços e territórios de vida. Trata-se de uma construção em parceria com centros comunitários com o objetivo de ser um observatório das lutas comunitárias, buscando a ampla divulgação e o compartilhamento de relatos e memórias de luta popular por uma vida digna em Belém e região metropolitana.

Historicamente, Belém foi e continua sendo um espaço de embates e reivindicações da classe trabalhadora. A mesma classe que é explorada pelos agentes do modelo neoliberal que, em larga escala, visam esmagar não só as populações urbanas (com salários achatados, transporte e condições de vida precários, serviços e infraestruturas insuficientes), mas também as comunidades amazônidas ribeirinhas, quilombolas, indígenas e camponesas, bem como as populações de cidades médias nos rincões do avanço do agro-hidro-negócio que destrói e desagrega territórios.

Inserida na região amazônica, Belém expressa a *socio-bio-etno-diversidade* da população e da floresta, as quais seguem nas trincheiras de *r-existência* durante séculos, sendo obrigadas a conviver com a exploração, e com os mandos e desmandos dos agentes do grande capital que usurpam comunidades inteiras sob a égide da histórica

¹ Livro em formato digital.



acumulação por espoliação, bem como por meio da atual expansão das frentes e fronteiras do agro-hidro-negócio.

Essa população belenense se organizou, deu origem aos diversos bairros atuais e construiu fortemente as suas territorialidades, sobretudo a partir do processo de metropolização da cidade na segunda metade do século XX, momento em que a luta por moradia se intensificou e evidenciou inúmeros conflitos fundiários, colocando face a face o Estado, o capital e os movimentos sociais com suas bandeiras de luta (educação, moradia, saneamento, emprego e renda, dignidade no acesso à cidade etc.).

Nesse sentido, diversos movimentos populares foram surgindo e se articulando. Era um período turbulento, já que o país enfrentava as perversidades da ditadura empresarial-militar, e a população local sofria com as condições de insalubridade e segregação em que se encontrava a cidade, fruto de um processo de urbanização marcado pela desigualdade sócio-espacial.

Na efervescência do momento, a cidade foi se alargando para além da centralidade da primeira légua patrimonial, levando consigo o modo urbano de vida que entrava em choque com a ruralidade e o modo de vida ribeirinho. Ressalta-se que, com o avanço das políticas militares de povoamento e de instalação dos grandes projetos para a Amazônia, uma grande leva de migrantes trabalhadores chegou à região e se inseriu precariamente nos núcleos urbanos. Parcela considerável da população de Belém fez parte desse processo, sendo abandonada à própria sorte após a finalização das obras. Estas pessoas desterritorializadas passaram a se re-territorializar, tecendo, assim, a história recente da cidade.

À semelhança das décadas passadas, o cenário atual ainda é de precarização da vida na Amazônia, permeado pelos conflitos socioambientais. Isso faz com que surjam novos movimentos sociais nesse contexto.

O livro **Memórias e Experiências de Lutas Populares em Belém-PA** busca apresentar brevemente essa conjuntura articulada, enquanto memória viva de processos que ainda acontecem em Belém e podem ser analisados nos relatos aqui abordados.



Portanto, o livro está agrupado em temáticas similares e organizado em duas partes: “*Memórias e resistências: um panorama dos movimentos sociais populares na Região Metropolitana de Belém (RMB)*” e “*Expressões artísticas de resistências populares em âmbito amazônico: desafios e perspectivas*”.

Na parte 1, reunimos textos que discutem diferentes contextos da RMB: os processos de resistências populares no cotidiano, nas espacialidades do dia a dia, no *devoir* frenético pela sobrevivência. As autoras e os autores têm em comum abordagens temáticas que envolvem a cidadania e a busca pela efetivação dos direitos socioculturais e sociopolíticos das populações amazônicas. Por isso, como pano de fundo, os textos da primeira parte dialogam com temáticas que atravessam a questão urbana, por meio do direito à cidade, até chegar à problemática agrária, a qual perpassa pelo tema do direito à reforma agrária. A interpretação, contudo, não foi realizada de forma dicotômica, mas demonstra um diálogo entre as fronteiras dos grupos sociais que, por sua vez, se apropriam do conjunto de representações que tensionam a realidade com pautas de lutas em comum, buscando a concretização dos seus direitos.

Na parte 2, optamos por um caráter próximo ao que se costuma chamar de “seção livre” para o *e-book*, pois acreditamos que existem formas diversas das práticas de resistências no cotidiano (não menos importantes do que os trabalhos encontrados na parte 1). Nesse sentido, os trabalhos revelam o potencial das artes como formas de enfrentamento pensadas no contexto amazônico. Literaturas (por meio de poemas e textos em prosa) e fotografias (ensaio fotográfico expresso no “muralismo”) são algumas dessas expressões abordadas na segunda parte do livro como meios de resistências. *Resistência* é a palavra de ordem dessa seção, desvelada pelas representações artísticas populares.

Nesse caminho, o livro inicia com o capítulo intitulado “**Movimentos sociais, conflitos urbanos e luta popular em Belém do Pará**”. O trabalho apresenta um breve histórico de algumas das principais lutas populares urbanas travadas na cidade e seus arredores, como as ilhas e municípios da região metropolitana. Busca-se resgatar as histórias da produção dos espaços de lutas e, assim, contribuir para a continuidade e



registro das memórias que, ao longo do tempo, foram e ainda são tecidas pelos movimentos populares desse recorte sócio-espacial amazônico.

Em **“Direito a Belém (PA): mobilizações sociais e acumulação de capital na questão histórica do transporte público urbano”**, os autores instigam uma possível correlação entre planejamento urbano e movimentos sociais em dois recortes históricos comparativos na metrópole belenense: a época do governo militar (1964-85), com o Plano de Desenvolvimento da Grande Belém, e o período de 2005-2013, com os efeitos do Plano Diretor de 1995. Portanto, em uma leitura à luz da obra do geógrafo David Harvey, os autores argumentam que é possível observar que o tema da mobilidade urbana, como um fio condutor, transpassa os principais conflitos sociais na luta pela meia-passagem, revelando-se como uma contradição estrutural na história da metrópole.

No capítulo **“Usuários de crack e/ou similares e suas territorialidades no bairro da Campina, em Belém: vulnerabilidade e re-existência no espaço público”**, os autores analisam, por meio de uma qualidade na técnica de imersão, a territorialidade destes usuários. Segundo os autores, as vidas de tais pessoas são marcadas por precariedades e marginalização, e muitos deles se encontram em situação de rua ou passam boa parte do tempo nela. Além disso, destacam a necessidade de pensar as microrresistências cotidianas dos sujeitos, atreladas à perspectiva da redução de danos, para que se conceba processos de transformação e/ou amenização de aspectos negativos do contexto, compondo um horizonte ético-político ampliado de re-existência, enquanto reivindicação de um modo de vida, de uma subjetividade outra.

O capítulo **“Educação popular e espaço social: bases comunitárias de um cursinho pré-vestibular na capital paraense, cenários de uma análise entre os anos 2017 e 2019”** analisa como os recentes movimentos de educação popular na cidade de Belém do Pará vêm enfrentando as mazelas e desigualdades sociais, no sentido de contribuir para o acesso de jovens da periferia metropolitana às instituições públicas de ensino superior por meio de experiências de cursinhos populares. Tais movimentos seguem uma trajetória de luta por educação popular e por direitos construída desde



os tempos da ditadura militar no Brasil e, atualmente, contribuem para mudanças e melhorias nas condições de vida de jovens e adultos de bairros populares de Belém.

Realizando um resgate emblemático das lutas fomentadas na cidade de Belém, a autora de **“Resistência e memória: cabanagem, identidade, colonialidade capitalista e as lutas urbanas na contemporaneidade de Belém do Pará”** nos traz reflexões históricas a partir do maior levante popular do Norte do Brasil, e as possíveis lições aprendidas pelos movimentos sociais na resignificação da luta política por direitos frente ao capitalismo neoliberal.

Os autores do capítulo **“As resistências dos negros em cartões postais em Belém: um recurso para a Geografia das relações étnico-raciais”** apresentam uma metodologia pouco explorada no ensino de Geografia em ambiente escolar, que é o desenvolvimento do ensino baseado nas produções de cartões-postais. Os autores acreditam que a produção dos cartões-postais pode ser um importante instrumento para dar visibilidades a determinadas paisagens, trazendo como exemplo os movimentos de resistência negra na cidade de Belém.

No contexto de luta pela terra, o trabalho **“Dos Mártires de Abril ao assentamento: as influências das políticas públicas territoriais na Ilha de Mosqueiro, Belém-PA”** apresenta o histórico do processo de construção do Assentamento Mártires de Abril, e os desafios da agricultura familiar camponesa no atual cenário de desmantelamento das políticas públicas para o campo brasileiro. Na busca pela autonomia camponesa, os autores compartilham a primeira experiência agroecológica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado do Pará, localizada no referido assentamento.

Por fim, o último capítulo da parte 1 do livro, **“A festa da Chiquita: espaço sagrado e profano na fé-sta do Círio de Nazaré - Belém-PA”**, analisa as tensões e disputas territoriais entre a Igreja Católica, o Estado e os organizadores da Chiquita, evento profano realizado pela comunidade LGBTQIA+ na capital paraense há mais de 40 anos. Por meio de um olhar geográfico, os autores apresentam as sucessivas estratégias territoriais que buscam restringir, e mesmo des-territorializar, a Festa da Chiquita do local onde ela é realizada há décadas (próximo, espaço-temporalmente, às



duas principais procissões do Círio); bem como mostram a resistência dos participantes da festividade profana diante desse processo, cuja mobilização se caracteriza por ser, ao mesmo tempo, uma luta pelo direito à diferença e por território.

Iniciando a segunda parte, **“Expressões artísticas de resistências populares em âmbito amazônico: desafios e perspectivas”**, temos o escrito **“Movimentos”**, onde a poetisa (e, também, psicóloga-clínica) cria um jogo entre aspectos da natureza amazônica e humana. Uma assentada sobre a outra, com tantos elementos e relações que os termos se confundem. Quem planta quem? Finca-se uma ideia? Chega-se aonde depois de tão longe? Movimentar é preciso.

Em seguida, temos uma sequência de quatro poemas: **“A guerra”**, **“Poética”**, **“Tinha uma pedra no meio da passeata”** e **“A feira”**. O autor nos provoca, no melhor sentido do termo, com seus poemas que perpassam pela fronteira do absurdo e da revolta, abordando os interesses das classes dominantes para a manutenção do *status quo* e a violência estatal sofrida pela população subalternizada; bem como traz indignação, onde a rebeldia reverbera, nos dando esperanças de que somente a luta popular pode mudar a realidade.

Na sequência, temos duas prosas: a primeira se chama **“Ah! Amazônia, quem és tu? Quem sou eu?”**. A partir da sua sensibilidade apurada e experiências em comunidades camponesas no Norte e Nordeste do Brasil, a autora debate acerca da identidade regional que se forja da Amazônia pelos próprios amazônidas, sentida pela alteridade quando confrontada sobre quem somos, enquanto sujeitos que vivem nessa região, e como o outro nos vê. Também questiona a ideia homogênea de que se teria apenas uma Amazônia, quando, na verdade, falamos de Amazônia. Já na segunda prosa, intitulada **“As lutas da/na Amazônia”**, a mesma autora reflete sobre as resistências de homens e mulheres do campo, no caso específico de Maria do Espírito Santo e José Cláudio, casal de ambientalistas assassinado em 2011, em Nova Ipixuna, estado do Pará, que lutou pela proteção da floresta e se tornou vítima da violência contra defensores e defensoras de direitos humanos na Amazônia. Suas ideias-pensamentos seguem sendo sementes e dando sentidos a continuidades das lutas em



defesa da floresta e da terra. Semeaduras que acontecem no interior da floresta no estado do Pará.

Finalizando a segunda parte, temos a partir de um conjunto de imagens o ensaio intitulado “**Luta popular urbana e ações de propaganda em Belém do Pará: povo na rua por vida digna e contra o Estado genocida**”, uma iniciativa construída a vários braços pelo Movimento de Organização de Base (MOB-Pará) e por simpatizantes da luta, potencializando a organização popular e a mobilização diante das imposições do sistema capitalista e do Estado genocida. As imagens representam os anseios sociais de uma parcela da população, a qual está saturada pelas desigualdades e que tem na organização de base uma de suas principais ferramentas para combater as opressões.

Espera-se que a leitura deste trabalho possa contribuir para fomentar a luta popular em Belém e para que as memórias não se percam, mas sejam chamadas da resistência amazônica. Que possa ser um chamado para o enfrentamento nessa encruzilhada sócio-espacial e histórica que vivenciamos na busca de uma sociedade horizontal, capaz de erradicar mazelas e promover condições dignas de vida.

Desejamos a todas, todos e todes uma ótima leitura.

¡Arriba las y los que luchan!

Os organizadores
Belém/PA
Novembro de 2021



PARTE 1**MEMÓRIAS E RESISTÊNCIAS: UM PANORAMA DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES NA REGIÃO
METROPOLITANA DE BELÉM (RMB)**

MOVIMENTOS SOCIAIS, CONFLITOS URBANOS E LUTA POPULAR EM BELÉM DO PARÁ



Andre Felipe Dos Santos Vasconcelos
Márcio Douglas Brito Amaral
Vandyson Cleiton Pina Costa

Introdução

O presente capítulo visa contribuir para o resgate de momentos importantes para a luta popular, bem como expor um breve panorama das recentes formas de lutas sociais encampadas no contexto de Belém do Pará.

Como marco temporal, parte-se do apanhado histórico da segunda metade do século XX, cenário em que se acentuaram as ações dos movimentos sociais de luta pelos direitos em uma conjuntura de transformações metropolitanas na cidade.

Faz-se uma rápida contextualização da produção do espaço de Belém, apontando para alguns marcos da formação sócio-espacial da cidade, os quais estão relacionados a mudanças regionais que atingiram o espaço amazônico, contribuindo para o processo de metropolização e reestruturação urbana que afetou a vida e o cotidiano belenense.

É nesse âmbito de transformações e ressignificações do espaço e das estruturas urbanas que os/as agentes redesenharam - e ainda redesenham - suas territorialidades, o que, ao longo da quadra histórica elencada, ocasionou em grande medida os conflitos e disputas pelo uso e apropriação do solo urbano.

O tecido sócio-espacial foi produzido em meio à dissensão, e as lutas sociais, sobretudo pelo direito à moradia, foram se acentuando em diversas áreas, conformando as chamadas ocupações urbanas que geraram bairros como Terra Firme, Jurunas, Guamá, Marambaia, Paracuri, PAAR e tantos outros.

Tais bairros, essas formas urbanas, são expressões da luta popular travada ao longo dos anos em contraposição à violação de direitos e à desigualdade dela decorrente. A união das pessoas em comitês, associações de moradores, movimentos



de educação popular, centros comunitários e comissões, dentre outras formas de organização social, delineou diversos ensinamentos socioterritoriais que até hoje são tidos como instrumentos de aprendizagem para tocar as bandeiras de lutas nos bairros.

Esses fatores representam a importância de sempre se ter em mente o ponto de partida histórico para a continuidade da luta por vida digna, enquanto horizonte a ser constantemente buscado e, por isso, entendemos ser esse apanhado uma continuidade das propostas de reflexão para fomentar lutas vindouras.

Deseja-se que este texto possa aquecer ainda mais a chama da luta popular em Belém, visando se somar a outros escritos e reflexões dos mais diversos campos do conhecimento sobre os movimentos sociais emancipatórios.

Belém: contextualização histórica e produção do espaço

Segundo Eidorfe Moreira (1989 apud TRINDADE JR., 2016, p. 22), são três as fases do crescimento da cidade de Belém:

A fase ribeirinha, a qual tem como marco inicial a sua fundação no ano de 1616, indo aproximadamente até os anos do século XVIII; a fase de penetração, que vai dos anos do século XVIII até os anos do século XIX; e, por último, o autor sinaliza a fase de continentalização, que compreende os anos do século XIX em diante.

No período de sua formação, a organização espacial de Belém esteve relacionada a uma rede urbana dendrítica, isto é, junto aos rios (TAVARES, 2011). A localização do município (uma península limitada pelo rio Guamá ao sul, pela Baía do Guajará a oeste, e pelo rio Maguari ao norte) teve orientação defensiva no contexto de fundação (CARDOSO, 2007). Essa configuração remonta à organização inicial da rede urbana amazônica que, até a década de 1960, apresentava padrões espaciais/articulações em formação entre os centros urbanos (CORRÊA, 1987).

A dinâmica regional, já a partir das décadas de 1950-1960, modificou esse padrão (rio-várzea-floresta) impondo o avanço das rodovias (estrada-terra-firme-subsolo) (PORTO-GONÇALVES, 2005), o que redefiniu a conjuntura da rede urbano-regional amazônica, agora mais atingida sobremaneira pelas ações do Estado e dos agentes capitalistas (CORRÊA, 1987), e influenciou decisivamente para a metropolização e reestruturação de Belém (TRINDADE JR., 2016).



Nesse sentido, grandes projetos de exploração de recursos foram direcionados para a Amazônia, atraindo grande contingente populacional para a região e para os centros urbanos, no caso, para a cidade de Belém (RODRIGUES, 1996; CARDOSO, 2007). Este avanço pressionou a população na cidade:

[A] inadequação das políticas públicas de interesse social para atender às demandas de habitação e a predominância de um paradigma tipicamente moderno nas políticas oficiais existentes (uma vez que apenas as exigências da população urbana de média renda foram tomadas como referência para as políticas habitacionais) levaram aos recém chegados a criarem assentamentos informais. (CARDOSO, 2007, p. 14).

Tendo em vista os dados históricos apontados e partindo da organização em períodos de Eidorfe Moreira, Trindade Jr. (2016) propõe acrescentar a recente fase de metropolização de Belém (a partir da qual trabalharemos), que se inicia em 1960, com a efetivação da articulação econômica da Amazônia a outras regiões do Brasil (Nordeste, Sudeste e Sul) e tendo como marco a construção da rodovia Belém-Brasília que, pelo modelo rodoviarista, penetrou a chamada Bacia Amazônica (VICENTINI, 2004). Essa fase vem se consolidando nos últimos anos com a dispersão da cidade para os eixos das rodovias Augusto Montenegro e BR-316.

A fase de metropolização foi marcada por ambiguidades. De um lado, temos, mais do que nunca, a consolidação de um modo de vida extremamente moderno, sofisticado e artificializado. De outro, temos o crescimento do baixo terciário, o déficit habitacional, a favelização acentuada, a insuficiência dos serviços e equipamentos urbanos etc. (TRINDADE JR, 2016, p. 23).

Nesse sentido, Belém passou a apresentar, na década de 1980, uma forma espacial metropolitana mais dispersa, isto é, “a forma compacta do espaço metropolitano foi substituída por uma forma dispersa de novos assentamentos urbanos, indicando um processo de reestruturação espacial” em que dinâmicas nacionais e locais reconfiguraram o seu interior (TRINDADE JR., 2016, p. 25).

Com essa reestruturação do espaço urbano belenense, aquele contingente populacional foi direcionado (seja por políticas públicas ou compulsoriamente) para áreas mais distantes do centro (desconcentração), avançando para o atual bairro da Marambaia e para além dele, em direção a Icoaraci/Outeiro e, noutro ponto, para o eixo da BR-316 (Ananindeua e outros municípios próximos) (TRINDADE JR., 2016).



Nesse processo de dispersão metropolitana de Belém, uma correlação de forças desiguais imprime vetores de ocupação, uso, apropriação, consumo, produção e reprodução do espaço, os quais se espraiam pelo tecido urbano e são engendrados/protagonizados por diferentes agentes da produção do espaço – nesse caso, por aqueles representados pelos agentes de alto e, noutra ponta, de baixo *status* socioeconômico (TRINDADE JR., 2016). “É dessa maneira que se reproduz a segregação sócio-espacial, de acordo com a qual os pobres ocupam a periferia desprovida de amenidades espaciais e os ricos, ou fragmentos da classe trabalhadora melhor remunerados, ocupam bairros mais centrais” (FERREIRA, 2012, p. 130).

Segundo Ventura Neto (2012), é na passagem dos anos de 1990 para os anos 2000 que se intensifica a ação dos grupos imobiliários para incorporar espaços, a exemplo do eixo da rodovia Augusto Montenegro, atualmente chamada de “Nova Belém” (pelo fato de ser reestruturada pelo setor imobiliário e pela rede de transporte urbano, bem como pela instalação de novos supermercados, dentre outros fatores). Nesse momento, mais uma vez, a camada de baixo *status* socioeconômico se vê deslocada para áreas mais distantes do centro da cidade, contribuindo em grande medida para a formação de novos espaços de assentamentos nos distritos mais afastados.

Movimentos sociais e a luta pelo direito à moradia na metrópole de Belém

Belém é uma cidade com profundos contrastes sociais expressidos no seu espaço urbano. As ocupações urbanas realizadas pelos agentes sociais excluídos são expressões do déficit habitacional e da desigualdade sócio-espacial que assola historicamente essa metrópole, enquanto parte de um processo de “metropolização da pobreza” (TRINDADE JR., 2016).

Essa situação de pobreza urbana e inacessibilidade à cidade é expressa por um déficit habitacional que, com base em dados de 2019 levantados pela Fundação João Pinheiro (FJP, 2021), é da ordem de 5,876 milhões para o Brasil; 719 mil para a região Norte; 354 mil para o estado do Pará; e de quase 80 mil para a Região Metropolitana de Belém. Observa-se que essas desigualdades sócio-espaciais no plano da metrópole, na passagem dos anos de 1960 a 1990, tornaram-se motor de lutas pelo acesso à cidade, já que:



[A]pós um processo longo de crescimento de problemas urbanos e de crescimento desordenado socioterritorial da cidade, bem como um período de repressão proporcionado pela ditadura, os Movimentos Sociais Urbanos em Belém se articulam, acompanhando a processo nacional dos anos 1970 e 1980 de luta pela redemocratização, no qual surgem nos bairros periféricos da cidade. Na década de 1990 surge uma nova forma de organização desses sujeitos políticos, a atuação nos conselhos e nos fóruns; o que se dá em um processo gradativo de ocupação desses espaços que se intensifica nos anos 2000, nesse sentido, a atuação e a organização dos MSU's está em constante mudança conforme o contexto social, político e econômico que está inserido. (COSTA, 2016, p. 56).

Como destacam Cardoso *et al.* (2020), na década de 1960, em Belém do Pará, as Vacarias (concentração de terras urbanas em espaços para produção leiteira localizados geralmente em sítios alagados, as “baixadas”) ocupavam os arredores da área central da primeira légua patrimonial. Essas Vacarias foram perdendo hegemonia com a introdução da produção de leite pasteurizado em virtude de mudanças regionais e fatores econômicos engendrados pela abertura da rodovia Belém-Brasília.

Posteriormente, esses espaços alagados foram alvos de disputas entre movimentos sociais de ocupação e proprietários desses “latifúndios urbanos”. Essas baixadas foram saneadas, o que provocou a sua valorização no âmbito da produção do espaço urbano e da especulação imobiliária crescente em Belém.

As áreas de baixadas antes ocupadas por Vacarias (que vinham sofrendo concorrência por conta da industrialização da produção leiteira do Sul/Sudeste) foram sendo habitadas, cada vez mais, por migrantes vindos dos mais diversos lugares da Amazônia brasileira e de outros estados, pois muitos vieram por conta da perspectiva de alternativas de mudanças de vida atreladas aos discursos que envolviam os grandes projetos, os quais estavam sendo implementados na região, provocando forte êxodo rural. Aquelas porções alagáveis da cidade eram grandes latifúndios urbanos oriundos de aforamento de terras de Belém (regime de enfiteuse) (TRINDADE JR., 1998).

Portanto, era estratégico para essa população empobrecida ocupar¹ os arredores do centro, pois a proximidade em relação aos postos de trabalho e de

¹ A produção de ocupações urbanas e/ou dos assentamentos informais na cidade de Belém compõe, nesse sentido, o âmbito das soluções práticas e alternativas, criativas e reinventivas – oriundas de uma *ação direta sócio-espacial* (SOUZA, 2017) –, encontradas por populações de renda baixa, no sentido de terem acesso à cidade que lhes é negada. Souza (2017) destaca que esses tipos de práticas se opõem às heteronomias (espaços-prisões) reproduzidas nas cidades no sentido de que “tentam opor ‘novas ágoras’, mais ou menos consistentes e autênticas –



serviços favorecia a garantia de menos impactos sobre a renda, ainda que fosse bastante achatada.

Salienta-se que algumas porções da cidade já vinham sendo ocupadas por movimentos populares de moradia (desde a década de 1940), como é o caso do bairro da Terra Firme, contexto em que teve forte atuação o Centro Comunitário Bom Jesus, a partir de 1970. No mesmo período histórico, surgiram as comunidades Carmelândia e Malvinas como fruto de mobilizações pelo direito à cidade.

A partir de 1960, agudizaram-se os conflitos pela terra urbana entre essas famílias tradicionais de proprietários de terra e as camadas da população de baixo *status* socioeconômico. Os movimentos populares de Belém tiveram, nessa década, o início dos embates mais ferrenhos pela moradia e acesso ao solo urbano.

Apesar de insalubres, as áreas alagáveis estão próximas ao centro de serviços de Belém, compensando, de certa forma, a espoliação urbana pela qual passaram aquelas famílias de migrantes empobrecidos.

Conforme Trindade Jr. (1993), essas famílias pobres, ao produzirem o espaço urbano nessas baixadas, conduziram a um relativo melhoramento das condições de habitabilidade, aguçando os interesses do capital incorporador para essas porções da cidade.

Esses agentes sociais excluídos participaram de alguns conflitos urbanos, como as resistências aos despejos engendrados pelos auto-intitulados proprietários de terras. Segundo Mourão (1987), naquela época, de um lado, havia nove grupos privados somados a nove instituições requerendo (tentando readquirir) os terrenos; e, de outro, quase 61 mil famílias ocupantes. Não raro, havia intensa repressão policial em desapropriações.

Entre 1964 e 1985, momento da ditadura militar no Brasil, o movimento de moradores do bairro do Jurunas (baixada de Belém) desencadeou diversas formas de resistência e lutas pela vida digna na cidade. O Centro Comunitário/Associação da Comunidade de Base do Bairro do Jurunas (COBAJUR), fundado em 1981 (Figura 1),

territórios dissidentes, às vezes animados por uma genuína autogestão e um genuíno autoplanejamento – mediante práticas espaciais insurgentes”. (SOUZA, 2017, p. 454).



vinculado à Organização dos Movimentos Sociais de Belém, impulsionou campanhas como “Direito de Morar” e “Escola Para Todos” (SILVA, 2016).

Figura 1 - Moradoras e moradores/Cobajur em passeata no bairro do Jurunas, Belém-PA, 1981



Fonte: SILVA (2016).

Nesse sentido, no mesmo período da COBAJUR, outros movimentos, como os relacionados à educação popular, também atuaram de forma intensa na capital belenense. Oliveira e Neto (2019) destacam pelo menos cinco desses movimentos populares ou organizações:

- Movimento República de Emaús;
- Núcleo de Educação Popular Raimundo Faria, no bairro do Benguí;
- Movimento de bairros e a criação do Centro Comunitário Maria Goretti, no bairro do Guamá;
- Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE/Amazônia);
- Movimentos de Educação Popular e o Instituto Universidade Popular (UNIPOP).

Tais experiências, vinculadas sobremaneira ao pensamento de Paulo Freire, estavam fortemente articuladas ao sentimento de contrapor às desigualdades no acesso aos direitos fundamentais, como moradia, saúde, educação, saneamento, renda,



trabalho e vida digna nas periferias das cidades. No período de 1970 a 1980, por exemplo, o Núcleo de Educação Popular Raimundo Faria, no bairro do Benguí, mantinha laços estratégicos de lutas junto a Associação de Moradores do Bairro do Benguí (AMOB). Isso expressava o fato de que, para Gohn (2020, p. 99),

Os movimentos sociais, com suas inúmeras frentes e demandas, eram também movimentos de lutas civis. O paradigma de orientação das práticas vigentes nos chamados “trabalhos de base”, de atuação direta de educadores sociais com a população, nos movimentos populares, especialmente nas periferias das grandes cidades, nos anos 70/80, estruturavam-se segundo os fundamentos da Educação Popular Freiriana.

Um desses importantes movimentos sociais nesse contexto de crescimento urbano de Belém foi a Comissão de Bairros de Belém (CBB), que surgiu no final da década de 1970, para articular e organizar as bandeiras de luta, sobretudo a moradia (CRUZ, 2011).

O eixo principal desse processo se deu a partir da luta pela moradia, por tratar-se de uma carência capaz de aglutinar grande parte da população. Assim, a luta pelo direito de morar provoca um processo de organização e mobilização dos bairros na Campanha pelo Direito de Morar, organizada pela Comissão de Bairros de Belém (CBB). [...]. (MOURA, 2004, p. 91-92).

Entre as pautas da CBB, estavam a cobrança de prestação de contas (de obras de infraestrutura urbana) à população por parte dos governos, bem como a pressão para a titulação e desapropriação de terrenos urbanos para habitação popular (RODRIGUES; RIBEIRO, 2018). Hoje, a CBB não tem mais atuação.

Em 8 de fevereiro de 1992, a partir dos debates realizados no Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), foi criado, em Belém, o Fórum Metropolitano de Reforma Urbana (FMRU). Dentre as principais demandas do FMRU, estavam o tensionamento para maior participação popular no Plano Diretor Urbano a partir de 1996, a busca de melhorias no transporte público da capital e o maior controle social em projetos de estruturação urbana, como a macrodrenagem da bacia do Una (RODRIGUES; RIBEIRO, 2018).

Outro movimento social urbano de luta por moradia e acesso à cidade foi a Federação Metropolitana de Centros Comunitários e Associação de Moradores (FEMECAM), que era:

[C]omposta pelas forças políticas que participavam da CBB e motivada por discordância de ideias e propostas em torno da participação direta com o



governo estadual eleito no pleito de 1982 se afastaram e criaram a FEMECAM [...]. (ANDRADE, 2012, p. 72).

Hoje, tanto a CBB quanto a FEMECAM se encontram desarticuladas. No entanto, deixaram um legado de aprendizado territorial que ainda se esboça nos atuais movimentos sociais urbanos em Belém (COSTA, 2016).

No que concerne à práxis das lutas travadas por esses movimentos, muitos autores e autoras, quando se trata da escala metropolitana belenense, debateram essas questões da produção do espaço urbano, moradia, direito à cidade e movimentos sociais urbanos. A seguir, serão abordadas brevemente as considerações destes/destas autores/autoras.

Abelém (1988) abordou o tema das remoções de populações das periferias próximas ao centro da cidade de Belém, no sentido de realizar uma análise crítica em relação ao papel do Estado enquanto agente planejador (por meio de seus técnicos) e modelador do urbano; além disso, realizou registros dos moradores atingidos, os quais foram remanejados para habitações no Conjunto Providência. Essa remoção foi “para quem? E para que?”, perguntou a autora, ao revelar que tal projeto não atendeu aos anseios da população que foi remanejada, desarticulada e não participou do processo no sentido de propor alternativas.

Conforme ressalta Cardoso (2007), essas políticas de embelezamento e readequação de áreas insalubres, muitas vezes, se distanciam das causas da pobreza e “ainda tem influência nos procedimentos de agências de financiamento oficiais que encorajam obras de macrodrenagem e soluções de engenharia de alto padrão tecnológico para sítios habitados por pessoas que não têm outra escolha: favelar-se” (CARDOSO, 2007, p. 19).

Rodrigues (1988), ao pesquisar sobre os “banidos da cidade”, revelou que eles foram unidos na sua condição de agentes sociais excluídos do direito à cidade, já que foram expulsos dela e reassentados na então Cidade Nova, em uma “tentativa” governamental de sanar o problema da moradia. Os moradores, então, produziram seu próprio espaço, conferindo outros ares à “cidade” à qual foram conduzidos.



Mais uma vez, a visão técnica do planejamento urbano do espaço de Belém priorizou as elites por meio de ações isoladas do Estado, acirrando ainda mais os problemas urbanos na metrópole da Amazônia oriental (CORRÊA, 1989).

As ocupações urbanas no município de Ananindeua, enquanto ação coletiva, foram abordadas por Borges (1992), no sentido de evidenciar que o direito à cidadania pode ter seu início nas práticas referendadas no direito de morar, ainda que haja uma intermediação entre diversos agentes, tais como o Estado e agentes políticos, que buscavam se reeleger e distanciavam o direito à cidade como realização das camadas pobres.

Trindade Jr. (1993), ao abordar o processo de reprodução do espaço urbano em baixadas saneadas de Belém, apresentou suas primeiras teorizações sobre a metrópole confinada e que logo após se espalhou para a BR-316 e Rodovia Augusto Montenegro. É um interessante trabalho, pois aborda pelo enfoque geográfico a mudança de uso do solo urbano na capital, precisamente as áreas de baixadas ocupadas por populações de baixo *status* socioeconômico, muitas das quais foram sendo incorporadas pelo capital imobiliário.

Cruz (1994), por sua vez, analisou os movimentos sociais urbanos de Belém, especialmente aquele que atuava no bairro da Sacramenta, no sentido de apresentar a sua luta no que diz respeito à sua maior participação nas questões que envolviam a moradia e os processos de participação democrática, como a ampliação da ação coletiva, visando maior participação política e cidadania no interior da metrópole.

Rodrigues (1996), ao abordar a “aventura urbana” no contexto belenense, analisou o meio ambiente construído do espaço urbano da capital. Em virtude das imposições nacionais e regionais no período que se iniciou na segunda metade do século XX, a metrópole foi reproduzindo um espaço enquanto meio de reprodução de desigualdades sociais, e na qualidade ambiental se definiu pelos altos índices de pobreza nos espaços segregados. O autor ressalta que:

Apesar desse caráter absolutamente excludente que marca a vida das classes trabalhadoras em Belém, suas respostas no sentido das mudanças estruturais necessárias, estão expressas em riquíssimos exemplos de luta organizada onde hoje se destaca o movimento em favor de uma reforma urbana que venha a significar um passo importante no processo histórico da humanização da humanidade. (RODRIGUES, 1996, p. 237).



Silva (1995), ao analisar a produção do espaço da Ilha de Caratateua, no contexto da busca por moradia pelos agentes sociais excluídos, evidenciou as contradições e desigualdades sociais e espaciais inerentes ao modo de produção capitalista que passaram a atingir fortemente a ilha a partir de 1986, quando o governo do estado construiu a ponte Enéas Martins, a qual acentuou o acesso para terrenos e a expansão de assentamentos precários rumo à ilha.

Alves (1997), ao tratar Belém como a capital das invasões de terras e analisando o caso do PAAR, destaca que elas materializam a luta pela terra urbana enquanto ação coletiva, bem como são atos políticos de enfrentamento e reivindicação de direitos negados pelo Estado, ainda que haja ambiguidades e contradições que dizem respeito a certa cooptação de lideranças e dos movimentos pelos agentes políticos.

Trindade Jr. (1998) abordou a reestruturação metropolitana de Belém e os seus novos espaços de assentamentos, uma análise que ressalta que a metrópole passou a apresentar uma forma dispersa (que antes era compacta ou confinada à primeira légua), onde a produção do espaço pelos agentes sociais excluídos, pelo Estado e pelos agentes do capital imobiliário espraia o tecido urbano rumo aos novos eixos de expansão urbano-imobiliária, em que formas-conteúdos novos passam a compor a morfologia sócio-espacial da cidade.

O que se percebe, ao menos na cidade de Belém, é uma plêiade urbana de práticas, ações e movimentos sócio-espaciais que pode ser esquematizada conforme as proposições de Souza (2017), o qual ressalta que a autonomia dos agentes pode perpassar pela participação nos processos decisórios com o Estado, apesar do Estado e contra o Estado.

Um exemplo de ações coletivas com o Estado, que geraram relativos ganhos participativos em gestões municipais em Belém, foi trabalhado por Malato (2006), que abordou a democratização na gestão pública na Amazônia a partir do orçamento participativo e do congresso da cidade em Belém do Pará, nos anos de 1997 a 2004, na então gestão de Edmilson Rodrigues, na época, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT).



Nas análises de Trindade Jr. (1998) acerca dos assentamentos espontâneos em Belém, as ações com o Estado e contra o Estado estiveram bastante próximas, como se pode perceber na cadeia da chamada “indústria das invasões” entre: o poder público (figura do Estado), políticos de carreira, proprietários de terra (que se beneficiavam das desapropriações concedidas pelo Estado), “invasores” profissionais (que agenciavam as ocupações), ocupantes (“invasores”), “invasores” oportunistas (ocupantes intermediários) e a ocupação (terreno). O caso do PAAR, analisado por Alves (1997), esteve bem próximo dessa cadeia de relações.

Outro exemplo dessa rede de articulação de movimentos populares foi quando Nascimento (2008) analisou a formação da ocupação urbana até então chamada “Che Guevara”, que hoje é o bairro Almir Gabriel, no município de Marituba, Pará. As memórias de ocupação dos sujeitos foram apresentadas a partir de um enfoque histórico, que traçou os significados da luta pela moradia, bem como por meio da narrativa do tempo histórico-antropológico e das articulações entre os ocupantes que se estabeleceram no local e os agentes políticos.

Bringel (2001) e Vasconcelos (2019) abordaram essas lutas populares nas Ilhas de Belém. Para Bringel (2001, p. 39), no caso do Assentamento Mártires de Abril, em Mosqueiro, promovido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tal luta representou “uma saída das condições precárias das cidades e um retorno às origens da terra, reterritorializando estes indivíduos como trabalhadores rurais”. Para Vasconcelos (2019), que estudou o caso de uma ocupação urbana na Ilha de Caratateua, a luta por moradia está contextualizada para se contrapor à problemática da precarização das condições de habitabilidade e de vida, sobretudo frente ao avanço da financeirização da moradia e da especulação imobiliária que se instalaram nos espaços insulares belenenses.

Sirotheau (2012) abordou os conflitos socioterritoriais na comunidade quilombola do Abacatal, em Ananindeua, enfatizando os processos de resistência às pressões e tentativas de desterritorializações, tanto aquelas promovidas pelo escravismo antigamente como pelos avanços do capitalismo em suas formas mais modernas concernentes ao processo de metropolização de Belém.



Mais recentemente, as *Jornadas de Junho de 2013*, como ficaram conhecidas as manifestações que ocorreram em diversas cidades pelo Brasil, foram fundamentais para os novos marcos dos movimentos sociais da cidade de Belém nesta segunda década do século XXI.

O Movimento Passe Livre Belém (MPL), entre 2013 e 2014, organizou diversos atos pela cidade e, por meio das redes sociais, conseguiu mobilizar parcelas da população, movimentos estudantis, setores de partidos políticos da esquerda e seus coletivos. Dentre as pautas, destacavam-se a da “tarifa zero” e a da moradia digna. Os seus princípios são o federalismo, a autogestão, a autonomia popular e o apartidarismo, o que confere ao movimento um viés libertário (contando com a participação de Punks, Anarquistas, Black Blocs etc.).

Atualmente, na orla fluvial sul de Belém, o grande projeto urbano chamado “Portal da Amazônia”, integrante do Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova (Promaben), atinge populações urbanas, segregando-as à medida que transforma essa porção da metrópole, enquanto conceito de consumo da economia global voltado para renovação de espaços que transfigura relações trabalhistas e de moradia, além da própria relação de usos do rio (CRUZ; SILVA; SÁ, 2015):

Ainda em relação ao impacto sobre a moradia, pode-se afirmar que as soluções apontadas resolvem a demanda do programa, atendendo às situações do remanejamento das famílias, mas não resolvem a situação de moradia, pois, de acordo com as reivindicações do movimento social em defesa da reforma urbana, programas como este deveriam prever a construção de unidades habitacionais nas próprias áreas de intervenção, evitando o remanejamento ou a vulnerabilidade das famílias atingidas, como é o caso das centenas de famílias submetidas ao auxílio-aluguel, sem previsão de serem reassentadas em novas unidades habitacionais. (CRUZ; SILVA; SÁ, 2015, p. 239-40).

Sobre esses e outros conflitos urbanos, segundo informações relatadas pelo professor e coordenador do Observatório de Conflitos Urbanos de Belém, Rodrigo Peixoto, vinculado à Universidade Federal do Pará (UFPA), o Observatório tem por objetivo estabelecer assessorias e diálogos com os movimentos populares da cidade que lutam por saneamento básico e contra os crimes de ódio, a segregação sócio-espacial e racial, e que resistem contra os processos de gentrificação. Logo,

O conflito é elemento essencial da vida política da cidade, é uma chave de interpretação do espaço urbano segregado que revela suas colonialidades e



resistências contra as ações de remoções de populações pretas e pardas de seus lugares de vida, trabalho, moradia e sociabilidade. (Encarte II SEMINÁRIO DO OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DE BELÉM, dez., 2017).

Nesse sentido, a Faculdade de Serviço Social da UFPA possui o Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU). Gestado em 1981, o PARU foi institucionalizado em 1992 e é um grupo que atua nos âmbitos de Ensino, Pesquisa e Extensão, assessorando e se solidarizando às lutas pelo direito à cidade em Belém e na sua região metropolitana (PARU, 2018).

Vinculados ao PARU e ao Observatório de Conflitos Urbanos da UFPA estão: a Frente dos Prejudicados da Bacia do UNA, o Comitê Popular Urbano, o Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA), a Comunidade Quilombola do Abacatal, o Espaço Cultural Nossa Biblioteca, a Frente dos Prejudicados do Tucunduba, a Associação dos Moradores do Projeto Portal da Amazônia, membros da Comunidade Terra Prometida (que passou por recente remoção) e a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Encarte II SEMINÁRIO DO OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DE BELÉM, dez., 2017).

De 2014 até hoje, vários movimentos foram surgindo, como o Movimento de Organização de Base (MOB-PA). É um movimento social que busca, a partir da mobilização do povo organizado, lutar pela reivindicação dos direitos e das necessidades mais imediatas de nossa população, seja em educação, saúde, cultura, trabalho etc. De forma coletiva e horizontal, busca construir ferramentas de luta que ajudem na caminhada cotidiana em direção a esses objetivos, como centros de cultura, bibliotecas, oficinas, atividades culturais, espaços de educação, trabalhos de produção e geração coletiva de renda. Preconiza-se o trabalho comunitário como elemento central no movimento, pois é nos bairros periféricos e baixadas de Belém onde se encontra o povo oprimido e alvo das ações desse movimento socioterritorial, bem como é onde há a necessidade de retomada da inserção social e do trabalho de base de longo prazo.

Na passagem da década de 1990 para 2000, também havia em Belém um espaço cultural libertário chamado “Morada da Arte” ou “Na Morada da Arte” que



reunia anarquistas. Era um espaço cultural autogestionário onde o movimento se encontrava e debatia sobre temas diversos, tendo como horizonte uma sociedade autônoma, na perspectiva classista, e que se contrapusesse ao Estado e ao capitalismo.

Concordamos que essa plêiade de movimentos sociais urbanos em Belém tem um desafio em comum:

A organização da população para reivindicar por direitos humanos básicos, pois o individualismo e os valores conservadores decorrente do processo de intensificação do neoliberalismo torna-se cada vez mais parte do cotidiano da população, impedindo assim que os sujeitos se vejam como coletividade. (SANTOS; DIAS, 2017, p. 11).

Cardoso (2007, p. 17), então, ressalta que “[e]m tal contexto, é aconselhável aprender como construir espaços que não submetam a população às armadilhas da pobreza e, se possível, aprender como construir espaços que possam ajudar a superar tal situação”.

Considerações finais

Os diversos textos de autoras e autores aqui destacados visam, em diferentes contextos, resgatar as memórias das lutas populares em Belém e sua região metropolitana. Trazem consigo os destaques do desenrolar dos conflitos abordados e como cada sujeito se envolveu diante das questões que foram colocadas.

Este capítulo também teve esse objetivo, o de resgatar momentos importantes da historicidade dos sujeitos que contribuíram em suas lutas para produzir o espaço urbano metropolitano de Belém. Memórias, momentos, trajetórias, histórias, conjunturas, cenários e elementos que, ao olharmos para a realidade atual, confirmam a premência da continuidade das lutas diante dos ataques que a classe oprimida vem sofrendo a todo momento.

Os relatos, os registros inscritos no espaço-tempo nos fazem olhar para o passado de lutas e nos desafiam a construir uma sociedade mais justa e igualitária, que una os oprimidos e as oprimidas, e que supere as desigualdades.

Os movimentos sociais e lutas destacados neste escrito estiveram/estão imbuídos pelas perspectivas do direito à moradia, do direito à cidade e, de forma geral, da luta por vida digna. Demonstram-nos caminhos da luta por autonomia e territórios,



e é por isso que devemos construir junto aos movimentos, ombro a ombro, as lutas populares.

Referências bibliográficas

ABELÉM, A. **Urbanização e remoção**: por que e para quem? Dissertação (mestrado em PLADES). Universidade Federal do Pará. Belém, 1988.

ALVES, J. **Belém**: a capital das invasões. Dissertação (mestrado em Serviço Social). Belém. Universidade Federal do Pará. Belém, 1997.

ANDRADE, D. **A representação política dos movimentos urbanos no conselho das cidades do Pará**. Dissertação (mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Pará. Belém, 2012.

BORGES, M. **Cidadania e direito de morar**: a prática de ações coletivas e o movimento de posseiros de Jaderlândia, Ananindeua, Pará. Dissertação (Mestrado em PLADES). Universidade Federal do Pará. Belém, 1992.

BRINGEL, F. **Do rural ao urbano**: Territorialidade do MST em área metropolitana. Caso do Acampamento Mártires de Abril em Mosqueiro. Trabalho (Conclusão de curso em Geografia). Universidade Federal do Pará. Belém, 2001.

CARDOSO, A. **O Espaço alternativo**: vida e forma urbana nas baixadas de Belém. Belém: EdUFPA, 2007.

CARDOSO, A., LIMA, J., PONTE, J., VENTURA NETO, R., & RODRIGUES, R. Morfologia urbana das cidades amazônicas: a experiência do Grupo de Pesquisa Cidades na Amazônia da Universidade Federal do Pará. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 12, e20190275, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190275>. Acesso em: 10 jan. 2021.

CORRÊA, R. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 39-68, 1987.

CORRÊA, A. J. L. **O espaço das ilusões**: planos compreensivos e planejamento urbano na Região Metropolitana de Belém. Dissertação (mestrado em PLADES). Universidade Federal do Pará. Belém, 1989.

COSTA, L. **Movimentos sociais urbanos nos novos espaços de participação popular**: atuação e organização. Dissertação (mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Pará. Belém, 2016.

CRUZ, S. **Movimentos sociais e construção do espaço urbano em Belém**: o bairro da Sacramenta. Dissertação (mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Pará. Belém, 1994.



_____. “Lutas Sociais e a cidade: os movimentos sociais urbanos em Belém (1970-1980)”. In.: SANTANA, J.; SÁ, M. (org.). **Políticas Públicas e Lutas Sociais na Amazônia: enfoques sobre planejamento, gestão e territorialidade**. Belém: Editora ICESA/UFPA, 2011, p. 01-20.

CRUZ, S.; SILVA, I.; SÁ, M. Segregação Social Do Trabalho E Da Moradia: “Portal Da Amazônia” em Belém (Pa). **Rev. Temporalis, Brasília (DF)**, v. 15, n. 29, p. 233-243, 2015.

ENCARTE. II SEMINÁRIO DO OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DE BELÉM. Universidade Federal do Pará. Belém, 2018.

FERREIRA, S. **A expansão dos assentamentos residenciais na Ilha do Mosqueiro: uma particularidade de dispersão urbana no espaço metropolitano de Belém (PA)**. Dissertação (mestrado em Geografia). Universidade Federal do Pará. Belém, 2012.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Déficit habitacional no Brasil - 2016-2019**. Belo Horizonte, FJP. 2021. Disponível em: http://novosite.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/04.03_Relatorio-Deficit-Habitacional-no-Brasil-2016-2019-v1.0_compressed.pdf. Acesso em: 14 abr. 2021.

GOHN, M. Ciclos De Protestos No Brasil: 1970-2019. **Mundos Plurales - Revista Latinoamericana De Políticas Y Acción Pública**. Quito, v. 6 (1), p. 93-119, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17141/mundosplurales.1.2019.3925>. Acesso em: 20 Jan. 2021.

MALATO, O. **Democratização e Gestão pública na Amazônia: do orçamento participativo ao congresso da cidade no município de Belém (1997-2004)**. Tese (doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

MOURA, A. **Democracia participativa no município de Belém: uma análise do Orçamento participativo (1997-2000)**. Dissertação (mestrado em Serviço Social). Universidade de Brasília. Brasília, 2004.

MOURÃO, L. **O conflito fundiário urbano em Belém (1960-1980): a luta pela terra de morar ou de especular**. Dissertação (Mestrado em PLADES). Universidade Federal do Pará. Belém, 1987.

NASCIMENTO, J. **História e cidade: Compendo lugar de moradias na ocupação “Che Guevara” Percursos pela História, Memória e Antropologia**. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Pará. Belém, 2008.

MOB. **Movimento de Organização de Base - PA**. Carta de princípios. Belém, 2018.

OLIVEIRA, I.; NETO, J. (org.). **Memórias da educação de jovens e adultos em práticas de educação popular em Belém nas décadas de 1970 e 1980**. Belém: Eduepa, 2019.



PARU. **Programa de Apoio à Reforma Urbana UFPA**. Belém, Universidade Federal do Pará. 2018. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/gtps/tema-4/grupo-de-pesquisa-cidade-habitacao-e-espaco-urbano-programa-de-apoio-ar-e-forma-urbana-paru-ufpa-64>. Acesso em: jan. 2018.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2005.

RODRIGUES, E. B. **Aventura urbana: urbanização, trabalho e meio ambiente em Belém**. Belém: NAEA, 1996.

RODRIGUES, O.; RIBEIRO, S. **Movimentos sociais e conselhos de políticas urbanas: reflexões sobre a participação e controle social**. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

RODRIGUES, E. **Banidos da cidade, unidos na condição: o conjunto cidade nova como um espelho da segregação social em Belém**. Dissertação (mestrado em PLADES). Universidade Federal do Pará. Belém, 1988.

SANTOS, G.; DIAS, M. Lutas sociais pelo direito à cidade em Belém. VII JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS. 2017. São Luís, JOINPP/Universidade Federal do Maranhão. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo3/lutassociaispelodireitoacidadeembelem.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2019.

SILVA, N. **Movimentos sociais no bairro do Jurunas: formas de participação política nas últimas décadas**. Dissertação (Mestrado em PLADES). Universidade Federal do Pará Belém, 2016.

SILVA, M. **Caratateua: a ilha e o subúrbio de Belém**. Dissertação (mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

SIROTHEAU, J. **Impactos socioterritoriais e identidade quilombola em espaço metropolitano: o caso da comunidade do Abacatal (Pará)**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Pará. Belém, 2012.

SOUZA, M. J. L. de. **Por uma Geografia Libertária**. São Paulo: Consequência, 2017.

TAVARES, M. A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI. **Revista Geosp**, São Paulo, n. 29, p. 107-121, 2011.

TRINDADE JR., S. **Formação metropolitana de Belém (1960-1997)**. Belém: Paka-Tatu, 2016.

_____. **A cidade dispersa: os novos espaços de assentamento em Belém e a reestruturação metropolitana**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

_____. **Produção do espaço e diversidade do uso do solo em área de baixada saneada, Belém (Pa)**. Dissertação (Mestrado em Plades). Universidade Federal do Pará. Belém, 1993.



VASCONCELOS, A. **“O mundo é diferente da ponte pra cá”**: transformações urbano-metropolitanas recentes e movimentos sociais na Ilha de Caratateua (Belém, Pará). Dissertação (mestrado em Geografia). Universidade Federal do Pará. Belém, 2019.

VENTURA NETO, R. **Circuito Imobiliário e a cidade**. O espaço intra-urbano de Belém entre alianças de classes e dinâmicas de acumulação. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Pará. Belém, 2012.

VICENTINI, Y. **Cidade e história na Amazônia**. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2005.



DIREITO A BELÉM (PA): MOBILIZAÇÕES SOCIAIS E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NA QUESTÃO HISTÓRICA DO TRANSPORTE PÚBLICO URBANO



Cleyton Alves Candeira Pimentel
José Raimundo Barreto Trindade
Giancarlo Livman Frabetti
Andrey Henrique Figueiredo dos Santos

Introdução

Assim como em todas as grandes metrópoles brasileiras o estudante de baixa renda de Belém (PA) depende exclusivamente dos coletivos urbanos para sair de sua casa e chegar são e salvo até a sua instituição de ensino. Esses coletivos, — “latas de sardinha” que fritam uma lotação de mais de 50 passageiros sufocados —, transpassam filas de engarrafamentos desnecessários para transcorrerem em uma hora de viagem apenas 12 quilômetros. Desnecessários porque o desenho urbano da cidade tem uma herança curiosa dos tempos da economia da borracha, que com ruas estreitas, tortuosas, — em termos específicos, não *ortogonais* —, não há infraestrutura que suporte um intenso tráfego.

Pelo dia muitos estudantes de baixa renda dependem exclusivamente também das suas carteirinhas de meia-passagem para passarem na roleta. Às sete horas da manhã, das segundas às sextas-feiras, eles fazem fila para subir nos coletivos. Cinco, sete, dez ou até quinze por parada de ônibus. Claro que não só eles, mas como também os idosos, as gestantes, a classe trabalhadora, os ambulantes que sobem pela porta de trás para ganhar um trocado, e todos os despossuídos de um automóvel particular dependem do estresse físico-emocional de cada dia que perfaz a mobilidade urbana de Belém.

Daí começa o dia, na labuta; daí ele termina, no cansaço.

E assim, no bater do gongo de mais um *round* da vida, se ao acaso selecionarmos um jovem universitário que volta para casa de UFPA Pedreira, por exemplo, teremos o suficiente experimento sensorial estupefato dessa sensação. O “busão” pega a



Avenida Bernardo Sayão e segue direto numa paisagem feita de residências improvisadas em quebradas, resíduos em área aberta, mato, o canal, som alto de tecnobrega, muito barulho de caminhão, lojinhas de R\$ 1,99 e muitos bares abrindo. E, depois de dobrar na Avenida Mundurucus, já saindo de uma cena extremamente marginalizada, ele segue reto na Travessa Padre Eutíquio e para no requisitado *shopping* Pátio Belém, a menos de dez quilômetros de distância.

Talvez esse nosso singelo universitário não saiba, mas esse trajeto, anos atrás, nessas condições, era inviável. E só quem pode argumentar sobre isso é a carteirinha de meia-passagem guardada em seu bolso, que nem sempre existiu, ao contrário do que alguns jovens da idade dele possam pensar.

Portanto, a história dela, dos ônibus, dos *shoppings* e dessa mudança radical de paisagem, a partir do trecho que vai do bairro do Guamá até o bairro da Batista Campos, tem muito a contar. Porém, a proposta do texto não é contá-la toda, e sim somente dois momentos críticos de mudança na cidade: um primeiro, quando o processo de urbanização cresceu no meio da cidade, distinguindo rico de pobre, branco de negro, mulher de homem; e um segundo, quando ela cresceu para cima, ofuscando o sol quente do meio-dia na Av. Visconde de Souza Franco, com prédios espelhados.

O primeiro momento aconteceu no Regime Militar, entre 1964 e 1985; o segundo, mais recente, aconteceu no período de 2005 até 2013. No primeiro, não havia carteirinha de meia-passagem estudantil e, por isso, sua narrativa de luta é contada *por* ela, isto é, em sua gênese histórica; no segundo, tal carteirinha virou símbolo de angústia e inquietação, pois o objetivo da luta era aboli-la por completo do sistema. Se no primeiro período ela era desejada, no segundo, ela passara a ser desprezada.

Importante esclarecer que ambos os recortes foram movimentos contraditórios, e o espaço urbano foi octógono de lutas memoráveis, mas, que por um motivo conhecido – o motivo econômico, *capitalista*, como apresentado nas considerações finais deste pequeno texto –, eles se interligam em termos estruturais, no entendimento de que a história é um processo de interrupções e continuidades, de fluxos e influxos.



A metodologia empregada se faz de uma leitura dos fatos à base de uma investigação aprofundada dos acontecimentos históricos por meio i) da revisão de literatura dos trabalhos mais significativos no tema e ii) de uma pesquisa minuciosa em cima de jornais e notícias divulgados (centralmente da época do regime militar), como *O Diário do Pará* e *O Liberal*, acessados pela biblioteca pública Arthur Viana, da Fundação Cultural do Pará (CENTUR).

Tal leitura, portanto, é não-linear e não procura relacionar uma lógica de “causa” e “efeito” em cima dos fenômenos abordados, mas uma contextualização urbana e histórica das soluções e dissoluções ocorridas no campo do planejamento e da mobilização social. Assim, procurando ir além do campo da aparência, busca-se nesse trabalho.

Regime militar (1964-1985): plano de desenvolvimento da grande Belém e a organização social popular

A época do Regime Militar revelou um ambiente totalmente sombrio não só para cidade de Belém como também para as demais metrópoles brasileiras, onde figuras políticas foram perseguidas, torturadas, mortas ou desapareceram. O governo, centralizador e elitista, autocrático como o próprio conceito o denominou, pouco ou nada se interessou com as demandas sociais, pois sua questão política foi outra: prosperar economicamente e não desenvolver socialmente.

Mas não só isso. Nesse recorte temporal, o interesse dos governantes militares nas cidades cresceu, e Belém não ficou atrás. “Modernizar” e “crescer” foram lemas de desenvolvimento e, com isso, eles desejaram transformar as cidades da Amazônia em cidades “civilizadas”, economicamente rentáveis, assim como as cidades europeias e norte-americanas se desenvolveram e se desenvolviam. Para isso, a partir do que foi conceituado como Planejamento Urbano – organização *racional* socioeconômica do espaço urbano como “espaço pensado”, na ideia de que processo de urbanização é a estruturação ideal maximizadora do espaço –, tinha-se como objetivo urbanizar no intuito de “preparar o terreno” para o crescimento econômico local.

Porém, o sinalizador da ineficiência administrativa desse processo foi nada mais nada menos que o setor de transporte público da cidade. Nesse período, o problema da mobilidade urbana foi um dos reflexos da urbanização descentralizada



induzida pelo Plano de Desenvolvimento da Grande Belém (PDGB) e pelo Plano de Estruturação Metropolitana (PEM), aplicados em 1975, os quais focaram em zonas periféricas de alta renda média *per capita*, sem o tato de redimensionamento das questões sociais (PINHEIRO; PONTES; RODRIGUES, 2014). Consequência disso na dinâmica de renda foi um distanciamento das faixas economicamente ativas, isto é, maiores alargamentos da distância do pobre para com o rico, já que, na verdade, era assim que o Estado fazia a manutenção do próprio poder, deixando o pobre mais pobre e o rico mais rico.

Assim, a importância da meia-passagem como direito à cidade de Belém é histórica, pois os beneficiados dessa luta popular foram os menos favorecidos, as classes populares, o “povão da baixada”, que não tinham a mínima renda para pagar o ticket exigido pelos monopólios empresariais rodoviários. Tal fenômeno contraditório foi expressão clara da repressão do governo militar, exalando com toda eficiência o seu caráter de gestão *elitista e autoritário*.

Nesse contexto, a cidade não tinha a extensão urbana que tem hoje, seus limites iam até o bairro do Souza e não havia a rodovia Augusto Montenegro, sendo a Almirante Barroso a principal via de tráfego (CUNHA; DA SILVEIRA, 2009). Com a aprovação do PDGB, que trouxe a primeira ação de zoneamento funcional para a cidade, os investimentos em infraestrutura e urbanização se deram de maneira focal, valorizando as zonas urbanas com cotas mais altas de aproveitamento e de forma por menorizada, incluindo zonas de *baixadas* (MOURA; NETO, 2019).

As “baixadas” são os níveis de cotas menores, pois são áreas vulneráveis a inundações que representam 40% do território da metrópole, onde residem imigrantes da década de 1970 e 1980, e faixas de baixa renda familiar. Nisso, o desenvolvimento urbano “moderno” e “inovador” daquele período vivenciou altos níveis de concentração de renda, o que, conseqüentemente, repercutiu em altas desigualdades *sociais* urbanas.

Automaticamente, com o afluxo das atividades econômicas, tal produção do espaço na cidade criou uma demanda pelo uso de transporte público destinado aos bairros centrais, de comércio e serviços, sendo reivindicada pelos moradores da baixada. Nesse mercado emergente, por um lado, habitantes necessitavam do serviço



público, criando demanda; por outro, uma classe de empresários ansiava por altas taxas de rentabilidade com o negócio (DAS MERCÊS, 2007).

Figura 1 - Notícia do Jornal Diário do Pará, em 11/04/1986



Fonte: Brasil/CENTUR (2015).

Em termos de acessibilidade, nesse quesito, os bens semipúblicos, ofertados pelas empresas rodoviárias contratadas pelo Estado, estariam enviesados para favorecer as elites, isto é, as classes dominantes, com maior poder aquisitivo, para quem a malha urbana foi mais desenvolvida com equipamentos e melhorias espaciais, e para que o lucro econômico fosse auferido com maior eficiência por aquelas empresas (*Ibidem*). Reforçamos, então, que tal questão, no governo militar, não tinha como premissa o atendimento da demanda gerada pelas massas populacionais, mas somente a possibilidade de performance econômica.

Em relação ao transporte coletivo, a luta foi direcionada principalmente a melhorias no serviço, à meia passagem para os estudantes e ao congelamento da tarifa. O monopólio de áreas de operação exclusiva pelas empresas também era discutido. As massivas manifestações populares também resultaram em algumas concessões pelo Estado. Os movimentos comunitários colocaram paulatinamente em questão não apenas as condições



de produção e consumo do transporte coletivo na RMB, mas, ainda, sua gestão pelo Estado. (*Ibidem*, p. 7).

Essa sobreposição do crescimento econômico frente ao *desenvolvimento* foi bem marcante na gestão do governo militar, e o modo de lidar com tais reivindicações populares foi nada mais que o uso da repressão popular. Tais desigualdades amplificaram os conflitos sociais, aumentaram as inquietações políticas e, nitidamente na gerência de Estado autoritário e autocrático, trataram de elaborar uma política elitista, a favor de uma categoria de classes em questão, isto é, que favoreceu classes com maiores faixas de renda.

As movimentações urbanas dos bairros da baixada tinham denúncias específicas de suas particularidades (das vilas, passagens e ruas). Eram “espontâneas” porque emergiram de forma independente de uma grande organização coletiva, como partidos políticos e sindicatos. Cruz (2011) lista as associações (Ass.) de moradores e centros comunitários (C.C.) referentes à condição da moradia entre 1970-1980 nos bairros Condor, Guamá, Cremação e Jurunas:

Tabela 1 – Centros Comunitários, Associações e Núcleos Sociais dos Bairros do Jurunas, Guamá, Condor e Cremação que foram criados entre 1970 e 1980

Bairro do Jurunas	Bairro do Guamá	Bairro do Condor/Cremação
C.C. Helena Dias	Ass. de Moradores F. Lima (O Gringo)	C.C. João XXIII, no bairro da Condor
C.C. Honório J. dos santos	Ass. dos Moradores 25 de junho	C.C. de Coréia
C.C. Monte Alegre	Ass. de Moradores José Piau	Ass. de Moradores da Cremação
C.C. Paulo Roberto	Ass. de Moradores Sebastião Mearim	C.C. Tambés-Tupinambás, no bairro da Cremação
C.C. do bairro do Jurunas	Ass. de Moradores Pass. Jambu	
C.C. Jacó	C.C. S. Expedito	
C.C. Limoeiro	C.C. Nossa união faz a força	
C.C. Bom Jardim	C. Cultural Stélio Maroja	
C.C. União	Núcleo Social do Carapuru do C.C. do Guamá	
C.C. Monte Alegre III	Núcleo Social Monte Serrat	



Ass. da Comunidade de Base do Jurunas (COBAJUR)	N. S. 14 de abril do C.C. do Guamá
--	---------------------------------------

N. S. 20 de Fevereiro do C.C. do Guamá	
---	--

Fonte: Elaboração dos autores a partir de Cruz (2011).

Nessa miríade, a Comissão de Bairros de Belém (CBB) foi criada em 1979 e tinha como compromisso a unificação dessas associações, centros e núcleos em uma só pauta. A efetividade do CBB se expressou em conquistas, como famílias que permaneceram ocupadas no bairro da Pedreira (contra a família Santos Moreira), na Terra Firme (terras da UFPA), Jurunas (área da Radional), Sacramento (contra a família Ferro Costa, Aeronáutica e Prefeitura), e conquistas no Aurá, no Benguí e na Pratinha (CRUZ, 2011, p. 205-210).

A luta popular na cidade pelo direito à moradia e ao uso do transporte público articulou demais mobilizações que se expressavam por meio de organizações aliadas para além do CBB, como a Federação Paraense dos Profissionais da Educação Pública¹ (FEPEPP), a União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas (UMES) e a União Acadêmica Paraense (UAP). Cercados pela “paranoia do comunismo” empenhados na perseguição implacável contra aqueles que tinham opinião adversa à ideologia predominante, a criação de uma “paisagem do medo” foi uma instauração estratégica para o absoluto controle (CUNHA; DA SILVEIRA, 2009).

Contudo, os estudantes que estavam nas linhas de frente das manifestações, que davam “a cara a tapa” contra os policiais militares, não se intimidaram com a coerção aplicada. Muito pelo contrário: em 1983, a atitude subversiva de “pular a catraca” mostrou a posição ativa dessa classe particular de manifestantes na causa, e o movimento pela luta da carteirinha de *meia-passage* ganhou notoriedade na mídia e teve destaque nacional. A partir de então, a consolidação das pressões populares frente à gestão se tornou mais objetiva, ao mesmo tempo que recebia maior repressão por parte da polícia.

Apenas como comentário: em uma perspectiva da Geografia Econômica, o contexto macroeconômico do país vivenciava um descontrole monetário, produzindo

¹ Atual Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação Pública do Estado do Pará (SINTEPP).



taxas de inflação sintomáticas e inerciais, que prejudicavam boa parte da população que não dependia de ativos financeiros como resguardo, no caso, os pobres. Nesse quesito, os choques do petróleo e o aumento de preço da gasolina motivou uma inflação geral nos preços, e com o valor da tarifa de ônibus não foi diferente.

A subida de preços comprime a renda do trabalhador e, com isso, se diminui a capacidade de aquisição de bens e serviços. Diminuindo tal capacidade, sua qualidade de vida decai pelo inaccess, em tal situação, ao usufruto de um transporte público desce para ir ao trabalho ou voltar da escola.

Nas ruas, os estudantes eram intimidados por balas, cacetetes, pancadaria em geral. As ruas literalmente se transformavam em um *ringue* de confronto direto entre policiais e manifestantes, civis e autoridades, Estado e sociedade. Isso se repetia cena em cena nas passeatas, com notas de repúdio censuradas e uma perseguição sem igual ao vilão “comunista”, de “esquerda”, que sintetizaria o “mal encarnado”, quando, na verdade, eram apenas pessoas de classes sociais economicamente menos favorecidas reivindicando direitos, mínimos direitos à locomoção na cidade.

Logo, em 1991, a esfera pública municipal tomou a responsabilidade sobre a estruturação do transporte coletivo da cidade, e a tão almejada carteirinha de meia-passagem foi legitimada.

A Constituição do Estado do Pará e a Lei Orgânica do Município de Belém (LOM/Bel) instituíram, entre outras, normas para a provisão do serviço de transporte coletivo. [...] Apoiados em grandes mobilizações públicas, os estudantes conseguiram incluir na LOM/Bel o direito à meia passagem mediante a simples apresentação de identificação estudantil ao cobrador, nos veículos. (DAS MERCÊS, 2007, p. 13).

Entretanto, o contexto histórico do regime militar demonstrava um ambiente hostil, o qual concentrava experiências sociais traumáticas que marcaram com violência a sociedade brasileira e belenense. Diferentemente desse recorte, a partir de 1991, com mudanças estruturais na economia e na dinâmica urbana das metrópoles brasileiras, o caráter social democrático da forma política assumida tomou a vez do elitismo e da autocracia, e, assim, novos elementos foram postos nesse processo contínuo de transformações na cidade.



Figura 2 - Notícia do jornal O Liberal sobre perspectivas de aumento da tarifa de ônibus, em 27/05/1979



Fonte: Brasil/CENTUR (2015).

Figura 3 – Passeatas noticiadas pelo O Liberal, em 26/11/1987



Fonte: Brasil/CENTUR (2015).

A dinâmica urbana em Belém e os movimentos “Passe Livre” (2005-2013)

O período em questão se pauta naquilo que definem Žižek (2013) e Harvey (2014) como “democracia neoliberal”, e que no Brasil, em termos estruturais, se reflete numa maior aliança entre Estado e capital nos anos de maior intensificação de investimentos no setor de infraestrutura e especulação imobiliária ao mesmo tempo em que o processo de urbanização ganhou foco da acumulação de capital e que as desigualdades sociais foram instrumento para o desenvolvimento econômico.

Muitos dos movimentos sociais identificados entre 2008 e 2013 no mundo são classificados por Žižek (2013) a partir de duas motivações: i) a questão econômica crítica radical como problema fundamental nos alicerces de organização de recursos das cidades capitalistas; e ii) as exigências de um fim das social-democracias neoliberais vigentes da época. Alicerçados nesses dois motivos, as particularidades da crise imobiliária nos Estados Unidos, a denúncia contra os governos totalitários na Arábia Saudita e a indignação com o aumento da tarifa de ônibus nas cidades brasileiras foram sistematicamente conectadas.

Tal afirmação remete ao fato de que cada cidade refletiu suas particularidades conflituosas, as quais, segundo Harvey (2014), estão manifestadas nos problemas



urbanos e integraram determinada universalidade enquanto conceito de *lutas populares*. Assim como as cidades europeias, norte-americanas e árabes, e grandes metrópoles brasileiras como São Paulo e Rio de Janeiro, a cidade de Belém também refletiu suas contradições particulares nessas mobilizações urbanas, escancarando seus principais problemas com relação à gestão político-administrativo; ao descaso com a cidade em temas de saúde, educação, segurança; e à sua *desigualdade social* latente.

Desde o PDGB e o PEM, sementes históricas da constituição urbana da Região Metropolitana de Belém (RMB) vêm se manifestando de diferentes formas na economia. Segundo Moura e Neto (2019, p. 122), o segundo grande momento de atuação do Planejamento Urbano na cidade se expressou no Plano Diretor Urbano (PDU), de 1995, o qual foi o primeiro plano a pôr em questão a *reforma urbana* da cidade, destacando sua função social. Com o PDU, a missão de equilibrar a oferta de bens de investimento e de infraestrutura deveria ter um alcance em todo o perímetro, não somente no centro de Belém, como visto no PDGB.

Entretanto, uma mudança decisiva no estabelecimento do alcance do Plano se deu na reconfiguração sobre o Coeficiente de Aproveitamento dessas áreas por meio da Lei Complementar de Controle Urbanístico (LCCU/99), de 1999. O coeficiente de aproveitamento foi justamente o critério de aplicabilidade da reforma em zonas e perímetros importantes; contudo, a alteração do artigo 63 do texto original em comparação ao artigo 66 do texto final, como dissertam Moura e Neto (2019, p. 123-15), mostrou-se determinante na modificação do seu sentido totalizador, pois:

- i) o coeficiente de aproveitamento básico deixou de ser extensivo a *todos os lotes* da Zona Urbana para se tornar variável em função do zoneamento ordinário;
- ii) e deixou de atender à demanda de *diversas categorias de uso do solo* para, então, atender ao adensamento de acordo com a capacidade da infraestrutura, da circulação e das condições ambientais.

Logo, devido à guinada do crescimento econômico global e o “avante” dos municípios brasileiros em 2005, a verticalização de partes da cidade (criação de edifícios habitacionais multifamiliares) e o privilégio desses espaços deu vez a uma

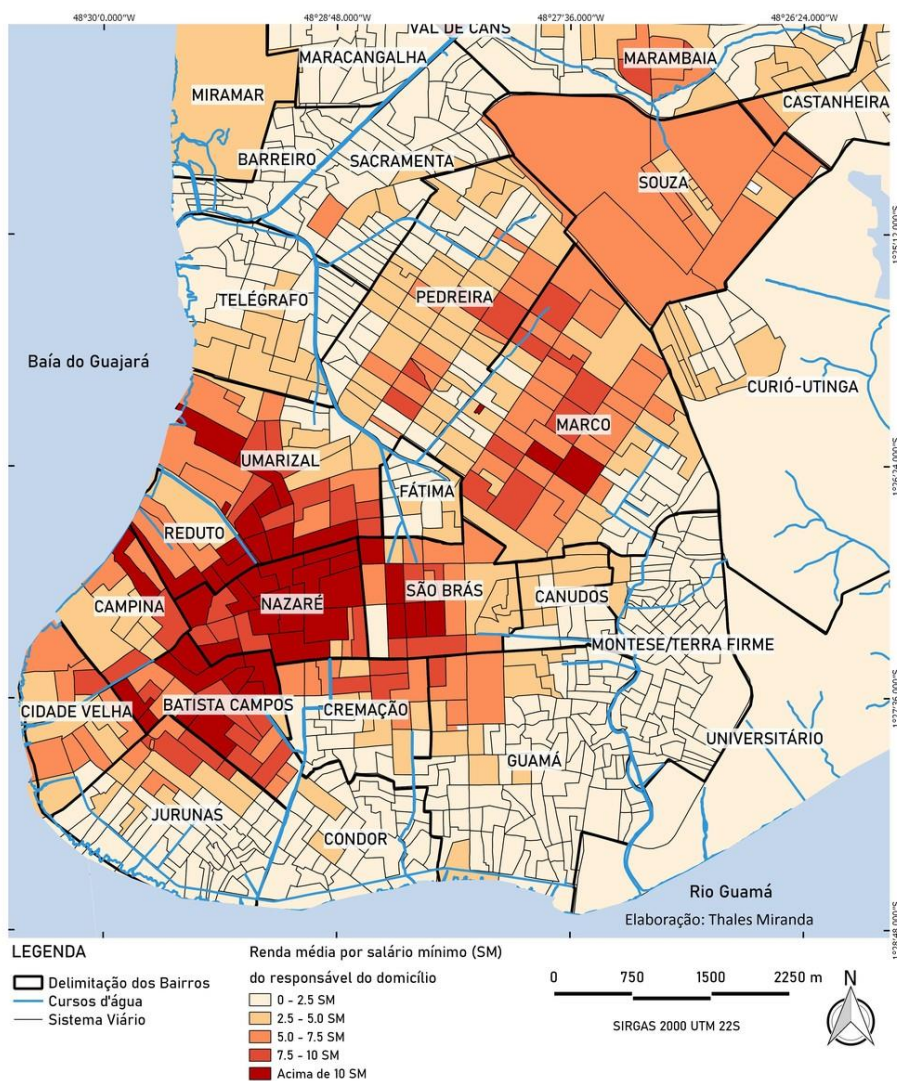


nova morfologia urbana em Belém, acentuando a concentração de renda e a segregação sócio-espacial motivadas pelo avanço do rentismo e da financeirização da moradia. Nesse sentido, também se amplia o processo de urbanização em direção à Avenida Augusto Montenegro, que obteve uma valorização e expectativa de lucro altíssima com base na LCCU/99.

Distante de estruturas financeiras sofisticadas, a rentabilização do espaço urbano cresceu a longo prazo, tendo nos aluguéis dos imóveis uma fonte de aquisição de renda inusitada para a classe média e média alta (CARDOSO *et al.*, 2020). O resultado desse aumento *rentista* e dessa verticalização reconfigurou, em termos gerais, boa parte da dinâmica da RMB, transfigurando uma desigualdade espacial de renda extremamente polarizada entre Centro-Periferia (que transpassa os anos de 2005, 2012, 2016 e chega até os dias de hoje), ao passo que fixou um *paradigma* de desenvolvimento urbano, como observado na Figura 4.



Figura 4 – Desigualdade de renda em Belém por salário-mínimo (2018)



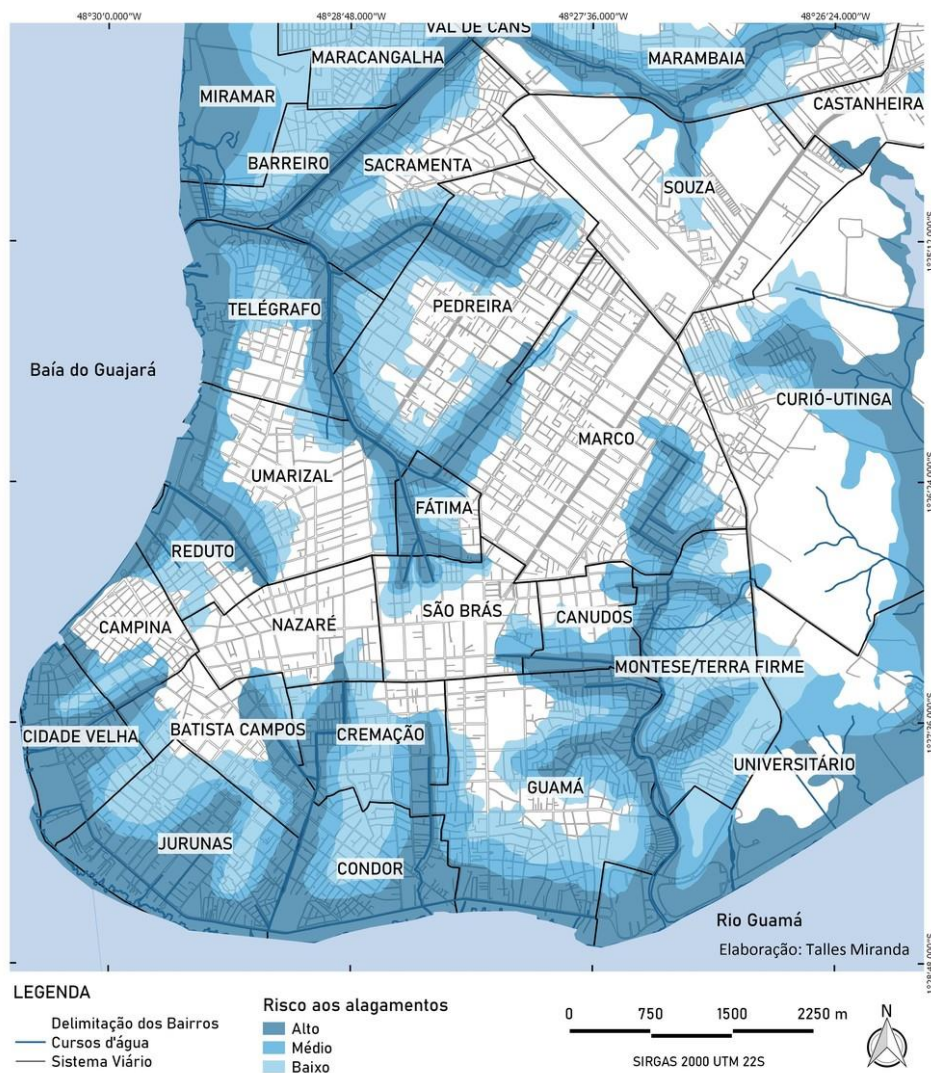
Fonte: Miranda (2018).

Relembramos que a economia de Belém não é uma economia industrial ativa, de produção bruta de capital fixo, nem de indústria de transformação, mas sim de circulação de bens via comércio e ativação das atividades via setor de serviços.

Relembramos também que Belém está na Amazônia, o maior bioma do planeta, e sua desigualdade de renda estaria interligada aos termos socioambientais de acompanhamento, algo que se torna claro quando ouvimos qualquer belenense reclamar dos alagamentos das ruas em dias de chuva forte, das enchentes e da falta de saneamento adequado. Tudo isso ocorre em áreas ambientalmente vulneráveis que, não por coincidência, são as áreas de menores níveis de renda (Figura 5).



Figura 5 – Áreas com risco de alagamento em Belém (2018)



Fonte: Miranda (2018).

Segundo Ouríveis *et al.* (2016), o MPL qualifica a catraca de ônibus como um objeto material de distinção entre ricos e pobres, brancos e negros, homens e mulheres, no sentido de que todos devem usufruir dos direitos ao transporte público. Sendo assim, as manifestações em torno do aumento da tarifa do transporte público não via mais como alternativa o congelamento de preços, ou mesmo melhorias nas condições dos ônibus rodoviários, mas uma *extinção* completa da *tarifa* rodoviária.

Compreendendo a ideia de que as indignações do movimento popular das “Jornadas de Junho”, em 2013, não foram só por “20 centavos”, e que tal insatisfação não representara somente um mero aumento quantitativo do preço pago por conta da sua variação inflacionária, entende-se que se tratou de uma indignação estrutural com



a crise econômica e a má gestão pública da democracia neoliberal, bem como da fadiga de pegar um ônibus lotado, quente e perigoso (porque muitos deles passam por trechos com altos índices de criminalidade), e ter que “meter o pé” na água da vala pra entrar em casa, em dias de pancadas chuva.

As passeatas que iam da Avenida Almirante Barroso até o Entroncamento rogavam “Vem pra rua!”, “A rua é nossa!”, “Se a tarifa não baixar, a cidade vai parar”, decretando claramente a tamanha sobreposição do espaço privado pelo público, pois, naquele instante, o maior ato político era tornar o próprio perímetro urbano, um ambiente público, inviável para qualquer circulação de veículos privados. As Jornadas reuniram skatistas, feministas, LGBTs (até então LGBTs e não LGBTQIA+) e uma pluralidade de bandeiras, e de modo análogo a seus antecessores, entraram em diversos conflitos violentos contra policiais militares, resultando em feridos e detidos para delegacia.

Em proporção colossal, no Brasil, as “Jornadas de Junho” tiveram alcance em mais de 500 cidades. Utilizaram-se táticas como o ciberativismo, assembleias populares, autodefesa de massas, destruições de patrimônio público, barricadas, pichações e táticas grupais de *Black Bloc* (OURÍVEIS *et al.*, 2016). Essa série de manifestações sistematicamente arquitetadas pode ser registrada como uma das mobilizações sociais mais eficazes – lógico, no curto prazo – em ação de pressão social para atendimento de exigências frente ao governo (MORAES, JOURDAN; FERREIRA, 2015).

Materialmente, isso se expressou na criação da Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una (FMPBU), em 2013, na sua articulação com o Movimento Belém Livre (MBL), com base nas problemáticas da Bacia do Una, área mais vulnerável da metrópole, composta pelos bairros: Marambaia, Val-de-Cans, Benguí, parte periférica de São Braz e Nazaré, Umarizal, Fátima, Telégrafo, Pedreira, Marco, Barreiro, Sacramento, Souza, Castanheira, Maracangalha, Miramar, Mangueirão, Cabanagem e Una (CRUZ; SOARES, 2017).

Assim, as mobilizações integraram em paralelo outras frentes em defesa das bacias da metrópole, como as Bacias do Tucunduba, da Estrada Nova e do Una. Uma distinção crucial entre os movimentos de moradia, após as Jornadas de 2013 e as



mobilizações da época do regime militar, é a judicialização dos conflitos, como apontam Cruz e Soares (2017), que levou os atingidos a procurar a Defensoria Pública e o Ministério Público, ou – como no caso dos moradores da Estrada Nova, onde havia obras e projetos atrasados – a Comissão de Moradia e Assistência Comunitária da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/PA).

É importante lembrar que [...] os questionamentos e reivindicações da FMPBU não giram em torno apenas dos alagamentos e inundações em si, mas às suas causas, na medida em que apontam para a falta de manutenção do sistema de macrodrenagem, para a corrupção na gestão pública relacionada ao sumiço dos maquinários destinados à manutenção das obras do PMU, bem como para a apatia e morosidade do Poder Judiciário e do Ministério Público. (CRUZ; SOARES, 2017, p. 12).

Entretanto, como resultado, Belém não obteve a isenção da tarifa de ônibus, como outras cidades metropolitanas; hoje, em setembro de 2021, ela não é mais R\$ 2,95, mas sim R\$ 3,60. Belém não teve elevação de investimentos voltados para educação e saúde, e, como visto nas Figuras 4 e 5, sua desigualdade social permaneceu íntegra prosseguindo até 2018.

Revertendo o caminho do universal ao particular, não só em Belém é observável que as pequenas conquistas efêmeras das Jornadas de Junho, em 2016, com a mudança de trajetória do governo, tiveram sua anulação automática, e nisso houve um ponto de inflexão para uma crise estrutural; contudo, não cabe ao texto tratar desse período posterior².

Considerações finais: Belém na acumulação de capital

O excedente de capital “escoado” no zoneamento do PDGB e a “reforma urbana” aplicada pelo PDU incitaram uma supervalorização do espaço belenense. Com o crescimento da economia a partir de 2003, tal supervalorização foi tomada em seus aspectos mais cruciais de rentabilidade, quando a verticalização da cidade, estrategicamente posicionada, visou uma concentração de atividades rentistas e financeiras consistentes o suficiente, com o intuito de aglutinar as disparidades de

² Para ser justo com os fatos históricos, pode-se citar como “possível” tentativa de reforma do setor de transporte na metrópole a implementação do *Bus Rapid Transit* (BRT), uma estratégia de crescimento e “melhora” para o setor amplamente utilizada em regiões emergentes, como a cidade de Belém, onde teve sua concepção iniciada em 1991 e o início de sua implementação em 2012. Contudo, as controvérsias, as regressões e a expectativa do empreendimento são problemáticas quando observadas a longo prazo e, desse modo, é inviável ter a certeza se o custo-benefício do empreendimento foi um mau-negócio ou uma das piores investidas já feitas na cidade para “calar a boca” das classes desfavorecidas, reféns da oferta de transporte público.



renda de forma mais incisiva que a própria lógica de repressão instaurada pelo governo militar no espaço da cidade.

Com isso, os dois recortes históricos dos movimentos populares têm como pano de fundo não só a luta pelo transporte público, mas uma lógica de desigualdade sócio-espacial e de renda, por meio da qual os espaços públicos vão se tornando privados, e as empresas responsáveis nas parcerias público-privado valorizam o próprio capital aplicado, desconsiderando o objetivo final do bem público.

De acordo com David Harvey (2014), tais fenômenos observados em 2011, 2012 e 2013, nas metrópoles mundiais dos Estados Unidos e da Europa, não devem ser analisados de forma isolada, mas de maneira sistemática à lógica de valorização urbana do capital, de modo que tais manifestações sociais refletiram o enraizamento das contradições do sistema econômica dentro do contexto urbano, esse “palco” de lutas sociais, ou seja, dentro das contradições *urbano-capitalistas*.

Na visão desse autor, o sistema econômico capitalista sai de crises estruturais adotando uma estratégia indispensável para sua manutenção: a alocação de novos espaços para acumulação (HARVEY, 2013). Nesse esquema de funcionamento, os processos de urbanização – induzidos pelos planos diretores, planos de desenvolvimento e reformas urbanas – são os meios chave para que o capital paralisado, em pleno estado de desvalorização rentável, seja adequadamente realocado.

Adentrando capital no meio urbano, a fragmentação e a reconfiguração de propriedades é um dos fenômenos mais preponderantes a ser destacado, conduzindo, desse modo, a fenômenos de segregação sócio-espacial. As lutas sociais, no entanto, apresentam-se como manifestações de luta pelo direito à cidade, pelo pleno uso da cidade e seu consumo, do qual muitos são excluídos de participação e pertencimento.

O direito à cidade é definido por Harvey (2014, p. 28-30) como um direito de reinventar a cidade de acordo com os nossos “mais profundos desejos” e, com isso, “reivindicar o direito à cidade no sentido que aqui proponho equivale a reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas, e pressupõe fazê-lo de maneira radical e fundamental”.



As mudanças urbanas desses dois níveis analisados em Belém não alteraram somente a infraestrutura econômica, mas causaram uma revolução no *modo de vida* das pessoas. Indo do particular ao universal, do local ao global, o *boom* imobiliário em Belém também foi experimentado em cidades chinesas, norte-americanas, árabes e inglesas, claro que não na mesma proporção, mas com um padrão de comportamento sugestivo.

A qualidade da vida urbana tomou-se uma mercadoria para os que têm dinheiro, como aconteceu com a própria cidade em um mundo no qual o consumismo, o turismo, as atividades culturais e baseadas no conhecimento, assim como o eterno recurso à economia do espetáculo, tornaram-se aspectos fundamentais da economia política urbana [...]. O direito à cidade como hoje existe, como se constitui atualmente, encontra-se muito mais estreitamente confinado, na maior parte dos casos, nas mãos de uma pequena elite política e econômica com condições de moldar a cidade cada vez segundo suas necessidades particulares e seus mais *profundo desejos*. (Ibidem, p. 46-63, grifo nosso).

Se, no primeiro momento do recorte, a carteirinha de meia-passagem era uma conquista a ser materializada, no segundo, essa conquista se converteu em angústia, estranhamento, confronto com os próprios estudantes favorecidos com o direito e que, por isso mesmo, sua abolição, não só da carteirinha como da tarifa de ônibus em geral, foi vista como saída.

No domínio dessas contradições, a impressão consequente no plano urbano foram conflitos e, como expoente da cidade de Belém, conflitos no entorno do transporte público municipal. Até que ponto essa pauta fará parte da agenda de insatisfações para os movimentos sociais não se sabe, mas sabe-se que esse é um campo que movimenta fluxos correntes de *lucro, salários e imposto*, fontes de interesse para o orçamento da prefeitura e da própria acumulação de capital.

Nesse ponto de encontro, a tomada de decisão é minuciosamente considerada. Exemplo prático dessa cautela em favorecer o povo (de relutar pela garantia de um sistema de oligopólios rentável e que precisa ser “dosado” em anos de eleição, assim como as atividades de repavimentação de vias) foi o veto da implementação de equipamentos de ar-condicionado nos ônibus, em maio de 2017 – os vereadores da Câmara Municipal de Belém (CMB) votaram contra o projeto de lei que obrigaria as empresas de ônibus a instalarem aparelhos de ar-condicionado nos coletivos da cidade



–, já que não interessa o conforto nem a viabilidade, mas somente oportunidades de expansão rentável de lucro.

Impossível não reconsiderar que, ao longo dos anos, a precariedade do transporte público esteve presente na linha mínima de condições de conforto, apenas para oferecer o “básico”. Nesse sentido, o “básico” é só uma linha no emaranhado de contradições vivenciadas pelo belenense, e sua natureza despontou das modificações urbanas, das “reformas” donde emanaram disparidades sociais graves de forma sistemática. Entretanto, tal “linha” é uma linha-mestra que, se esmiuçada, tem a capacidade de servir como problema norteador de conflitos urbanos importantes em um trabalho de pesquisa mais amplo.

O ar-condicionado é contraposto pelo mormaço no interior dos ônibus durante as chuvas da tarde, mormaço que “ferve” e ocasiona desconforto entre os passageiros por conta das janelas fechadas. Nessa perspectiva, o espaço urbano deve ser reconsiderado, de tal forma que tanto os aspectos socioambientais quanto as dinâmicas de acumulação sejam indistintas, indissociáveis da análise. Na pista, devido aos fortes temporais, árvores caem sobre os carros estacionados no bairro de Nazaré; enchentes pifam televisores e deterioram móveis nas casas “empilhadas” da Terra Firme (bairro periférico); buracos na pista são abertos para as obras da Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA) etc. Assim o ambiente deve ser recategorizado.

Todavia, a Belém que conhecemos hoje tem novos processos paralelos em andamento. Antes de sair de casa, um trabalhador da classe média baixa acessa seu celular *Android* e checa o *Moovit*, aplicativo que informa rotas. Ele decide se hoje vale a pena caminhar 153 metros até a parada de ônibus mais próxima, esperar 15 minutos, pagar R\$ 3,60 por uma passagem, se vulnerabilizar em meio a um aglomerado de trabalhadores de baixa renda sem máscara (ao mesmo tempo em que tenta evitar a COVID-19) e descer a 200 metros do seu destino, ou “chamar” um *Uber* e pagar um pouco mais de R\$ 8,70.

Da janela desse *Uber*, no banco do passageiro, solitário e taciturno, se vê o estudante universitário, o ambulante, idosos, mulheres grávidas que vieram de longe fazer um exame na Santa Casa de Misericórdia e uma “manada” de cidadãos que



dependem desses R\$ 3,60 para sobreviver. Para esse passageiro de semblante apático, os vários olhares lhe devolvem tal indiferença.

Um pouco atrás do corredor da pista, uma picape “4x4” buzina histericamente para o ônibus, atrasado, intolerante; ciclistas correm o risco de serem atropelados por motoqueiros que pegam a ciclofaixa, agoniados para entregarem alguma comida rápida do *iFood* ou *Rappi*; e por fim, os pedestres devem se esquivar desses “touros” furiosos que contam os segundos para ultrapassarem a faixa, inquietos, com os pés prontos nos aceleradores para avançar sem se importarem com quem quer que esteja à sua frente.

Referências bibliográficas

BRASIL. Fundação Cultural do Pará (CENTUR). Acervo da Biblioteca Pública “Arthur Viana”: Apresentação de Periódicos, 2015.

DIÁRIO DO PARÁ. Vereadores rejeitam ar-condicionado em ônibus. **Diário do Pará Online**, Belém, 10 maio. 2017. Notícias/Notícias Pará. Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/para/noticia-413201-vereadores-rejeitam-ar-condicionado-em-onibus.html?d=1>. Acessado em: 25 ago. 2021.

CARDOSO, A. C. D; LIMA, J. J. F; PONTE, J. P. X; VENTURA NETO, R. S; RODRIGUES, R. M. Morfologia urbana das cidades amazônicas: a experiência do Grupo de Pesquisa Cidades na Amazônia da Universidade Federal do Pará. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Belém v. 12, p. 1-18, 2020.

CRUZ, S. Lutas Sociais e a cidade: os movimentos sociais urbanos em Belém. In: SANTANA, Joana Valente; SÁ, Maria Elvira Rocha de (Org.). **Políticas Públicas e Lutas Sociais na Amazônia: enfoques sobre planejamento, gestão e territorialidades**. Belém: ICSA/ UFPA, 2011. p. 187-243.

CRUZ, S; SOARES, P. Movimentos sociais, urbanização e grandes projetos de infraestrutura: uma análise sobre a cidade de Belém (PA). XXXI CONGRESO ALAS Uruguay. Las encrucijadas abiertas de América Latina; La sociología en tempos de cambio. **Anais do evento**. Diciembre, Montevideo, 2017. Disponível em: https://www.easyplanners.net/alas2017/opc/tl/6641_sandra_helena_ribeiro_cruz.pdf. Acessado em: 25 de ago. 2021.

CUNHA, R; DA SILVEIRA, F. Um olhar à cidade de Belém sob o Golpe de 1964: paisagens e memórias de estudantes e artistas. **ILUMINURAS**, v. 10, n. 23, 2009. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/10076>. Acessado em: 25 ago. 2021.



DAS MERCÊS, S. "GT1-786 Mudanças e Continuidades na Provisão do Transporte Coletivo em Belém". **Anais enanpur**, v.12, n. 1, 2007. Disponível em: <http://www.anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1086>. Acessado em: 25 ago. 2021.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**/David Harvey; tradução Jeferson Camargo. - São Paulo: Martins Fontes - selo Martins, 2014.

MIRANDA, T. **Interfaces do verde metropolitano: estudo para a criação do sistema de áreas verdes para a região metropolitana de Belém**. Trabalho de Conclusão de Curso- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU). Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

MORAES, W; JOURDAN, C; FERREIRA, A. **A insurreição invisível: uma interpretação anti-governista da rebelião de 2013/14 no Brasil**. Núcleo de Estudos do Poder, UFRRJ. Rio de Janeiro. Acessado em: 25 ago. 2021.

MOROTOMI, Igor; TOURINHO, H.Z.; LÔBO, M. A. A. "BRT e configuração da estrutura intraurbana: o caso da Região Metropolitana de Belém-Brasil" In: **Proceedings of 8th Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável**, 2018, p. 1469-1487. Disponível: <https://www.dec.uc.pt/pluris2018/Paper1469.pdf>. Acessado em: 25 ago. 2021.

MOURA, B.M; NETO, R.D.S.V. Parâmetros de ocupação do solo e transformações urbanas em Belém (1979-2018). **Acta Geográfica**, Boa Vista, v. 13(33), p.113-134, 2019. Disponível: <https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/5504>. Acessado em: 20 ago. 2021.

OURÍVEIS, M; DO ESPÍRITO, S; DINIZ, E. H; RIBEIRO, M. M. Movimento passe livre e as manifestações de 2013. **Artefatos Digitais para mobilização da Sociedade Civil**, 2016. Disponível: <http://books.scielo.org/id/hk62f/pdf/pinho-9788523218775.pdf#page=137>. Acessado em: 25 ago. 2021.

PINHEIRO, A. D. C. L; PONTE, J. P. X; RODRIGUES, R. M. A Política de transporte público e a estruturação do espaço urbano na região metropolitana de Belém. In: Marco Aurélio Costa, Bárbara Oliveira Marguti (Org.). **Funções públicas de interesse comum nas metrópoles brasileiras: transportes, saneamento básico e uso do solo**, 2014, p. 291-322.

ŽIŽEK, Slavoj. "Problemas no paraíso". MARICATO, Ermínia et al.; **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. p. 101-108, 2013.



USUÁRIOS DE CRACK E/OU SIMILARES E SUAS TERRITORIALIDADES NOBAIRRO DA CAMPINA, EM BELÉM: VULNERABILIDADE E RE- EXISTÊNCIA NO ESPAÇO PÚBLICO



Alan Pereira Dias
Rayanne de Souza Carvalho

Introdução

O uso de crack e/ou similares tem evidenciado novos desdobramentos dentro da problemática das drogas no Brasil devido à grande visibilidade de seu consumo em espaços públicos de diversas metrópoles, denominados pelo senso comum de “cracolândias”. Por “similares” do crack, compreende-se a pasta base, a merla (ou melado) e o óxi, psicotrópicos que também derivam da folha de coca, apresentados na forma de “pedra” e fumados com o auxílio de cachimbo. Além disso, os usuários dessas substâncias apresentam padrões de comportamento semelhantes e, na ausência de exames toxicológicos e se tratando de um mercado ilegal, muitas vezes, as denominações se confundem e/ou se sobrepõem (BASTOS; BERTONI, 2014).

Cavalcanti e Frúgoli Jr. (2013), ao realizarem um estudo etnográfico em “cracolândias” de São Paulo e do Rio de Janeiro, ressaltam seu caráter móvel e utilizam a noção de territorialidades itinerantes para agregar dinâmicas relacionais e espaciais urbanas. Os autores reconhecem o estigma em torno do termo “cracolândia”, porém, ressaltam a sua importância, pois se trata de territorialidades reconhecidas por outros atores e agentes com os quais estabelecem relações tensionadas. Já Bastos e Bertoni (2014) utilizam o termo “cenários de uso” de crack, conceito sócio-antropológico que diz respeito às aglomerações e formas de sociabilidade em torno da droga, evitando o estigma do termo “cracolândia”.

Em Belém, esse cenário é identificado a partir de matérias jornalísticas da segunda década do século XXI, como a publicada pelo *site* Diário Online, em 2013: “Centro de Belém cede espaço para a cracolândia”. A reportagem apontava a formação de “cracolândias” na área central da cidade, em especial no “Comércio” (denominação



popular para uma parte do bairro da Campina), onde em determinados pontos, como praças, ruas, calçadas, no entorno de prédios públicos etc., se concentravam indivíduos com o intuito de usar e vender crack e outras drogas ilícitas. A matéria acrescenta que, em geral, tais “cracolândias” são formadas por pessoas em situação de rua ou de vulnerabilidade que realizam pequenos “bicos” e práticas de mendicância para a manutenção do consumo de drogas. Ainda que eivado de sensacionalismo e certa simplificação, o imaginário jornalístico acerca do uso de crack em Belém indica uma historicidade e uma permanência do fenômeno no cotidiano, sobretudo na área do velho centro da cidade.

O presente texto é um misto de ensaio etnofotográfico e reflexões socioespaciais, o qual emerge de um resgate de vivências estabelecidas no âmbito do trabalho de conclusão do curso de Licenciatura Plena em Geografia, pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), “Território e territorialidade dos usuários de crack no bairro da Campina, em Belém” (DIAS; CARVALHO, 2017), orientado pelo Prof. Dr. Aiala Colares Couto. A monografia teve como objetivo central analisar a territorialidade dos usuários de crack no espaço público do bairro da Campina, bem como o estabelecimento de agrupamentos e ocupações precárias no espaço público. O trabalho contou com incursões a campo, entrevistas estruturadas e conversas informais com usuários de crack e/ou similares.

Mesmo com as limitações de um trabalho de graduação¹, estabelecemos ricas experiências e diálogos com os sujeitos. Porém, muitas situações não foram aproveitadas no trabalho final por falta de maturidade de pesquisa, mas também por uma carência no lidar com dados sensíveis que extrapolam a objetividade de relatórios “lineares”. São alguns desses dados, experiências e vivências que pretendemos apresentar aqui, com breves notas de campo e fotografias de fins de 2016 e início de 2017, as quais delineiam as formas do habitar de usuários de crack e/ou similares no

¹ Das inquietações que permaneceram e do interesse em aprofundar o estudo, dois projetos de mestrado foram desenvolvidos: o primeiro, “A experiência espacial de pessoas que fazem uso de crack e/ou similares no Centro Histórico de Belém-PA: territorialidade e lugaridade no espaço público”, foi defendido em janeiro de 2021 por Alan Dias; e o segundo, de Rayanne Carvalho, “Vida nas ruas: cotidiano e apropriação dos espaços públicos por pessoas em situação de rua na cidade de Belém-PA”, está em andamento. Ambos os trabalhos estão vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), sob orientação da Profa. Dra. Simaia do Socorro Sales das Mercês.



espaço público do bairro da Campina, seja em situação de rua ou passando boa parte do tempo nela.

Para contextualizar os elementos do texto, ressaltamos que nos inspiramos nas proposições de Souza (1995; 2013) para refletir acerca da territorialidade empregada por usuários de crack e/ou similares, das estratégias de ocupação de pequenos pontos (“nanoterritórios”), do conjunto de táticas inventivas, das bricolagens, nos termos de Certeau (1998), junto a “acertos”, mesmo que vagos e fluidos, tanto internamente aos agrupamentos quanto em sua relação com outros atores que habitam o bairro da Campina. Entendemos que esses arranjos da “rua”, do cotidiano dos sujeitos, podem ser identificados como formas de re-existência, enquanto reivindicação de um modo de vida e de uma subjetividade outra (TAIKETI, 2014; BERTOLOZZI JR., 2018).

Cenas de uso de crack e/ou similares no bairro da Campina: a “rua” e o habitar precário

O bairro da Campina é conhecido popularmente como “Comércio”, antigo núcleo central da cidade de Belém com diversas edificações que resistem ao tempo, sendo alvo de intenções e palco de intervenções de revitalização. O local resguarda um valor simbólico e histórico, uma centralidade popular e turística devido ao complexo do Ver-o-Peso e aos espaços de lazer voltados para a classe média, como a Estação das Docas. Durante o horário comercial, diversas pessoas circulam pelo bairro: consumidores, turistas, camelôs, flanelinhas, funcionários de órgãos públicos etc., todos se misturam na paisagem. Esse cenário contrasta com o horário noturno, quando os comércios fecham as portas e a movimentação de pessoas diminui em diversos pontos, apresentando um aspecto de esvaziamento. É pela noite que se configuram as cenas de uso de crack e/ou similares, pequenos agrupamentos em calçadas de lojas, praças e ruas.

A partir dos trabalhos de campo realizados entre dezembro de 2016 e janeiro de 2017, identificamos 14 pontos onde se estabeleciam cenas abertas de uso de crack e/ou similares no bairro da Campina, com aglomerações que iam de 3 a 15 pessoas em torno da droga. Em geral, os agrupamentos maiores giravam em torno de pontos de repouso para pessoas em situação de rua, onde apresentassem um mínimo de proteção às intempéries naturais, como a chuva comum na capital paraense.



Os sujeitos e os locais de ocupação

*Sem rumo e sem teto
Desde criança
Ficou a esperança Distante de mim
Mas eu to na minha
E sento na praça Tranquila ameaça
À falsa moral
Marginal! Marginal! Marginal! (4x)
(Paulo Diniz, 1970)*

Mesmo na investigação sobre o uso de drogas ilícitas na visibilidade pública, essa ainda estabelece um secretismo próprio a práticas rotuladas como “desviantes”, ou seja, não é algo evidente para os externos à cena. Ao caminhar pelas ruas da Campina, sobretudo à noite, não é difícil encontrar agrupamentos de pessoas em situação de rua; é onde usuários de drogas ilícitas se misturam a indivíduos em outros contextos de vulnerabilidade com uma proximidade física, ainda que não formando uma unidade, um grupo coeso. Na verdade, são como dois estranhos dividindo um banco de uma praça, porém, trata-se aqui de um espaço de repouso, ou de “lazer” ilícito.

Diversas características genéricas, ou estigmas, são compartilhados entre os sujeitos em vulnerabilidade social, como aparência debilitada, corpo esguio e roupas sujas. Porém, no caso dos usuários de crack e/ou similares, o que os destaca é a presença do cachimbo (Figura1), instrumento particular ao modo de uso dessas substâncias.



Figura 1 – Cachimbo e isqueiro, instrumentos para o uso de crack e/ou similares



Fonte: Dias e Carvalho (2017).

Em campo realizado em 17 de dezembro de 2016, no horário de 0h às 2h, identificamos uma cena de uso de crack expressiva na parte de trás do antigo prédio da Receita Federal (desativado após um incêndio em 2012). Lá, havia cerca de 15 pessoas; algumas estavam sentadas em papelões ao longo da calçada, bebiam álcool, conversavam, e outras estavam deitadas dormindo. Algumas portavam objetos como mochilas, sacolas com roupas e lençóis, outras estavam descalças e sem camisa.

Aproximamo-nos levando roupas para doar e perguntamos se alguém gostaria de conversar. Ainda que não tenha se revelado nenhuma animosidade, era visível que nossa presença os incomodava. Conseguimos estabelecer um diálogo com um trio, “Pedro”², “Ângela” e “João”, que nos permitiram sentar ao lado deles. Enquanto nos apresentávamos, vimos em suas mãos que portavam cachimbos.

Perguntamos o que eles usavam e nos relataram que era óxi. “Pedro” e “Ângela” eram um casal e disseram possuir uma residência, mas se dirigiam ao bairro da Campina com o intuito de usar drogas. Eles fumaram em nossa presença. “João”

² Utilizamos pseudônimos para retratar os sujeitos entrevistados para, assim, proteger suas identidades, visto que seus relatos abordam não só situações de precariedade e estigmatização, mas também práticas que podem ser qualificadas como ilegais.



trocou algumas palavras conosco, mas parecia ser o mais incomodado e, em certo momento, pediu que nos afastássemos.

No dia 26 de janeiro de 2017, retornamos ao mesmo ponto, dessa vez à tarde, por voltadas 16h. Encontramos apenas duas pessoas na calçada, porém, era possível identificar as marcas da ocupação de diversas pessoas, como mostrado na Figura 2, onde uma dezena de papelões estavam agrupados no chão (alguns com pertences), como que demarcando o espaço pessoal de cada um, bem como havia roupas penduradas nas janelas. Os donos estavam pelo entorno, atuando como flanelinhas e lavando carros, outros ficavam sentados no banco da Praça do Escoteiro, no lado oposto ao prédio.

Figura 2 – Parte de trás do antigo prédio da Receita Federal



Fonte: Dias e Carvalho (2017).

Nesse dia, conhecemos “José”, conhecido como “Japa”, de 29 anos, usuário de crack e/ou similares. Ele nos relatou que possuía família em Icoaraci e que se



encontrava em situação de rua há 15 anos devido ao vício em entorpecentes. Durante o dia, trabalha lavando carros para conseguir dinheiro para comprar drogas, como cocaína, crack ou maconha. Para ele, o óxi e o crack se tratam da mesma coisa, e nos mostrou uma pequena pedra da droga, de cor amarelada, dizendo que custa, em média, R\$ 10. Afirmou que não há conflitos entre as pessoas que dormem naquela área, mas que existe uma rixa com o “pessoal lá de baixo”, uma referência ao grupo que se localiza nas proximidades da Feira do Açaí, destacando que “eles” são mais violentos. Sobre a polícia, ele disse: “Nós pra cá, eles pra lá”. Conta também que cumpriu pena de sete anos, pois, em 2009, matou um homem sob efeito de entorpecentes.

Alegou que eles haviam cometido um assalto e o homem não entregou a parte dele, por isso, o esfaqueou durante uma briga. Por fim, nos disse que existem certas regras impostas pelo grupo para que se estabeleça uma boa convivência, como não “mexer” com estudantes, não roubar os ônibus e respeitar os “irmãos” da igreja. Porém, em geral, essas regras não têm garantia de que serão cumpridas.

Outro ponto identificado se estabelecia na Praça Waldemar Henrique, nomeada pelos sujeitos de “Praça Abandonada”. Nos campos noturnos, ficamos receosos e não nos aproximamos, porém, buscamos estabelecer um contato no dia 26 de janeiro, à tarde. O entorno da praça estava movimentado, sobretudo na Praça do Escoteiro, no perímetro da Avenida Marechal Hermes, onde há uma parada de ônibus. O interior da Praça Waldemar Henrique estava vazio; então, nos dirigimos para a concha acústica onde avistamos três pessoas, “Joaquim”, “Ruth” e “Armando”. Aproximamo-nos e perguntamos se podíamos conversar, eles responderam positivamente e desceram da concha.

Sentamo-nos em um banco próximo ao monumento do busto do maestro e compositor que dá nome à praça. O homem mais velho, que estava sem camisa, foi o primeiro a falar conosco e respondeu algumas perguntas em nome do trio; seu nome era “Joaquim”, tinha 45 anos e parecia ter algum tipo de autoridade entre os três. Ele nos relatou ser de Belém e que estava em situação de rua há 22 anos por escolha própria, pois gostava de “viver na rua”. Trabalhava durante o dia como vendedor ambulante. Disse-nos que era dependente químico, usuário de álcool, maconha, cocaína e óxi. Acerca dos conflitos entre os que “vivem na rua”, destacou que não havia



uma rivalidade entre grupos, mas brigas pessoais “de cada um”.

Ainda que no início estivessem apreensivos com nossa presença, após a conversa com “Joaquim”, tanto “Ruth” quanto “Armando” ficaram interessados em falar. “Ruth”, de 35 anos, era de Benevides, estava em situação de rua há 22 anos e relatou que gostava de viver na rua. Era usuária de álcool, maconha, cocaína e óxi, e contou que tinha passagem pela polícia por tráfico de drogas, indicando que foi forjado, e esse foi o motivo pelo qual teve que sair de sua cidade. “Ruth” e “Joaquim” eram um casal, porém, não ficou claro desde quando estavam juntos.

“Armando” tinha 21 anos, nasceu em Igarapé-Açu e estava em situação de rua há quatro anos. Relatou que havia cumprido pena e que estava foragido da polícia por roubo em sua cidade natal, sendo esse o motivo que o levou a fugir para Belém. Trabalhava durante o dia como carregador nas barracas do comércio. Declarou ser usuário de álcool, maconha e óxi.

“Joaquim” nos disse que, em média, 15 pessoas utilizavam a concha acústica como espaço de repouso à noite, e que eles se espalhavam pela área central durante o dia, realizando suas atividades para obter dinheiro. Naquele dia, ele estava vigiando os objetos que permaneciam na concha. Perguntamos se podíamos entrar na concha e tirar algumas fotos, e ele permitiu.

As Figuras 3 e 4 apresentam o interior da concha acústica com os diversos objetos dos indivíduos que compõem as estratégias de sobrevivência ali adotadas, como a improvisação de uma “fogueira” para cozinhar alimentos, e alguns pertences, como garrafa de água, colchão, vasilhas, roupas, vassoura e outros utensílios de limpeza, os quais demarcavam a presença dos sujeitos, ainda que a expressividade da cena de uso de crack e/ou similares só se configurasse à noite, quando retornavam todos os que ali habitam. Como relatou “Joaquim”, a maioria dos que dormiam naquele local eram usuários de drogas ilícitas que, durante o dia, estabeleciam atividades para obter dinheiro para subsistência e para comprar substâncias psicotrópicas, sendo que a noite era mais “pacífica” para o uso.



Figura 3 – Praça Waldemar Henrique, interior da concha acústica



Fonte: Dias e Carvalho (2017).

Figura 4 – Praça Waldemar Henrique, fogueira para o preparo de alimentos



Fonte: Dias e Carvalho (2017).

Nos campos noturnos, identificamos uma cena não muito expressiva na Praça dos Pescadores, localizada entre o mercado do Ver-o-Peso e a Estação das Docas.



Nessa praça, os agrupamentos eram de, no máximo, cinco pessoas que sentavam nos bancos e realizavam o uso de crack e/ou similares. No dia 26 de janeiro, resolvemos ir ao local à tarde, no horário comercial, e lá observamos uma movimentação intensa de vendedores e passageiros de um pequeno porto utilizado para o embarque e desembarque de viagens entre Belém e Barcarena. Em meio à paisagem, havia diversas pessoas em situação de rua: uns dormiam na grama, em bancos ou em calçadas, e outros atuavam como flanelinhas e lavando carros (Figuras 5 e 6).

Optamos por nos aproximar de um grupo que ficava na calçada, rente à grade que separa o local da Estação das Docas (Figura 5). Lá, havia um homem sentado em um papelão: seu nome era “Leonardo”, tinha 30 anos e era proveniente do município de Vigia. Relatou-nos que estava em situação de rua há 15 anos e que possui familiares em Icoaraci e Ananindeua. Também nos disse que era usuário de drogas, como álcool, maconha e óxi. Durante o dia, ele realizava “bicos” pela feira e, às vezes, atuava como pescador. Afirma que a venda de drogas ocorre em “todo canto” do bairro e que quem vende “tem casa”.

Figura 5 – Praça do Pescador



Fonte: Acervo Alan Dias (2017).

Depois de nossa conversa com “Leonardo”, ficamos por mais um tempo na praça, onde sentamos em um banco para terminar algumas anotações e observar o



movimento. Em certo momento, avistamos uma abordagem policial a um trio de pessoas em situação de rua em outro banco não muito distante de nós. Após a abordagem, duas pessoas se afastaram, ficando apenas um rapaz que parecia bastante chateado com a situação, pois ele estava arrumando alguns vegetais que iria vender ali naquele ponto (Figura 6).

Então, aproximamo-nos dele com o intuito de conversar e ele respondeu positivamente, ainda que desconfiado. Seu nome era “Vitor”, tinha 26 anos e vinha do Maranhão, e relatou ser usuário de crack, óxi, álcool e maconha. Disse que veio conhecer Belém, porém, não conseguiu voltar e acabou ficando em situação de rua. Ele dormia em espaços públicos de São Braz e comentou que “quando dá pra trabalhar eu trabalho, senão eu só ando pela rua”; que “a lei da rua é muito doida, não posso tá falando muito, até as árvores têm ouvido”; e que “na rua ninguém pode tá falando muito” (informação verbal)³. Por fim, destacou as ações solidárias de grupos religiosos que ajudavam as pessoas em situação de rua com roupas e alimentos.

Figura 6 – Praça do Pescador, pessoa em situação de rua realizando trabalhos informais



Fonte: Acervo Alan Dias (2017).

³ Entrevista concedida por “Vitor”, usuário de crack e/ou similares em situação de rua, em 26 de janeiro de 2017.



O cotidiano e as territorialidades cíclicas e móveis vinculadas ao uso de drogas

Ao longo do trabalho desenvolvido (DIAS; CARVALHO, 2017), identificamos que os pontos onde se estabeleciam as cenas de uso de crack e/ou similares, em geral, apresentavam um caráter que Souza (2008) denomina de “espaço público anêmico”, onde há um encolhimento de margens de manobra, deterioração da sociabilidade e da civilidade, com aparência de “abandono”, ou com uma diminuição da frequência com que são visitados, havendo, assim, uma evidente relação entre o nível de “anemia” do espaço público e a estabilidade da cena. Além disso, as cenas mais estáveis se estabeleciam em locais de repouso de pessoas em situação de rua.

A maioria dos usuários de crack e/ou similares estava em situação de rua ou ficava grande parte do tempo nos logradouros públicos do bairro da Campina. Alguns dos sujeitos possuíam residência fixa e se deslocavam para tais pontos de acordo com seus ritmos particulares de consumo de drogas. Assim, não tratamos da ocupação de pessoas em situação de rua, ainda que exista uma série de atravessamentos entre os dois grupos, pois nem todos que se encontravam “fisicamente” próximos à cena eram dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, mas apenas compartilhavam uma situação de extrema vulnerabilidade, sendo importante salientarmos as especificidades de cada grupo e não reproduzirmos o estigma de que todas as pessoas em situação de rua são usuárias de drogas.

Como exposto nas falas dos sujeitos, os usuários de crack e/ou similares entrevistados são poliusuários, pois utilizam outras substâncias ilícitas, assim como o álcool. Eles expõem também um cotidiano repleto de vulnerabilidades e violências, as quais não se resumem ao uso prejudicial de drogas e à situação de rua, mas também dizem respeito a atividades precárias e informais, estigmatização e, em alguns casos, abuso policial.

Quanto à territorialidade dos usuários de crack e/ou similares, evidencia-se uma estratégia cíclica e móvel (SOUZA, 1995). No primeiro caso, há certa “conformação” com os ritmos diurnos e noturnos do bairro, onde os sujeitos atuavam em “bicos” durante o dia ou se deslocavam dos pontos fortemente ocupados por outras práticas, meio que se “misturando” à paisagem popular em meio a outros “homens ordinários” (CERTEAU, 1998), como no caso da Praça dos Pescadores



(Figura 6).

Em acordo com as rotinas dos sujeitos e de outros atores do bairro, as ocupações e o estabelecimento de cenas de uso de drogas ocorria de maneira expressiva à noite, momento em que o comércio fecha e o bairro se esvazia (o que não significa dizer que não ocorressem usos solitários durante o dia). Já o caráter móvel se evidencia pelo deslocamento de cenas dependendo de fatores como denúncias de moradores do bairro e incursões policiais, ou de elementos como a chuva, que inibe as cenas em pontos descobertos.

De maneira concreta, a territorialização dos sujeitos se evidencia por sua presença, mas também por suas “extensões”, seus pertences. São as sacolas plásticas com roupas suspensas em galhos de árvores, protuberâncias de muros e grades, ou os papelões no chão, demarcações do espaço pessoal tanto para os externos ao grupo quanto para os internos. São elementos que indicam suas bricolagens, adaptações ao espaço que não fora projetado para aquele habitar (CERTEAU, 1998). Mesmo nos horários diurnos, quando os sujeitos podem estar ausentes dos locais ocupados, se expressam limites em que muitas pessoas possuem receio de atravessar tais locais e, sobretudo, de permanecer neles.

Para não concluir

Diante do contexto de vulnerabilidade e violência vivido por usuários de crack e/ou similares, ressaltamos a importância e a necessidade de encará-lo com o devido cuidado e sensibilidade, não demonizando esses sujeitos que, além de enfrentarem os problemas da dependência química, possuem laços familiares e sociais desfeitos ou fragilizados, atuam em atividades precárias e vivem o sofrimento do estigma e da desumanização. Por outro lado, é importante não romantizar essa situação, nem ignorar os aspectos negativos para o indivíduo que é dependente químico, assim como para o convívio social em espaços públicos. Nosso posicionamento é de que um horizonte ético-político ampliado de re-existência para os sujeitos perpassa pela perspectiva da redução de danos, a qual visa reduzir os efeitos adversos e os níveis de vulnerabilidade relacionados ao uso nocivo de substâncias psicoativas (SODELLI, 2010), de forma contrária ao proibicionismo das drogas e à normatização internacional política, médica, jurídica, policial e moral em relação às drogas ilícitas (CARNEIRO,



2017).

De maneira concreta, entendemos que o horizonte de re-existência dos usuários de crack e/ou similares deve promover enlaces sob o prisma da política da redução de danos entre: 1) o mundo cotidiano da “rua”, a “voz” e a vivência de usuários de crack e/ou similares; 2) o aparato de assistência social do Estado; e 3) as mobilizações civis, agregando os movimentos sociais, políticos, populares, acadêmicos e mesmo os grupos de ações solidárias de cunho laico e/ou religioso não moralistas. Dessa forma, é possível constituir caminhos de resistências para os usuários de crack e/ou similares, respeitando a autonomia da pessoa humana, assim como caminhos de transformação para tais realidades, oferecendo possibilidades de dignidade e qualidade de vida aos indivíduos que estabelecem usos prejudiciais de drogas ilícitas.

Referências bibliográficas

BASTOS, F; BERTONI, N. (org.). O cenário do consumo de crack e o Inquérito Nacional sobre Crack, 2012. In: BASTOS, Francisco Inácio; BERTONI, N. (org.). **Pesquisa nacional sobre o uso de crack**: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? quantos são nas capitais brasileiras? Rio de Janeiro: ICICT/FIOCRUZ, 2014. p. 11-22.

BORTOLOZZI JR, F. “**Resistir para re-existir**”: criminologia (d)e resistência diante do governo necropolítico das drogas. 2018. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

CARNEIRO, H. O uso das drogas como impulso humano e a crise do proibicionismo. In: FIGUEIREDO, R; FEFFERMANN, M; ADORNO, R. (org.). **Drogas e sociedade contemporânea**: perspectivas para além do proibicionismo. São Paulo: Instituto de Saúde, 2017. p. 23-32.

CAVALCANTI, M; FRÚGOLI JR., H. Territorialidades da(s) crackolândia(s) em São Paulo e no Rio de Janeiro. **Anuário Antropológico**, II, p. 73-97, 2013.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

DIAS, A; CARVALHO, R. **Território e territorialidade dos usuários de crack no bairro da Campina em Belém**. 2017. 73 p. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade do Estado do Pará. 2017.

DIÁRIO DO PARÁ. CENTRO de Belém cede espaço para a crackolândia. **Diário do Pará Online**, Belém, fev. 2013. Disponível em: <http://www.diarioonline.com.br/noticiasinterna.php?nIdNoticia=236445&idrand=780>. Acesso em: 15 jun. 2020.



SODELLI, M. A abordagem proibicionista em desconstrução: compreensão fenomenológica existencial do uso de drogas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 3, p. 637-644, 2010.

SOUZA, M. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, I; GOMES, P; CORRÊA, R. (org.): **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.77-116.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.



EDUCAÇÃO POPULAR E ESPAÇO SOCIAL: BASES COMUNITÁRIAS DE UM CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR NA CAPITAL PARAENSE, CENÁRIOS DE UMA ANÁLISE ENTRE OS ANOS DE 2017 E 2019



Vandyson Cleyton Pina Costa
Sérgio Luís Barbosa da Silva
Andre Felipe dos Santos Vasconcelos

Introdução

Durante as décadas de 70 e 80 do século XX, diversas práticas de educação popular ecoaram na península belenense, as quais foram reflexos de movimentos de educação e cultura do povo criados no bojo da ditadura civil-militar, experiências essas afligidas na própria trajetória educacional brasileira (OLIVEIRA; NETO, 2019).

Nesse contexto, a subordinação da educação aos domínios teórico-ideológicos instaurados pelo golpe de 1964 foi associada a uma perspectiva dominante de caráter economicista. Ao abordar tal visão social de mundo do pensamento conservador, Guimarães (2016) demonstra que essa subordinação estava voltada à reprodução da sociedade e ao controle pelo capital. Tal condição pode ser evidenciada pelo atraso histórico da educação brasileira, pois a escola, enquanto espaço social, apesar de ser uma conquista universal e direito fundamental, deparou-se com apenas 35% de seus jovens cursando o segundo grau nos anos de 1970 (FRIGOTTO, 2010), e com um índice de 33,6% de jovens e adultos que, pareadas as taxas de analfabetismo em condições históricas, perfazem um número absoluto de analfabetos na ordem de 18,1 milhões de pessoas (HADDAD, 1995).

Face à situação educacional brasileira à época, foram construídos no contexto metropolitano amazônico, mais especificamente na cidade de Belém, movimentos sociais determinados por esse momento histórico em que o direito à escola era negado à população periférica da capital paraense (OLIVEIRA; SANTOS; SILVA, 2019). Esses movimentos de educação popular foram estimulados por iniciativas oriundas de



setores progressistas da igreja católica, baseados na Teologia da Libertação, envolvidos com projetos sociais de educação popular voltados a jovens e adultos; dentre eles, destaca-se o pioneirismo da República de Emaús¹. Esse movimento iniciou com um grupo de jovens na escola Salesiano, no bairro da Sacramenta, e suas ações frente à ascensão de movimentos sociais populares de tendência política à esquerda, posteriormente, lhe conferiram um caráter político-pedagógico (OLIVEIRA *et al.*, 2019).

Com a criação da Comissão de Bairros de Belém (CBB)², movimentos populares de cunho combativo tiveram um notório fortalecimento responsável pela unificação de outros movimentos e suas respectivas lutas, essencialmente de classe; alguns exemplos são as frentes sociais de reivindicação por melhores condições de vida, como moradia, saneamento e transporte (CBB, 1979).

Destacam-se nessa conjuntura outros dois movimentos de Educação Popular importantes em Belém: o primeiro data de 1979, no bairro do Guamá, na Escola Comunitária Maria Goretti, onde a população e a paróquia reivindicavam direitos à saúde e moradia (BARBOSA; NERI; OLIVEIRA, 2019); já o segundo ocorreu no Benguí, bairro onde a mobilização pelo direito à educação culminou com a formação do Núcleo de Educação Popular Raimundo Faria (NEP-BENGUÍ), que também foi um movimento social urbano composto por anseios de direito à moradia (OLIVEIRA; SANTOS; SILVA, 2019).

Nas experiências relatadas, a fundamentação classista dos movimentos é notorizada pela participação engajada das igrejas, que instituíram relevo político às manifestações populares a partir de determinações do evangelho ligadas à igreja profética progressista. Nessa conjuntura, Silva (2017, p. 139) apontou “a escola e os processos formativos tradicionais realizados pela igreja. Willian Godwin, Charles Fourier, Liev Tolstói, Max Stirner e Pierre-Joseph Proudhon foram alguns dos que destinaram severas críticas à educação em seus escritos”.

¹ Em 1970, a campanha da fraternidade foi direcionada para a alfabetização de jovens e adultos, e foi nesse contexto que surgiu o Emaús enquanto movimento social. As estimativas apontam que cerca de 1.700 jovens já participaram do processo de treinamento para voluntariado. O Movimento República de Emaús teve como fundador o padre Bruno Sechi, falecido em 2020, aos 80 anos de idade (OLIVEIRA *et al.*, 2019).

² Criada em janeiro de 1973, à época congregava 13 bairros de Belém, alguns deles são: Benguí, Cremação, Guamá, Jurunas, Marco, Pedreira, Sacramenta e Terra Firme. Dentre um dos principais objetivos da CBB constavam as reivindicações por direitos constitucionais (CBB, 1979).



Ao investigar a igreja profética em “*Os cristãos e a libertação dos oprimidos*”, o educador Paulo Freire menciona que, na linha profética, a educação se instaura como ação transformadora, cuja ação política é permanente e voltada à libertação. Nesse sentido, existe uma reflexão baseada na ação que é a própria *práxis*, autêntica e dialeticamente solidária (FREIRE, 1978; 2019).

A proposição delimitada pelos movimentos de Educação Popular em Belém, como a República de Emaús (1970), a Escola Comunitária Maria Goretti (1979) e o Núcleo de Educação Popular Raimundo Faria (1989), é sucedida de demais experiências que lidam com as desigualdades de acesso à educação em âmbito local. As experiências em questão possuem em comum a forte influência dos pressupostos educacionais freireanos frente a uma realidade de contraposição às desigualdades educacionais. O diálogo com os pressupostos freireanos conjuga a consciência intencional e dialética da educação, bem como os processos de transformação no ensino e a compreensão da educação enquanto ato político (DELIZOICOV, D.; DELIZOICOV, N., 2014; LOUREIRO; FRANCO, 2014; GUIMARÃES, 2016).

Portanto, ao delimitarmos a pesquisa a uma realidade de cursinho popular voltado às parcelas da população historicamente excluídas dos bancos universitários, adentramos o campo de ativismos educacionais e pedagógicos contextualizados por experiências de um cursinho popular em Belém. Castro (2005), em seu estudo sobre os cursinhos, menciona que esses espaços se expandiram durante a década de 1990 e constam como locais imbuídos de forte relação com associações de moradores e movimentos comunitários, uma condição própria do cursinho popular a ser analisado neste capítulo.

Os segmentos assistidos nas experiências populares de cursinhos, em essência, são alunos com perfis socioeconômicos e raciais historicamente excluídos do ensino superior e que enxergam nos cursinhos populares a possibilidade de acesso às universidades (BONALDI, 2018). Por conta disso, ao resgatar o histórico de grande desigualdade socioeducacional brasileira, estabelecemos vinculação entre vestibular e universidade, pois alcançar as instituições de ensino superior promove a realização do sujeito e seus anseios de “ser alguém”; esse sentimento de satisfação, ao se considerar



a ordem socioeconômica neoliberal vigente, notoriza os sujeitos oriundos de classes menos favorecidas (D'ÁVILA *et al.*, 2011).

O objetivo deste estudo, então, é analisar a educação popular, enquanto campo de atuação social voltado ao público de bairros periféricos de Belém, mediante os resultados alcançados em aprovações de jovens em instituições superiores de ensino.

Material e métodos

Para seguir a associação histórica da educação popular com as práticas coletivas e comunitárias, a metodologia da pesquisa foi baseada em nível de conhecimento popular. Para Marconi e Lakatos (2020, p. 85), esse tipo de conhecimento “compreende toda a informação recebida ou transmitida sem uma crítica expressa de suas fontes ou sua validade”.

O presente estudo foi possível devido ao prévio levantamento bibliográfico e documental (responsável pelo desenvolvimento da pesquisa), o qual está associado a uma análise voltada ao campo da pesquisa exploratória, nível de pesquisa reconhecido como social. Segundo Gil (2008) uma pesquisa social é pautada na obtenção de novos conhecimentos voltados à interpretação de uma realidade, de modo a desenvolver sobre ela novos saberes.

A pesquisa social identifica uma variedade de relações humanas incluídas em uma totalidade de problemas. Essa modalidade de pesquisa é pautada em aspectos relativos aos indivíduos e seu relacionamento com instituições sociais, e seu propósito é obter novos conhecimentos da realidade social (MARCONI; LAKATOS, 2002; GIL, 2008).

Além da análise do projeto de criação do cursinho, foi realizada uma coleta de dados baseada na exploração de informações contidas em espaços informacionais, tais como as redes sociais *Facebook* e *Instagram*. Quanto ao processamento de informações, foi utilizada a relação literal *Ipsis litteris*, “*pelas mesmas letras*”, que considera os relatos de participantes de um projeto socioeducacional chamado “Emancipa”.

A pesquisa foi orientada pelas recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), que sugere o contato entre pesquisador e participante (entrevista) em ambiente virtual. O procedimento em questão é justificável devido às



medidas de proteção quanto ao contágio de COVID-19 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021).

O Cursinho Popular Professora Fátima Bessa: entre a prática pedagógica e os atores sociais

O “*Cursinho Popular Professora Fátima Bessa*” (CPPFB) possibilitou a condução do presente estudo associado à relação histórica da cidade de Belém, bem como às experiências de luta e educação popular.

O núcleo de formação do CPPFB, em 2017, faz referência a uma iniciativa informal baseada na ideia de promover aulas de revisão na residência de um dos fundadores da proposta, o professor Allan Nacif, que hoje também é responsável pela coordenação do cursinho. O professor externou os dois principais motivos que o levou a formar um cursinho popular junto a um grupo de professores e estudantes universitários:

O engajamento em questões sociais devido participação em cursinhos pré-vestibulares e a realização de um sonho, pois podemos colocar em prática o que vimos em teoria, exercer a licenciatura de uma forma mais direta, devolver os investimentos, pois estudei em universidade pública e fui bolsista durante toda a graduação.

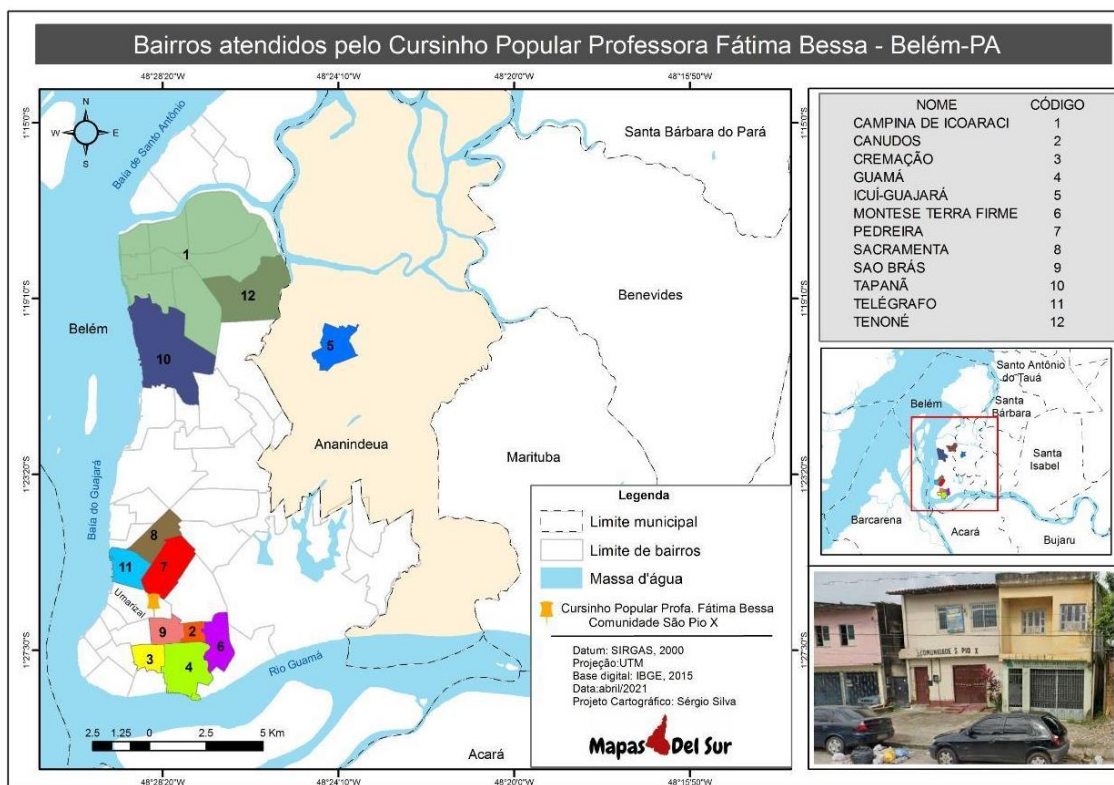
A priori, o ativismo citado mobilizou dez alunos participantes das aulas de revisão; dentre eles, dois foram aprovados em vestibulares locais. Em 2018, já com uma sala de aula formalizada, a iniciativa organizou sua primeira grande estruturação, ou seja, passou a ser realizada em um espaço sediado pela organização religiosa Comunidade São Pio X, no bairro de Fátima. Os alunos alcançados, agora assistidos pela ação comunitária, são oriundos de diversos bairros de Belém, tais como Pedreira, Sacramento, Telégrafo, Marco, Terra Firme, Cremação, Jurunas, São Brás, Canudos, Tapanã e o Distrito Administrativo de Icoaraci (DAICO, localizado cerca de 20 quilômetros do centro da cidade), além do bairro do Icuí e do município de Ananindeua, na Região Metropolitana de Belém³.

A distribuição dos bairros atendidos pelo CPPFB pode ser visualizada em ilustração cartográfica (Figura 1).

³ A Região Metropolitana de Belém é formada pelos municípios: Ananindeua, Belém, Benevides, Castanhal, Marituba, Santa Bárbara do Pará e Santa Izabel do Pará (SEDOP-PA, 2018, p. 13).



Figura 1 - Bairros atendidos pelo CPPFB



Fonte: Elaborado pelos autores.

O cursinho popular também é articulado pelas ações sociais do Grupo *Reggae Solidário* junto a estudantes de graduação de diversas licenciaturas e professores, todos voluntários e movidos pelo ativismo educacional, sentimento comum às iniciativas comunitárias e populares. Pereira, Raizer e Meirelles (2010) mencionam que a pluralidade e o idealismo são algumas das características marcantes dos cursinhos e que, em iniciativas educacionais populares, os mais diversos locais são usados como “salas de aula”, como salões paroquiais, associações de moradores e escolas públicas.

A iniciativa da criação do cursinho popular se amparou no trabalho voluntariado mantido pelo forte sentimento de “dívida social” por parte do corpo docente do cursinho (professores e estudantes universitários), uma vez que, à época de suas preparações para os vestibulares ao qual se submeteram, eles encontraram grandes dificuldades para conquistarem vaga nas licenciaturas pretendidas.

Na Figura 2, podemos observar o desenvolvimento de duas importantes atividades promovidas pelo cursinho: as aulas noturnas nos altos da Comunidade São



Pio X; e a aplicação de um simulado aos moldes das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em uma escola pública parceira do projeto.

Figura 2 - Atividades desenvolvidas Rede Emancipa e Comunidade Pio X (2019)



Nota: A) Aula inaugural, turno da noite; B) Aula da disciplina de matemática; C) Aula da disciplina de Geografia; D) Simulado ENEM.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quanto aos procedimentos de matrícula dos estudantes, o cursinho popular conta com ampla divulgação da oferta de vagas. Os canais utilizados são: rádio comunitária, centros comunitários, igrejas, escolas públicas e Centros de Referência e Assistência Social (CRAS). Após a inscrição, o(a) aluno(a) é submetido(a) a uma entrevista de cunho político e sociocultural. A manutenção do espaço é realizada mediante doações de materiais que possibilitem o desenvolvimento das atividades pedagógicas.

Cabe ressaltar que durante o ano de 2018, o funcionamento do cursinho popular foi marcado pela insuficiência de recursos financeiros. Assim, uma das alternativas pedagógicas utilizadas foi o uso de formas criativas de enxergar o processo de ensino e aprendizagem, e, com isso, a tecnologia passou a ser um procedimento estendido à educação (SILVA; CAMARGO, 2015). Os desdobramentos pedagógicos da utilização de tecnologias na educação passaram a subsidiar materiais teóricos aos discentes por meio do envio de apostilas de conteúdos e exercícios. Essa prática fez emergir, ainda que de maneira parcial, a utilização das Tecnologias Digitais



da Informação e Comunicação (TDIC), pois, segundo Bacich, Neto e Travisani (2015), essa abordagem metodológica proporciona aos estudantes vivenciar novas formas de planejamento e uso combinado das tecnologias digitais em salas de aula, integrando as tecnologias ao ensino.

Os dois principais recursos utilizados nesse período foram *e-mail* e aplicativos de mensagens instantâneas. Nas circunstâncias de ausência de acesso às referidas tecnologias, os materiais eram compartilhados ou mesmo impressos por iniciativa individual ou coletiva dos estudantes. Nesse período, foi relativamente comum acompanhar o desenvolvimento das aulas em dispositivos móveis e, assim, estabelecer um processo de personalização do ensino pela inserção de tecnologias à prática pedagógica (SANTOS, 2015).

Em seu primeiro ano de funcionamento na Comunidade São Pio X, cerca de 40 alunos participaram do cursinho; no entanto, apenas 11 frequentaram periodicamente as aulas a partir das revisões finais. Naquele ano, quatro estudantes alcançaram aprovação.

Em 2019, o CPPFB foi integrado à Rede Emancipa, movimento social de educação popular voltado para atuar nas periferias de Belém, cujo principal objetivo é a democratização dos direitos – dentre eles, consta o direito à educação por meio do acesso da população às universidades. Em relação à mencionada aspiração da Rede, o professor Moacir Gadotti (2009a) argumenta que a integração educacional aos processos de democratização do ensino se constitui um “movimento de educação cidadã”, transcorrido desde os idos de 1980 e em curso nos dias atuais; e eis um exemplo disso abordado neste texto.

A partir de informações levantadas em uma das redes sociais do Emancipa, o *Instagram*, observamos que o movimento divulga o quantitativo de cerca de 200 educadores voluntários distribuídos em sete unidades⁴ com aproximadamente 400 estudantes assistidos⁵.

⁴ São elas: unidade Emancipa Marielle Franco e unidade Paulo Fonteles, internos ao espaço da Universidade Federal do Pará (UFPA); unidade Fátima Bessa, no bairro de Fátima; unidade Vila da Barca, no bairro do Telégrafo; unidade Elizabeth Teixeira, no Conjunto Jardim Sevilha; unidade Benguí, no bairro do Benguí; e a unidade Dorothy Stang, no bairro do 40 horas, em Ananindeua.

⁵ Os estudantes são essencialmente de bairros periféricos dos municípios de Belém e Ananindeua.



O movimento se intitula como um “movimento social de caráter político-educacional”, pois o campo de ação da Rede Emancipa não se restringe à atuação em cursinhos, pois também está presente em diversos programas sociais e políticos voltados às periferias. Uma mobilização pretendida pelo coletivo é a solidariedade ativa, ou seja, uma luta contínua de fortalecimento aos núcleos periféricos.

Em relação ao quantitativo de aprovações, a Rede Emancipa alcançou, nos vestibulares de 2019, 45 estudantes credenciados às universidades públicas; dentre eles, jovens com participação ativa nas aulas ofertadas pelo CPPFB, conforme síntese na Figura 3.

Figura 3 – Festa dos calouros e calouras pela aprovação nos vestibulares de 2019



Nota: E) Caloura Ciências Biológicas (UFPA); F) Caloura Conservação E Restauro (UFPA); G) Caloura Biblioteconomia e Agronomia, (UFPA/UFRA), calouro de Pedagogia; H) calouro de Engenharia da Computação (UFRA)

Fonte: Elaborado pelos autores.

O registro dos aprovados é movido pela coletivização das conquistas, pela mobilização dos integrantes da Rede Emancipa, como professores, coordenadores, educadores e colaboradores. Esse evento marca a escalada “daqueles que são seus verdadeiros donos da universidade: o povo pobre, os negros, as mulheres, uma população das periferias e favelas das cidades e do campo” (REDE EMANCIPA, 2020).

Resultados e discussões



Ao considerarmos os cursinhos populares como frutos do engajamento educacional e cooperativo, intermediados por forte ação militante de seus colaboradores, visualizamos uma ação cultural direta por parte desses sujeitos que encaram a educação popular como fonte de redução das desigualdades educacionais. Tais desigualdades são densamente marcadas por perfis socioeconômicos e raciais bem definidos.

Paralelo a isso, a “Lei de Cotas” (Lei 12.711/2012), em seu artigo primeiro, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais. Essa legislação estabelece que 50% das vagas sejam destinadas a estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; além disso, no preenchimento dessas vagas, outros 50% desse quantitativo devem ser distribuídos entre estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a um salário mínimo e meio.

D’ávila *et al.* (2011) mencionam que esse contexto é de aumento da oferta de vagas nas universidades federais ao alunado em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Para Bonaldi (2018), a possibilidade ampliada dos jovens adentrarem as universidades públicas estabelece vinculação direta entre vestibular e universidade.

Esse projeto de inserção no ensino superior pode ser pareado pelo seguinte relato:

Tentei o Enem durante 4 anos sem cursinho. No ano de 2019 conheci o Emancipa e olha essa foto aí, minha filha de 3 anos festejando minha aprovação na Universidade Federal do Pará (UFPA). Problemas e impedimentos SEMPRE vão existir, mas a minha mensagem é que vocês que tem o sonho de ingressar na faculdade, OUÇAM e FAÇAM o que lhes é proposto pelas pessoas desse movimento social, porque com certeza eles vão te encaminhar pra aprovação. **Se acostumem a saírem da zona de conforto e vão para as ruas, palestras, etc.** O Emancipa tem muito a oferecer. De resto, põe a vitrola pra tocar, a periferia solta foguetes porque por meio do Emancipa nós passamos no vestibular! (Caloura do curso de Licenciatura Integrada, UFPA, grifos nossos).

Ainda sobre o relato, é notório que o projeto não é vivenciado somente nos espaços formais, ou seja, nas salas de aula em que a preparação para o ENEM se desenvolve, mas também em frentes que abrangem manifestações políticas, sociais e culturais, pois ir para as “ruas e palestras” significa associar o CPPFB e as demais unidades da Rede Emancipa ao processo educativo de formação integral. Gadotti (2009b), ao abordar essa manifestação de educação, destaca a valorização da



diversidade, a solidariedade, o pertencimento e a ênfase na participação cidadã e democrática.

A relação de coletivização das conquistas também é atribuída aos valores de pertencimento de classe, desde o enaltecimento dos anos de dedicação até o alcance do objetivo em cursar uma universidade pública. Essa é uma trajetória comum aos estudantes dessa modalidade de cursinho pré-vestibular que foi resumida por uma caloura, a qual relata sobre o momento de aprovação na Universidade Federal do Pará:

O dia em que todo choro e desespero de 2 anos tentando foram compensados, eu realmente consegui, mas não unicamente por mérito meu, isso é um acúmulo de pessoas que me ajudaram da forma que puderam pra não me deixar desistir. E vale sim lembrar, **a perifa tá tomando seu lugar, a universidade é nossa** e o Emancipa tá ajudando a conquistar isso. (Caloura do curso de Dança, UFPA, grifos nossos).

Em decorrência dos movimentos sociais educacionais possuem definição de base classista, sua conscientização em coletivo é baseada na historicidade dialética voltada ao sentido de contrapor as desigualdades na educação (FREIRE, 2019; OLIVEIRA; SILVA; SANTOS, 2019). Essa forma sociológica de estabelecer resistências é acompanhada do combate às discriminações contra pessoas historicamente estigmatizadas, uma resistência não somente à negação de direitos, mas, essencialmente, contra o “preconceito de origem geográfica e de lugar”, mencionado por Oliveira Júnior (2012, p. 11) como “aquele que marca alguém pelo simples fato deste pertencer a um espaço, um lugar, um bairro, considerado por outro, como sendo inferior, inclusive culturalmente”.

A singularidade do público em evidenciar sua classe social e seu momento histórico nos lembra o conceito freireano de unidade epocal, tido como o “conjunto de ideias, concepções, esperanças, dúvidas, valores, desafios em interação dialética com seus contrários na busca pela plenitude” (FREIRE, 2019, p. 128).

No resgate das dificuldades dos estudantes que chegam ao CPPFB, vale lembrar que os próprios professores passaram por obstáculos semelhantes no período de suas preparações. Nesse aspecto, podemos dimensionar o projeto de criação do referido cursinho popular a partir de um dos seus propósitos: “promover o equilíbrio de oportunidades, na tentativa de criar embasamento aos conteúdos programáticos do



ensino médio exigidos em exames de vestibulares, para assim possibilitar o ingresso dos estudantes ao ensino superior”. Com isso, a seguinte expressividade é invocada:

Tentei o Enem desde 2017. Fiz cursinhos particulares, fiz cursos de férias, nada deu jeito. No ano de 2018, fiquei em uma matéria, ou seja, reprovei o 3º ano do ensino médio. Nisso, eu sabia que não teria ajuda de ninguém no começo, pelo fato de ninguém acreditar em mim, nem eu mesma. Em 2019, estava pesquisando cursinhos pré-vestibulares de graça, encontrei vários, mas o único que consegui entrar foi o emancipa. E foi a melhor escolha da minha vida, pois lá ninguém solta a mão de ninguém, todos são irmãos. **Aprendi as matérias que não entravam de forma alguma na minha cabeça, como a redação.** E hoje, sou caloura 2020 da UFPA em Ciências Sociais. O Emancipa muda vidas. Mudou a minha e de muitos amigos. (Caloura do curso de Ciências Sociais, UFPA, grifo nossos).

Pierre Bourdieu (1966, p. 45), analisando as desigualdades frente ao processo escolar e à cultura, enfatiza que, durante o *cursum* (percurso) educacional, a atuação de fatores de conservação social dá legitimidade às desigualdades sociais, as quais são atribuídas por uma herança cultural que resulta em “rigor desigual sobre sujeitos de diferentes classes sociais”.

O relato seguinte apreende o campo das desigualdades quando se estabelece a universidade pública como uma conquista natural aos sujeitos mais abastados, portanto, uma naturalização dos mecanismos de exclusão na carreira escolar.

No início, o meu sonho era eu formar em uma universidade particular por achar que a pública só era para uma Elite, mas aí conheci o Emancipa, um cursinho popular que me acolheu e me fez acreditar que a pública era SIM o meu lugar! O cursinho tem professores excelentíssimos e super interessados em fazer dá certo! Se você aí pensa como eu pensava antes, chegou a hora de você conhecer o Emancipa e garantir seu passaporte para a universidade! (Caloura do curso de agronomia, UFPA, grifos nossos).

Por fim, ao referenciar as palavras de um jovem calouro, destacamos o senso de coletividade, gratidão e orgulho de pertencimento à Rede Emancipa, condição de afetividade que marca os encontros nas salas de aula de todas as unidades que integram o movimento social. O futuro jornalista destaca:

Sou muito grato por tudo que a Rede Emancipa me proporciona, pela ajuda e o auxílio nos estudos. Esse simples ato mudou minha vida, **hj posso dizer que sou um calouro graças aos professores e coordenadores maravilhosxs que me ajudaram com tudo que eu preciso.** Se não fosse o auxílio de vcs ã sei se isso seria possível tenho muito orgulho de dizer que fui e serei sempre parte do Emancipa. (Calouro do curso de Jornalismo, UFG, grifos nossos).

Nesse contexto, o “fui” e o “serei” são formas verbais limiars de uma convergência de sujeitos em suas representações simbólico-sociais que marcam as



ideias de continuidade e renovação, concretizadas pela volta dos estudantes aos espaços de educação popular como educadores, voluntários ou professores, assim como ocorreu com o coordenador do CPPFB, o professor Allan Nacif.

Considerações finais

A relação dos espaços do passado e do presente, no contexto aqui tratado, evidencia o processo de continuidade das lutas populares em Belém no que tange ao acesso à educação.

Um desses caminhos, como foi demonstrado, é o dos cursinhos comunitários, espaços onde se verifica a aprovação (em universidades) de alunos da periferia de Belém, como é o caso do *Cursinho Popular Professora Fátima Bessa*. Em seus propósitos, consta a conquista do ensino superior por parte dos jovens que veem nessa iniciativa uma oportunidade real de preparação aos vestibulares, sobretudo para o ENEM. Em consequência disso, entre os anos aqui enfatizados (2017 a 2019), tem-se o total de 27 alunos aprovados em instituições de ensino superior, como a Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e Universidade do Estado do Pará (UEPA).

Para além de um mero trampolim para a universidade, o cursinho Fátima Bessa tornou-se espaço de construção de um corpo sociopolítico de luta e politização frente às desigualdades socioeducacionais no contexto amazônico urbano, dando continuidade aos objetivos de organização, construção e fortalecimento dos anseios de movimentos sociais anteriores, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Movimento de Emaús e a CBB.

O olhar conjuntural e escalar para esses espaços em movimento da educação se torna imprescindível para o entendimento da realidade, bem como para pensar formas de construção da luta popular mediante o processo de politização emancipadora que vai além da educação formal, mas que seja verdadeiramente uma educação popular libertadora, característica comum aos movimentos históricos de educação popular instaurados na capital paraense com suas realidades vivenciadas pelas experiências freireanas na educação.



Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. A formação do Estado Nacional brasileiro e os preconceitos por origem geográfica. *In*: ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. - 3º ed. - São Paulo: Edições MMM, 2012. p. 40-89.

BACICH, B.; TANZI NETO, A.; TREVISANI, F. de M. Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação. *In*: BACICH, B.; TANZI NETO, A.; TREVISANI, F. de M. (org.). **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação** Porto Alegre: Penso, 2015. p. 47-66.

BARBOSA; NERI; OLIVEIRA. Memória da Educação Popular em Belém nos anos de 1970 e 1980: movimento de bairros e centro comunitário Mária Goretti. *In*: OLIVEIRA, I. A. de.; NETO, J. C. da M. (org.). **Memórias da educação de jovens e adultos em práticas de educação popular em Belém nas décadas de 1970 e 1980**. - Belém: Eduepa, 2019. p. 86-120.

BONALDI, E. V. Tentando “chegar lá”: as experiências de jovens em um cursinho popular. **Tempo Social**, Volume 30 N. 1 p. 259 - 282. 2018.

BOURDIEU, P. A escola conservadora: desigualdades frente à escola e à cultura. *In*: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (org.). **Escritos de educação**. 16º ed. - Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2015. - (Ciências Sociais da Educação). p. 43-78.

CBB. Comissão dos Bairros de Belém. **O povo oprimido está cada vez mais consciente e organizado**. 1979.

D’AVILA, G. T., KRAWULSKI, E., VERIGUINE, N. R., & SOARES, D. H. P. Acesso ao ensino superior e o projeto de “ser alguém” para vestibulandos de um cursinho popular. **Psicologia & Sociedade**, 23(2), p. 350-358. 2011.

DELIZOICOV, D.; DELIZOICOV, N. Educação Ambiental na escola. *In*: LOUREIRO, C. F. B.; TORRES, J. R. (org.). **Educação Ambiental: dialogando com Paulo Freire**. 1º ed. São Paulo: Cortez, 2014. p. 155-180.

FREIRE, P. **Os cristãos e a libertação dos oprimidos**. Lisboa: Edições Base, 1978.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 69º ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FRIGOTTO, G. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. *In*: FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6º ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 144-194.

GADOTTI, M. **Educação Integral no Brasil**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009a.



GADOTTI, M. Escola cidadã, cidade educadora e educação integral. *In: Educação Integral no Brasil: inovações em processo*. São Paulo: editora e livraria Instituto Paulo Freire, 2009b. - (Educação Cidadã; 4). p. 57-66.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. d. São Paulo: Atlas, 2006.

GUIMARÃES, M. POR UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA NA SOCIEDADE ATUAL. *Revista Margens Margens: Revista Interdisciplinar do PPGCITI | ISSN: 1806-0560 | e-ISSN 1982-5374*, [S.l.], v. 7, n. 9, p. 11-22, maio 2016. ISSN 1982-5374. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/2767>. Acesso em: 20 mar. 2021.

HADDAD, Sérgio. Analfabetismo no Brasil: o que há de novo? **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/9/08/opiniao/10.html>. Acesso em: 02 abr. 2021.

LOUREIRO, C. B. F.; FRANCO, J. B. Aspectos teóricos e metodológicos do Círculo de Cultura: uma possibilidade pedagógica e dialógica em Educação Ambiental. *In: LOUREIRO, C. F. B.; TORRES, J. R. (org.). Educação ambiental: dialogando com Paulo Freire*. 1º ed. São Paulo: Cortez, 2014, p. 155-180.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. - 8º ed. - [4º Reimpr.]. - São Paulo: Atlas, 2020.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei 12.711 de 2012**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/lei_12711_29_08_2012.pdf. Acesso em: 10 de abr. de 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Ofício/circular nº 2 de 2021**. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/images/Oficio_Circular_2_24fev2021.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

OLIVEIRA *et al.* Memória da Educação Popular, em Belém, anos 70 e 80: movimento República do Emaús. *In: OLIVEIRA, I. A. de.; NETO, J. C. da M. (Org.). Memórias da educação de jovens e adultos em práticas de educação popular em Belém nas décadas de 1970 e 1980*. - Belém: Eduepa, 2019. p. 18-60.

OLIVEIRA; SILVA; SANTOS. A experiência educacional popular do Núcleo de Educação Popular Raimundo Faria (NEP - Benguí). *In: OLIVEIRA, I. A. de.; NETO, J. C. da M. (Org.). Memórias da educação de jovens e adultos em práticas de educação popular em Belém nas décadas de 1970 e 1980*. - Belém: Eduepa, 2019. p. 61-85.



PEREIRA, T. I.; RAYZER, L.; MEIRELLES, M. A luta pela democratização do acesso ao ensino superior: o caso dos cursinhos populares. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 17, n. 1, Passo Fundo, p. 86-96, 2010.

PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Lei de cotas**. Lei 12.711, 29 de ago. 2012. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12711-29-agosto-2012-4113-normaatuizada-pl.pdf>. Acesso em: 7 out. 2021.

SANTOS, G. Espaços de aprendizagem. *In*: BACICH, B.; TANZI NETO, A.; TREVISANI, F. de M. (org.). **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação** Porto Alegre: Penso, 2015, p. 103-122.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS. **Estudo de delimitação da região metropolitana de Belém**. (org.) Helena Lúcia Zagury Tourinho; Andréa de Cássia Lopes Pinheiro; Leonardo Augusto Lobato Bello. - Belém: SEDOP, 2018. (Série Regiões Metropolitanas, v. 4). Disponível em: http://www.sedop.pa.gov.br/sites/default/files/estudo_de_delimitacao_da_regiao_metropolitana_de_belem.pdf. Acesso em: 30 mar. 2021.

SILVA, R. A.; CAMARGO, A. A cultura escola na era digital: o impacto da aceleração tecnológica na relação professor-aluno, no currículo e na organização escolar. *In*: BACICH, B.; TANZI NETO, A.; TREVISANI, F. de M (org.). **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação** Porto Alegre: Penso, 2015. p. 169-190.

SILVA, R. Educação anarquista na greve geral de 1917. *In*: GODOY, P.; MARCHEZIN, L.; SILVA, R. **A greve geral de 1917: perspectivas anarquistas**. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2017. p. 139-165.



RESISTÊNCIA E MEMÓRIA: CABANAGEM, IDENTIDADE, COLONIALIDADE CAPITALISTA E AS LUTAS URBANAS NA CONTEMPORANEIDADE DE BELÉM DO PARÁ



Yasmim Pereira Yonekura

Introdução

O segundo turno das eleições de 2020 na cidade de Belém do Pará trouxe um embate que mostrou a polarização política do Brasil contemporâneo: um candidato de um partido progressista enfrentou um representante local do bolsonarismo. Contudo, para além das dinâmicas políticas contemporâneas, o confronto nos permite observar e resgatar o passado histórico da localidade que um dia foi o território tupinambá Maíri, rebatizado de Belém do Pará.

O resultado da eleição foi fortemente definido pela participação popular e pela capacidade do candidato vencedor, Edmilson Rodrigues (PSOL¹), de se conectar e conversar com a população. A forma orgânica com que uma grande parte do seu eleitorado se engajou na campanha, nas redes sociais e nas ruas da cidade, também chama a atenção, pois causou um engajamento popular histórico na última década, mesmo em meio à pandemia do coronavírus.

Desde 2016, com o golpe parlamentar e a deposição da petista Dilma Rousseff, a direita brasileira tem adquirido grande força junto às camadas mais pobres do eleitorado. No caso da eleição belenense, contudo, foram essas camadas mais pobres que viabilizaram a eleição do candidato do PSOL.

No dia da vitória, um canto foi entoado pela cidade, “sal no delegado”, fazendo alusão à profissão do candidato derrotado. A expressão remete a uma gíria

¹ Partido Socialismo e Liberdade.



usada nas periferias da capital paraense, onde a palavra “sal” equivale a dizer que o indivíduo morreu ou foi, de alguma forma, exterminado.

O oponente de Rodrigues e seu projeto político de ultradireita, alinhados a Bolsonaro, foram exterminados. Destruídos não apenas pelo outro candidato, mas, acima de tudo, pela participação popular dos habitantes da capital paraense. Não por coincidência, Belém foi capital de resistência a partir de um levante popular local que também se opunha a um projeto social hegemônico, do colonizador.

Começar um texto sobre a narrativa da memória e do legado do maior levante anti-colonial no Norte do Brasil a partir do presente, já nos permite traçar pontos entre a contemporaneidade e o passado histórico da capital paraense. No decorrer deste texto, iremos investigar o reverberar contemporâneo da Cabanagem na cidade de Belém, focando em algumas das lutas políticas por direitos na cidade por meio da discussão do conceito de colonialidade e sua conexão com o capitalismo neoliberal atual.

História, Identidade e Memória na “Amazônia Livre e Brasileira”: método e enfoque de análise desta investigação

“Memória é a matéria prima da História”. A frase de Jacques LeGoff (1992) define a profunda conexão entre o fazer histórico, enquanto disciplina e campo de estudos, e as reminiscências do passado que chegam até nós das mais diversas formas. De acordo com o autor, historiadores e demais pesquisadores devem buscar as mais diversas fontes e estratégias investigativas para transformar a memória em um saber inteligível, e não se afundar em um fluxo contínuo e ininteligível de digressões do passado (LEGOFF, 1992, p. 12). De tal forma, esta investigação busca conectar a memória da Cabanagem à história contemporânea de sua capital, Belém, a partir de pesquisa bibliográfica em estudos recentes, assim como investigar o fazer de uma identidade cabana, suas múltiplas nuances, sua persistência e seu legado nas atuais lutas urbanas que ainda acontecem no território da capital paraense.

O levante anti-colonial conhecido como Cabanagem aconteceu no Grão-Pará, entre 1820 e 1840, tendo como um dos auges a tomada da capital, Santa Maria de Belém do Grão-Pará. Segundo Rodrigues (2019, p. 25), a Cabanagem resultou da sempre conturbada relação entre os colonizadores portugueses e as populações locais



(principalmente indígenas, negros e mestiços não brancos), assim como dos interesses das elites e classe média local em se emanciparem do julgo português:

Nenhum movimento revolucionário durante o nosso Período Regencial apresentou, como a Cabanagem, uma vinculação tão nítida quanto intensa e abrangente com as classes subalternas e duramente oprimidas da sociedade e, ao mesmo tempo, conseguiu em alguns momentos seduzir e arrastar pequenos proprietários, artesãos livres, assalariados ligados às diversas atividades mercantis e sacerdotes católicos. (RODRIGUES, 2019, p. 25).

Destaca-se que a Cabanagem aglutinou outros sujeitos além dos anteriormente mencionados por Rodrigues (2019). Ribeirinhos e quilombolas amazônidas também tiveram importante participação longe da capital da província, espalhando-se floresta adentro do Grão-Pará e outros territórios amazônicos. Isso fez com que surgissem múltiplas “Cabanagens” com diferentes narrativas dentro de um mesmo evento. No artigo “Histórias e narrativas cabanas: reminiscências da memória coletiva na Região do Baixo Tapajós”, Wilverson Melo (2016) aborda essas outras múltiplas narrativas partindo da perspectiva de memória coletiva, um conceito que define reconstruções narrativas sobre eventos históricos, as quais são compartilhadas por determinados grupos sociais que, por vezes, divergem dos registros oficiais:

No depoimento, D. Zenaide atribui o início da Cabanagem a um maranhense de apelido “Amarelinho”. Segundo a depoente, a cabanagem teria emergido da fuga de escravos de uma propriedade em Curuatinga. Estes escravos foragidos teriam fundado os quilombos e cacoais ao longo dos rios Tapajós e Amazonas, e suas bandeiras de lutas teriam nascido a partir do momento em que passaram a organizar incursões a várias fazendas da região para libertar os compatriotas negros.

Esta versão protagonista de uma Cabanagem negra é recorrente entre os membros do quilombo pérola do Maicá e outros quilombos como Saracura e Arapemã. Dada a amplitude e distanciamento geográfico entre as comunidades, e ainda assim o discurso ser semelhante, em nosso entendimento, inferimos que o discurso está imbuído na perspectiva de Memória Coletiva. Esta por sua vez, antes de ser uma memória individualizada, é compartilhada no seio de uma mesma etnia, que alimenta o entendimento de uma revolta negra como gênese e protagonista da Cabanagem no Pará. (MELO, 2016, p. 8).

A exposição de Melo (2016) sobre as versões da Cabanagem por comunidades quilombolas ilustra a diversidade de perspectivas e narrativas sobre o evento. Para esses grupos quilombolas do Tapajós, a Cabanagem foi uma forma de se rebelar contra a estrutura escravocrata e dar forma a um projeto de libertação de uma parte dos negros escravizados. Melo (2016) traz outras diversas interpretações da memória coletiva, como do cacique de Vila Franca, Enoque Arapium, que definiu a Cabanagem



como “guerra justa” para que os filhos e netos dos povos indígenas da Vila não fossem escravizados, e para garantir o direito à terra, que foi “lavada com sangue” na contenda contra o colonizador.

Melo (2016) também constata que a memória coletiva, por vezes, adapta eventos históricos para ser mais próxima ao que determinado grupo social acredita, divergindo da memória histórica (que consta em registros oficiais). Melo (2016) destaca a narrativa de Manoel Goudinho, um habitante de Santarém que ouviu várias histórias sobre a Cabanagem dos mais velhos de sua família. Goudinho traz outras perspectivas da Cabanagem, como o medo que as comunidades do Tapajós tinham dos rebeldes cabanos, pois eles exterminavam seus opositores e atacavam as cidades que não aceitassem apoiá-los em sua causa, por mais que essas pessoas estivessem nas mesmas condições (MELO, 2016, p. 9). A narrativa de Goudinho traz mais elementos históricos que a dos quilombolas e a do cacique de Vila Franca, pois oferece uma narrativa híbrida que nos ajuda a compreender a Cabanagem pela perspectiva de outros sujeitos históricos e pela sua continuidade nas narrativas orais passadas entre diversas gerações.

A durabilidade de narrativas múltiplas sobre a Cabanagem em todo o território amazônico aponta para a exatidão do apontamento de LeGoff sobre a persistência e o vínculo entre memória e história. As múltiplas narrativas analisadas por Melo (2016) nos ajudam a construir uma perspectiva mais ampla sobre esse evento. Uma importante consequência do impacto cultural da Cabanagem está na criação de uma identidade política dos rebeldes, a qual passou por múltiplas transformações. Os rebeldes cabanos já foram sujeitos históricos antagonistas, pintados pelas narrativas oficiais como vilões destrutivos, mas essa noção se transformou ao longo dos anos com a ascensão dos cabanos a símbolos de uma identidade revolucionária e separatista do povo amazônico.

As múltiplas identidades dos rebeldes na memória de um levante e o questionamento da estrutura colonial

A análise dos registros históricos sobre os sujeitos atualmente conhecidos como cabanos nos revela múltiplas percepções sobre a motivação desses agentes



históricos, similar às perspectivas anteriormente exploradas por Melo (2016) sobre o significado da Cabanagem em diferentes partes do território amazônico.

Fazer uma exploração mais detalhada dessas percepções nos ajuda a encontrar temas comuns que se repetem através dos séculos na luta contra a opressão colonial, e que chegam aos dias atuais nas disputas contemporâneas nos espaços paraenses urbanos, profundamente marcados pelas consequências da colonização que produziu uma sociedade amazônica injusta e desigual.

A luta dos rebeldes contra o modelo hegemônico colonial e uma “vingança” contra o colonizador aparecem como alguns desses temas recorrentes. Leonardo de Lima (2008) explora diversos depoimentos sobre as atitudes dos rebeldes, nos quais esse sentimento de retaliação é explorado, como no depoimento do missionário protestante Daniel Kidder, estadunidense em visita ao Pará na época do levante cabano.

Kidder (1980 apud LIMA, 2008, p. 37) descreveu a Cabanagem como uma série de “revoluções” causada pelo “(...) espírito de vingança que os primitivos exploradores, em suas expedições sanguinárias, incutiram na mentalidade dos nativos e mestiços do interior”. O britânico Henry Bates (1879 apud LIMA, 2008, p. 38) descreveu o levante como uma vingança terrível contra os atos injustos dos portugueses. Outro estrangeiro, Handelman (1862 apud LIMA, 2008, p. 39), descreveu a Cabanagem como uma “guerra das raças”, na qual a “população índia” se levantou contra os brancos. Lima (2008, p. 39) afirma que os rebeldes foram vistos pelos estrangeiros como “nativos, negros e mestiços” que se levantaram com ódio e vingança contra “os brancos”.

De tal forma, a partir dos relatos fornecidos por Lima (2008), pode-se entender que a identidade étnica/“racial” parece ser uma parte fundamental do levante cabano dentro da narrativa dos estrangeiros. A partir dos relatos expostos, pode-se concluir que havia algum senso entre as massas não brancas amazônicas de que suas condições de pobreza, miséria e exploração estavam materialmente fundadas na percepção que o colonizador tinha sobre eles como seres inferiores.

Colocando juntas as análises de Lima (2008) e Melo (2016), percebe-se que a consciência da opressão se aliou ao senso de disputa pelo território. Como o cacique



de Vila Franca explicou, a Cabanagem se tornou uma “guerra justa” para impedir a escravização dos povos nativos e para disputar o território, o qual teria se tornado vermelho em decorrência da violência do massacre em repressão ao levante (MELO, 2016, p. 2).

Na perspectiva dos legalistas (termo usado para os representantes do governo colonial português), os cabanos eram “bestas feras” (LIMA, 2008, p. 34). Essa percepção reforça a ideia da desumanização que os representantes do estado colonial impuseram aos nativos indígenas, negros e mestiços não brancos no Grão-Pará. Lima (2008) converge com a ideia de que a consciência da opressão e a capacidade de articulação foram fundamentais para esses sujeitos e estavam no cerne do levante:

A possibilidade da formação de alianças e solidariedades nos confrontos está diretamente relacionada com as inserções dos sujeitos nas estruturas de controle, produção e comércio mantidas pelas autoridades reconhecidas do estado do Grão-Pará. Por entre todas as vilas, freguesias, povoados, missões, fábricas, pesqueiros e fazendas se ramificava uma estrutura de mando e obediência extremamente violenta, que passou a encontrar resistências cada vez mais articuladas. (LIMA, 2008, p. 84).

A articulação e a consciência da posição racial e de classe na Cabanagem foram elementos centrais no sucesso dos cabanos para tomar a capital da província. Nesse contexto, a tomada do centro administrativo do Grão-Pará significava não só o sucesso da articulação dos cabanos em sua oposição aos senhores brancos, mas também representava o fato de que toda “(...) a estrutura do estado e toda a ocupação humana da Amazônia brasileira (...) estava em disputa”; assim, “(...) o estado, o território e os sujeitos; tudo estava em questão” (LIMA, 2008, p. 83).

Tais percepções são centrais para entendermos como as lutas contemporâneas no território amazônico ainda são influenciadas por questões relacionadas às motivações dos rebeldes cabanos: a luta pela liberdade, direito ao território, condições de vida digna e o questionamento das estruturas sociais capitalistas herdadas da colonização.

Capitalismo, colonialidade e lutas contemporâneas na capital do Pará

Walter Mignolo (2017, p. 10) define a colonialidade como uma matriz de poder criada e sustentada a partir de “(...) uma série de nós histórico-estruturais heterogêneos e interconectados”. De acordo com o autor, esses nós são formas de dominação – material, religiosa, cultural, psicológica-emocional, coletivas – impostas a partir da



lógica imperialista eurocêntrica que visa manter uma hierarquia homogênea de poder. Dentro de minha interpretação, como pesquisadora com bases marxistas, o capitalismo se torna a materialização dessa matriz de poder baseada no controle material de povos, terras, bens primários e sujeitos.

Assim, o período colonial foi o momento de construção dessa matriz colonial de poder e de estabelecimento da lógica do capitalismo neoliberal ligado à colonialidade na América Latina, estendendo-se e adaptando-se à Amazônia. De tal forma, conforme exposto anteriormente, a Cabanagem se construiu como um levante contra o colonialismo, tendo em vista que seus sujeitos questionavam ativamente a estrutura imposta pelo colonizador, incluindo seu projeto político e econômico. Contudo, com a derrota dos cabanos, predominou na Amazônia o projeto econômico, político e territorial imposto pelo colonizador europeu, que se perpetua mesmo nos dias de hoje.

Araújo, Pereira e Portela (2018) corroboram esse fato ao investigar a produção do espaço urbano na Amazônia, com foco na região metropolitana da capital do Pará:

Em maior ou menor grau, o processo recente de desenvolvimento [da Amazônia] é resultante da ação ou omissão da elite regional – governantes, políticos, fazendeiros, empresários e intelectuais amazônicos – que, diretamente e/ou associada a interesses externos, tem ajudado a promover a modernização na região, a partir de objetivos estritamente econômicos e localizados, o que tem contribuído para o crescimento dos problemas sociais e da degradação ambiental.

(...)

A dificuldade do acesso à terra tem sido outro fator determinante de desigualdades sociais e diferenciações entre as classes sociais. Os elevados preços do solo determinam a segregação social por estratos de renda, infligindo ônus sociais inversamente proporcionais à capacidade de pagamento de quem os suporta.

(...)

O papel do Estado, nesse contexto, aparece de suma importância, uma vez que facilitou e reforçou a penetração do capital nacional e internacional na região, transformando-a num cenário que combina modernização e exclusão social, cujos princípios norteadores eram o patrimonialismo e o clientelismo. (ARAÚJO, PEREIRA, PORTELA, 2018, p. 290).

Assim, podemos verificar, a partir do trabalho das pesquisadoras, que a predominância do modelo do capitalismo neoliberal – baseado na matriz de poder da colonialidade – continua ditando as dinâmicas territoriais amazônicas séculos após o levante dos cabanos. Também se verifica que o papel do Estado brasileiro é o de manter essa hierarquia de poder intacta, perpetuando os “nós históricos-estruturais”



que são basilares para a manutenção das desigualdades sociais e desequilíbrio ecológico na Amazônia.

Contudo, assim como na ocasião do levante dos cabanos, Araújo, Pereira e Portela (2018) também investigaram a capacidade de auto-organização social da população amazônica por meio de movimentos sociais, que fomentam disputas contra o capitalismo e a colonialidade na região metropolitana de Belém.

De acordo com as pesquisadoras, essas lutas são um intermédio dentro das relações de poder urbanas, nas quais as populações mais afetadas e marginalizadas por grandes projetos sociais conseguem se articular e formar outras visões para o espaço urbano em transformação. As autoras argumentam que os interesses do capital imobiliário na capital do Pará têm promovido um contínuo aprofundamento das desigualdades sociais nos bairros belenenses (ARAÚJO; PEREIRA; PORTELA, 2018, p. 290). Contudo, a partir de 1970, movimentos populares de luta por melhores condições de vida, dignidade humana e infraestrutura básica têm contestado tal tendência. Grandes projetos urbanos idealizados pelo Estado em parceria com grandes empreiteiras tentam realizar obras faraônicas de grande impacto no espaço urbano e o ônus delas estão voltados principalmente para as populações de bairros mais pobres (ARAÚJO; PEREIRA; PORTELA, 2018, p. 294).

Contextualizando a análise feita pelas autoras para o resgate histórico da memória cabana, muitos desses bairros foram palcos de uso estratégico para os rebeldes, por serem inabitados ou de população majoritariamente pobre e não branca, a qual se alinhava com os ideais do levante. Tais bairros periféricos da capital são os principais focos de movimentos populares que disputam a lógica de poder que tenta ser imposta pelos agentes estatais.

A convergência entre os sujeitos sociais desses bairros – majoritariamente mestiços não brancos, negros, indígenas e pobres – e aqueles associados como figuras rebeldes do levante cabano é fruto da continuidade entre colonização e colonialidade. A não ruptura entre o modelo colonial e o capitalismo neoliberal, enraizado na matriz de poder da colonialidade, trazem um fluxo ininterrupto de conflitos causados pela desigualdade social e por outras diversas opressões de classe, raça e gênero que sustentam a hierarquia social estabelecida coercitivamente pelos europeus.



Tal como no passado, a Amazônia e sua capital continuam a ser disputadas não só pela formação de um espaço urbano socialmente justo, mas por diferentes ideais civilizatórios. Assim como no levante cabano, a contemporaneidade belenense também traz uma população amazônica marginalizada, consciente e em luta, articulada dentro da sua posição social de povo que combate a desumanização. Araújo, Pereira e Portela (2018, p. 295) exemplificam isso por meio da experiência da Frente de Moradores Prejudicados da Avenida Perimetral (FMPAP), uma frente popular de moradores afetados pelo projeto de duplicação da Avenida Perimetral, no bairro da Terra Firme. O projeto de duplicação da avenida traria uma série de ônus urbanos (aumento de alagamentos, destituição de terras, expulsão de famílias etc.). Assim, a FMPAP buscava a população popular para garantir o “direito à cidade” (ARAÚJO; PEREIRA; PORTELA, 2018, p. 295). A luta dos populares belenenses pelo direito à cidade ecoa a luta dos rebeldes cabanos pelo território amazônico, no sentido de contestar a lógica imposta por forças exógenas e alinhadas com o capitalismo e a colonialidade.

Outra expressão do conflito causado pelo embate entre essas diferentes visões civilizatórias e da luta contra o capitalismo e a colonialidade foi a eleição municipal de Rodrigues em 2020. A eleição foi vencida numericamente nos bairros de periferia, que apoiaram maciçamente o candidato psolista contra o candidato que representava o bolsonarismo e a elite brasileira.

Considerações finais

Além de toda sua importância histórica, pode-se concluir que a Cabanagem deixou um legado vivo na capital do estado do Pará. A partir da memória cultural, das lutas populares e da pesquisa acadêmica, a disputa do território amazônico e do modelo civilizacional feita pelos cabanos permanece viva na sociedade belenense.

Enquanto sujeitos históricos, os cabanos podem ter perecido, sendo taxados pelos governantes como criminosos cruéis, mas a positivação de sua imagem ao longo dos séculos (LIMA, 2008) lhes trouxe um novo significado político, que resgatou a centralidade da luta contra a escravidão e contra a opressão colonial imposta pelos portugueses.



Assim, pode-se dizer que embora o levante cabano tenha terminado, continuam vivas as estruturas coloniais e, agora, capitalistas que as causaram. Olhar para essas estruturas nos permite entender por que se faz necessário o resgate da memória cabana e da tomada de Belém como capital de um levante anti-colonial.

A memória da luta da população amazônica no período colonial se estende através dos séculos e nos permite entrar na disputa por outro modelo civilizacional para nossa região.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, I; PEREIRA, S; PORTELA, R. Lutas sociais e produção do espaço urbano na cidade de Belém-Pará. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, nº 18, vol. 2. 2018.

LEGOFF, Jacques. **History and Memory**. Columbia University Press. 1992.

LIMA, L. **Rios Vermelhos**: Perspectivas e posições de sujeito em torno da noção de cabano na Amazônia em meados de 1835. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2008.

MELO, W. Histórias e Narrativas Cabanas: Reminiscências da Memória Coletiva na Região do Baixo Tapajós. **Anais**. V Congresso Internacional de Histórias. 2016.

MIGNOLO, W. COLONIALIDADE: O lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 32. nº 94, junho/2017

RODRIGUES, D. **Revolução Cabana e Construção da Identidade na Amazônia**. Universidade do Estado do Pará. 2019.



AS RESISTÊNCIAS DOS NEGROS EM CARTÕES POSTAIS EM BELÉM: UM RECURSO PARA A GEOGRAFIA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS¹



Luana Carina Moraes Machado
Fabiano de Oliveira Bringel

Introdução

O presente artigo tem como objetivo o desenvolvimento de uma metodologia de ensino baseada na produção de cartões-postais, os quais são importantes instrumentos que podem dar visibilidade a determinadas paisagens dentro da cidade e, por isso, um recurso para contribuir com o desvelar de uma Geografia das relações étnico-raciais que se faz presente na cidade de Belém do Pará. A metodologia foi aplicada visando tornar os movimentos de resistência negra cada vez mais visíveis para alunos do 9º ano do Ensino Fundamental de uma escola localizada em um bairro periférico da cidade, o bairro da Cremação.

A trajetória do negro e sua Geografia é enorme. Seus percalços, lutas, resistência, cultura e modos de vida constituem uma imensurável obra a ser investigada. A história de luta e resistência dos negros na Amazônia, especificamente no Pará, sem dúvida é algo a ser estudado por quem mora na região, pois sua presença é muito forte. Seu passado vem à tona no dia a dia nas periferias, no centro, nos varadouros das florestas, nos altos cursos dos rios. São materializados nas baixadas de Belém e nos mocambos e quilombos territorializados nas franjas das cidades, dos campos e das florestas nas Amazônias.

Culturas, saberes, danças, hábitos, música, literatura, tudo se entrelaça em uma linha histórica rica de significados e obrigatórias no ensino de Geografia, pois é essa Geografia do negro e da negra, invisibilizada no âmbito escolar e dos conteúdos, que deve ser ressaltada e apreendida pelos alunos da educação básica.

¹ Artigo apresentado como monografia de conclusão da Especialização em Ensino de Geografia da Amazônia do curso de Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Estado do Pará (UEPA).



Vicente Salles (1971), em seu livro “O negro no Pará”, fez um complexo estudo sobre a população negra que habitou o estado no século XVIII, e o quanto esse povo sofreu e lutou pelo seu reconhecimento diante de um regime moderno-colonial que ainda comanda o país. O autor ressaltou a quantidade de negros que aqui viviam, os quais compunham pouco mais de 50% da população, em sua maioria na condição de escravizados, ou seja, uma parcela significativa da população amazônica era composta por negros.

Na literatura da época, tentava-se “mascarar” os negros chamando-os de “mulatos” ou “mestiços”, inculcando no imaginário da época uma imagem de integração à sociedade nacional, “branqueando-os” e, portanto, inserindo-os de forma subordinada na sociedade ocidental. Tal processo é acompanhado pela tentativa de invisibilidade da cultura negra na região (SALLES, 1971). Resistências eram (e são) frequentes na história desse povo que representa a luta, que se faz visível nos quilombos, mocambos e periferias de nossas cidades.

A Cabanagem foi um dos maiores movimentos populares que já tivemos no Pará, mais precisamente em Belém. Nesse grande movimento, negros libertos, quilombolas e indígenas, lutaram diante de um governo genocida, pegando suas armas e tomando o poder na tentativa de serem sujeitos de seu próprio tempo-espaço. Além desses movimentos de luta e resistência dos negros, existem diversos outros elementos que possuem em suas origens a cultura negra na região: a festa do Boi Bumbá, a capoeira, a culinária, os festejos juninos, entre diversas outras atrações; como diz Salles (1971, p. 67): “A lúdica amazônica, no que tem de mais representativo, é essencialmente africana”.

A grande importância histórico-cultural da Geografia do negro na Amazônia e, especificamente, em Belém é o motor que moveu esta pesquisa e que levou os Cartões Postais até os alunos da educação básica por meio de uma ferramenta de ensino. Pensamos e elencamos quais os elementos que se fazem presentes na nossa cidade cotidianamente e estão dentro da realidade dos negros, fazendo com que esses estudantes passem a perceber tais elementos, visibilizando-os do seu ponto de vista e encarando tais ações de forma crítica, participando ativamente da luta e do construto social do negro no seu entorno.



Reiterando, o cartão-postal é o elemento adotado nesta pesquisa por ser um objeto dotado de inúmeros significados. Historicamente, os Postais são elementos que tratam de belas paisagens, atrativas, voltadas para fins turísticos, e que se apropriam de elementos sempre agradáveis aos olhos de quem vê. Contudo, nos primórdios de sua existência, os cartões-postais eram utilizados por soldados em guerra para enviar mensagens escritas no verso de um cartão, cuja imagem da frente era de um lugar belo e que, porém, estava assolado pela violência de uma guerra na realidade. Tais mensagens eram a única forma de comunicação entre o soldado e sua família distante, como argumenta Vasquez (2002):

O papel dos cartões postais foi decisivo num momento de guerras e conflitos bélicos, pois a comunicação era rápida e direta, o que era usado como meio de estratégia comunicacional nas guerras. Assim podemos notar que o papel dos postais naquela época de guerras não detinha o papel que ele assume nos dias de hoje, de lazer e felicidade (mas também de perversidade), mas sim, tinha o papel apenas de informar para seus amigos e parentes questões de sobrevivência. (VASQUEZ, 2002 apud FRANCO, 2006, p. 25).

Entretanto, a lógica por trás da (re)produção dos postais reflete uma face segregadora que exclui espaços dentro da cidade em detrimento de outros, mais visibilizados, e que deixa na penumbra uma série de elementos culturais de luta e resistência de sujeitos sociais, os quais são invisíveis aos olhos de quem olha para a cidade de Belém do Pará, enxergando, por exemplo, apenas o Ver-o-Peso, o Forte do Castelo ou o Portal da Amazônia, mas não observando os seus entornos e todas as produções culturais e sociais que acontecem ali.

Com esse objetivo, o cartão-postal nos ajuda a dar a visibilidade necessária para a Geografia étnico-racial que acontece na cidade de Belém do Pará, trazendo a cultura do negro e a maneira como ela se reproduz na cidade. Assim, pode-se levar esse elemento para dentro da sala de aula com o objetivo de transpor ao aluno a visibilidade necessária para a questão do negro em Belém e no seu entorno, especificamente no bairro da Cremação (o lócus de nossa pesquisa), subvertendo a lógica dominante dos cartões-postais.

Nesse sentido, os postais são convertidos em instrumentos poderosos na relação ensino-aprendizagem, oportunizando aos alunos pensarem criticamente a realidade em que vivem. Saímos da estética pequeno-burguesa dos postais e entramos



na estética da resistência, do ensino, da transposição de conhecimento atrelado à visibilidade de processos sociais ofuscados por um poder hegemônico.

Para atingirmos o objetivo deste trabalho, que é utilizar o objeto cartão-postal como uma ferramenta de ensino de uma Geografia étnico-racial, trabalhamos a seguinte metodologia: optamos por abordar dois símbolos da cultura negra muito presentes na cidade, o Candomblé, uma religião de matriz africana, e as batalhas de RAP que acontecem em zonas periféricas da cidade e são conhecidas como “Batalha de São Brás”. Tais representações da cultura negra possuem pouca ou nenhuma ênfase dentro dos ambientes escolares e talvez por isso sejam tão invisibilizadas e discriminadas por uma maioria.

Em 2003, foi instituída a Lei 10.639/03 que obriga as escolas públicas e particulares dos ensinos fundamental e médio a ensinarem história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas. Contudo, o que se vê, principalmente nas escolas particulares, é que essa lei é cumprida de modo muito superficial ou até mesmo é descumprida. Tendo essa problemática em vista, optamos por trabalhar com aquelas duas representações da cultura negra em Belém, pois elas se manifestam com bastante frequência no entorno da escola e no cotidiano dos alunos.

O local de pesquisa e de aplicação da metodologia deste trabalho é uma escola localizada no bairro da Cremação, periferia de Belém. O bairro da Cremação possui esse nome, pois, durante a administração do Intendente Municipal Antônio Lemos (1897-1910)², foi o primeiro local da América Latina a ter um Forno Crematório que visava a queima de lixo e animais mortos com o objetivo de manter a cidade limpa para o glamour da *Belle Époque* em voga na época.

Atualmente, o bairro da Cremação é considerado um bairro periférico e o Forno Crematório, símbolo de seu nome, se encontra desativado há anos. A violência que assola as periferias da cidade de Belém, considerada uma das mais perigosas do mundo³, é um fenômeno que se explica, em sua maioria, por não existirem políticas públicas que atendam os jovens da periferia de modo que tenham oportunidade de acesso ao conhecimento, de exercitar seu saber, de praticar um esporte ou alguma

² Histórico do Bairro da Cremação: <http://belemhistorica.blogspot.com/2010/10/bairro-da-cremacao.html>

³ 50 cidades mais violentas do mundo: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43309946>



outra atividade que lhes promova um futuro digno e uma fonte de renda que lhes garanta condições mínimas de sobrevivência.

O bairro da Cremação nunca foi posto como um espaço visível dentro da cidade de Belém, pois não cumpria com os “quesitos” e critérios dos “regimes de visibilidade”, conceito cunhado por Paulo César da Costa Gomes (2013), que afirma que existe, sim, uma Geografia daquilo que pode e não pode ser visto:

A proposta de regimes de visibilidade é uma analogia com a expressão dos “regimes de verdade”, cunhada por Michel Foucault. Dizia ele que esses regimes nos informam sobre quem está autorizado a falar, o tipo de discurso que é aceito como verdadeiro e os mecanismos que permitem distinguir o falso do verdadeiro. Paralelamente, podemos dizer que regimes de visibilidade nos informam sobre o que deve ser visível, como aquilo que é visto deve ser entendido e, simultaneamente, o que não merece ser visto. (GOMES, 2013, p. 52).

Dentro da reflexão de Gomes (2013) acerca dos regimes de visibilidade, há três etapas ou processos para que um determinado lugar se torne visível. O autor nos mostra que nosso entendimento dependerá, em primeiro lugar, do *ponto de vista* espacial que escolhermos – como a distância do objeto, o enquadramento, a morfologia etc. – e que isso nos dá uma determinada visão do objeto, sempre segregando ou abandonando algo que deveria ser visto. O segundo fator importante é o *tipo de público* que somos, pois, como dito anteriormente, os espaços foram construídos para determinados públicos. Por último, o autor nos mostra que mais um fator é importante nesse processo: a *narrativa* pelas quais olhamos essas imagens, a narrativa que enaltece os pontos turísticos, mas que não mencionam as outras faces do lugar, como os espaços de resistência, de luta e de memória. Esses espaços da cidade ficam invisíveis e em outras ocasiões é que conseguimos imaginar que esse discurso, essa narrativa, interfere na apropriação de determinados espaços por um determinado público turístico, por exemplo.

Por isso, o objeto cartão-postal é importante para a nossa análise, pois o aluno do ensino básico, tendo o conhecimento de que essa lógica segregadora existe e de que se nos apropriarmos desse regime de visibilidade com um *ponto de vista* estabelecido conceitualmente; sendo repassado a um *tipo de público* não segregador, criando um espaço democrático de convivência mútua, representativa e cidadã; e dentro de uma



narrativa que permita que todos visualizem a riqueza da diversidade cultural existente na nossa cidade, podemos conquistar aos poucos uma igualdade social.

Cartão-Postal da Geografia Étnico-Racial em Prática

A prática desta pesquisa foi realizada em uma escola particular, em um bairro periférico da cidade de Belém, e foi feita em etapas. Em um primeiro momento, foram elaboradas três perguntas gerais acerca do tema pesquisado, o RAP e o Candomblé, para verificar a “intimidade” dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental com esses assuntos. As perguntas foram semiestruturadas e abertas, dando uma maior gama de respostas, e aplicadas em forma de questionário. Foram as seguintes perguntas: 1ª) “Você percebe a presença da cultura negra em Belém? Se sim, como?”; 2ª) “Já ouviu falar na batalha de São Brás? O que ela representa?”; e 3ª) “Você sabe o que são religiões de matriz africana? Se sim, conhece alguma?”

Inicialmente, um questionário foi passado aos alunos do último ano do Ensino Fundamental, objetivando analisar o nível de entendimento deles sobre os movimentos de resistência do povo negro dentro da cidade de Belém e, conseqüentemente, do seu bairro. No primeiro momento, os questionários nos traduzem que a totalidade dos alunos reconhecem, sim, a presença da cultura negra na cidade de Belém, dando exemplos da capoeira, culinária e religião de matriz africana, como o Candomblé, mas os exemplos pararam por aí. Ou seja, os alunos reconhecem traços da cultura negra no seu entorno, mas não compreendem a fundo a significância dessas representações, a origem e a resistência que esses movimentos representam.

Quando questionados se conheciam a Batalha de São Brás⁴, 84,6% dos alunos não conheciam ou não sabiam da existência dela e, conseqüentemente, não sabiam o que ela representava para a sociedade ou se havia alguma relação da Batalha com movimentos de resistência negra na cidade. Apenas 15,4% dos alunos sabiam o que era a Batalha de São Brás e como ela era realizada, como aparece em uma das respostas dadas por um estudante acerca do assunto: “Sim, conheço, são batalhas de rima”. Os

⁴ Se chama “Batalha de São Brás”, pois este é o nome do bairro onde está localizada a praça onde ocorrem os desafios de rima (SILVA, 2016).



poucos alunos que conheciam a Batalha de São Brás se limitavam a dizer que elas tinham apenas uma única utilidade, as batalhas de rima.

Ao questionarmos se sabiam o que eram as religiões de matriz africana, 61,5% dos alunos responderam que sim, já tinham ouvido falar alguma vez sobre religiões de matriz africana; e 38,5% deles não sabiam do que se tratava. Os que já conheciam minimamente as religiões africanas não conseguiram dar exemplos contundentes e, inclusive, um deles afirmou que conhecia, e como exemplo respondeu “Macumba”, como expresso na Figura 1:

Figura 1 – Questionário antes da aula instrumentalizadora

“Macumba.”

3ª) VOCÊ SABE O QUE SÃO RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA? SE SIM, CONHECE ALGUMA?

MACUMBA

Fonte: Trabalho de Campo, junho, 2019.

Nessa primeira abordagem com a turma, podemos verificar que o conhecimento acerca dos movimentos de resistência da cultura negra na cidade de Belém, pela ótica dos alunos, é algo muito fragilizado ou até mesmo ausente. Devido a isso, este trabalho possui o objetivo de levar até esses alunos o conhecimento da historiografia do negro e a sua espacialidade, os que vieram para a Amazônia e os que aqui já estavam, e que foram submetidos a condições vergonhosas e desumanas.

Os negros que aqui viviam deixaram descendentes que podem muito bem ser das famílias desses alunos, das pessoas do bairro, e o que pode parecer um simples costume de uma comunidade, na realidade, pode ser um símbolo da cultura negra que ali viveu e sofreu há algumas centenas de anos; é isso que o nosso discente deve ter o conhecimento, para poder atuar, defender, respeitar e disseminar a cultura do outro e a história por trás – uma história a contrapelo dos sujeitos que deram seu sangue para

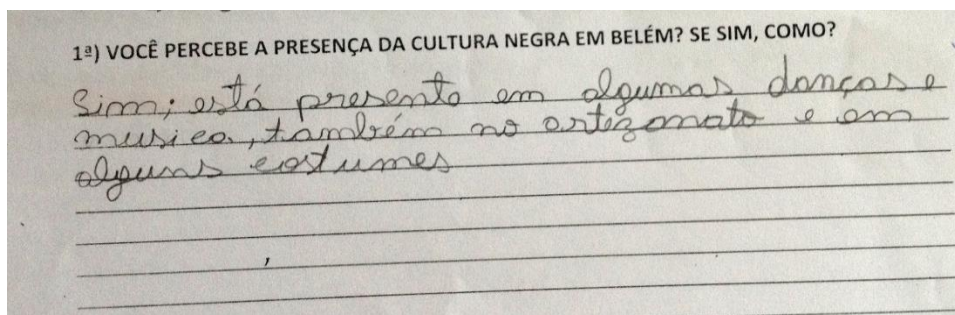


que a história de um povo continuasse resistindo em um mundo que lhes foi extremamente hostil.

A Figura 2 é a resposta de uma aluna que expressa conhecimento sobre a cultura negra em Belém, citando exemplos contundentes acerca da Geografia étnico-racial antes mesmo da aula instrumentalizadora que ainda iríamos ter.

Figura 2 – Questionário antes da aula instrumentalizadora

“Sim, está presente em algumas danças e música, também no artesanato e em alguns costumes.”



Fonte: Trabalho de Campo, junho, 2019.

Notamos que, em relação a alguns aspectos culturais, os discentes conseguem estabelecer uma conexão entre a cultura negra na cidade e o que eles entendem por essa cultura, como na resposta acima de um aluno que diz que percebe essa presença do negro dentro de aspectos como a música e o artesanato. Dar visibilidade a essas formas de resistência da cultura negra é o cerne desta pesquisa e, por isso, o objeto Cartão-Postal nos será muito útil, pois o fato de termos uma imagem, uma paisagem, recortada de uma determinada realidade e estampada em um Postal, pode disseminar entre os alunos, na escola e no seu entorno, todo o real significado de uma batalha de rima, ou da prática de uma religião que não é hegemônica e que deve ser respeitada.

Após a primeira etapa de aplicação de questionários, passamos para a etapa seguinte, que consistiu em um momento de transpor o conhecimento teórico dos objetos do questionário em sala de aula. Inicialmente, foram abordados o histórico, a relevância, os rituais e os locais em que acontecem em Belém.

Realizamos uma aula específica na qual foi trabalhada a Geografia do negro, trazendo-a para a realidade do Brasil e, especificamente, de Belém do Pará, e transpondo aos alunos a relevância de se estudar o tema do negro, além de compreender o quão duro ainda é ser negro hoje, principalmente em Belém, a 10ª cidade mais perigosa do mundo, onde a maioria dos assassinatos ocorridos nas



periferias são de negros. A aula teve como objetivo demonstrar para os discentes que apesar de todos os obstáculos referentes à cultura negra, tais manifestações dessa cultura se fazem presentes de diversas formas dentro da cidade; são formas tão ricas de demonstração cultural que poderiam facilmente estampar um cartão-postal dentro da lógica de visibilidade de determinados espaços em detrimento de outros, instigando nos estudantes o senso crítico e de respeito às manifestações culturais dos negros, bem como fazendo-os reconhecer tais manifestações dentro do espaço da sua cidade. Essa metodologia pode ser aplicada por qualquer professor de Ensino Médio e/ou Fundamental que queira trabalhar com seus alunos tais categorias, até mesmo de modo interdisciplinar.

Na aula, foram apresentados três temas: a religião de matriz africana, especificamente o Candomblé; a Batalha de RAP conhecida como “Batalha de São Brás”; e a lógica que rege os Cartões-postais. De início, foi abordada de forma didática a parte teórica (ressaltada anteriormente) acerca dos Cartões-Postais, para que os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental pudessem compreender a lógica que rege esses postais, bem como entender o porquê de outros espaços da cidade não receberem a mesma visibilidade dos pontos turísticos.

A compreensão de como esses pontos de visibilidade se dão é de fundamental importância, pois torna visíveis os agentes que constroem essa lógica (Estado, governo, empresários) em detrimento de uma série de movimentos de resistência que ocorrem na cidade de Belém, como os que aqui estão sendo estudados. Para isso, é importante uma lógica fundada nos processos de diferenciação espacial como processo pedagógico.

Ao compreender que os espaços visíveis socialmente são aqueles mais “bem-sucedidos”, “frequentados” e “aceitos”, assim como os que são expostos nos Cartões-Postais, nos leva ao entendimento de que se tornarmos elementos como o Candomblé e o RAP visíveis socialmente, mesmo que seja em nível de ferramenta de ensino, já deixamos uma marca de resistência, respeito e compreensão da cultura de um povo que possui extrema relevância nas raízes da cultura brasileira, paraense e, sobretudo, belenense.



O Cartão-Postal como ferramenta de ensino nos possibilita dar visibilidade (dentro da sala de aula inicialmente), pois existem questões que a sociedade não “enxerga”, “não conhece”; por isso, esse foi o objeto escolhido para trabalhar dentro da metodologia proposta nesta pesquisa.

Dando prosseguimento à parte prática da nossa pesquisa, o segundo assunto abordado foram as religiões de matriz africana, especificamente o Candomblé, tendo todo o embasamento teórico feito por Barros (2011, p. 2), que ressalta de forma clara como se dá a prática da religiosidade africana nesse contexto:

O Candomblé é uma religião iniciática e suas comunidades possuem características próprias referentes a uma organização social extremamente regrada e hierarquizada, baseada em um parentesco mítico, onde a chefia espiritual e terrena encontra-se concentrada nas mãos de uma só pessoa: a mãe ou pai-de-santo. É também um grupo social que congrega especialistas rituais vários, como os que tocam os instrumentos (alabês), realizam os sacrifícios (axoguns), os que preparam os alimentos votivos (iabassés) e os encarregados da coleta e preparo dos vegetais (olos-sain) e muitos outros cujos títulos correspondem a tarefas específicas, todos sob a chefia do dirigente máximo dessas comunidades.

Ao abordar esse assunto em sala de aula, precisamos ter muita cautela, pois falar de religião em si é uma problemática dentro de qualquer espaço de discussão. Porém, se abordado da maneira correta e com respeito à diversidade, o aprendizado sobressai quaisquer elementos que possam desviar o caminho para outra forma de apreensão.

Como visto anteriormente, antes da aula acerca do Candomblé, os alunos não sabiam do que se tratava, não sabiam dar exemplos ou simplesmente respondiam algo pejorativo, como exposto na Figura 1. Durante a exposição, falamos sobre o que era o Candomblé, suas origens e suas práticas que resistem à fronteira continental que conecta África e América do Sul, e que aqui no Brasil e, especificamente, em Belém do Pará seus praticantes têm que conviver com o preconceito e a violência gerada pela falta de conhecimento acerca de tais religiões. Por isso, é importante estudar esse tema na sala de aula e problematizar o conhecimento para o aluno, de modo que ele compreenda e respeite a religião africana, e não reproduza comportamentos pejorativos que emanam da maior parte a sociedade.

O terceiro momento de nossa aula expositiva foi acerca do movimento musical conhecido em Belém como a “Batalha de São Brás”, a qual envolve o uso do estilo



musical RAP (*Rhythm and Poetry*: Ritmo e Poesia, em tradução livre) que têm suas origens na África Ocidental e que, posteriormente, foi adaptado à música jamaicana, como nos contam os autores abaixo:

Originário do canto falado da África ocidental, o RAP foi adaptado à música jamaicana da década de 1950 e influenciado pela cultura negra dos guetos americanos, quando chegou junto com os imigrantes caribenhos, para se unir aos demais elementos do Hip-hop no período pós-guerra. (AGUIAR; TEJERA, 2013 apud SILVA, 2016, p. 6).

Uma das atuações do movimento do RAP em Belém acontece na Praça Floriano Peixoto, em frente ao Mercado de São Brás, e ficou popularmente conhecida como a “Batalha de São Brás”. É um local onde jovens, homens e mulheres, geralmente de áreas periféricas da cidade, passaram a se encontrar com o objetivo de criar poesia com rima sobre uma base de som que os desafia a criar versos improvisados sobre a realidade na qual vivem, e vence o “MC” (Mestre de Cerimônia) com mais capacidade de improviso; nesse sentido, são “aqueles que fazem RAP de improviso (também chamado de *free*, ou seja, livre) [e] se expressam através do canto com base nas suas vivências e conhecimentos” (SILVA, 2016, p. 56).

Inicialmente, quando foi passado o questionário aos alunos do 9º ano, 84,6% deles desconheciam a Batalha de São Brás e, conseqüentemente, o que aquele movimento de resistência representava para a comunidade negra da periferia da cidade na qual vivem. Após a nossa aula (de apresentação teórico-didática dos assuntos abordados) e a exibição de imagens e vídeos sobre a Batalha de São Brás, os estudantes passaram a reconhecer alguns ícones da Batalha, como o conhecido “Pelé do Manifesto”, um dos artistas que foi revelado durante a dura jornada de manter a batalha de “pé” na cidade.

A partir desse momento, os alunos passaram a reconhecer que o RAP tem toda a sua trajetória dentro de uma história de muita luta e resistência para o povo negro e periférico, e que esse ritual que se estabeleceu na cidade de Belém, especificamente no Mercado de São Brás, representa um oceano de possibilidades para aqueles que o frequentam, como Pelé do Manifesto, um dos artistas com maior visibilidade no cenário musical do RAP em Belém e, inclusive, no Brasil.

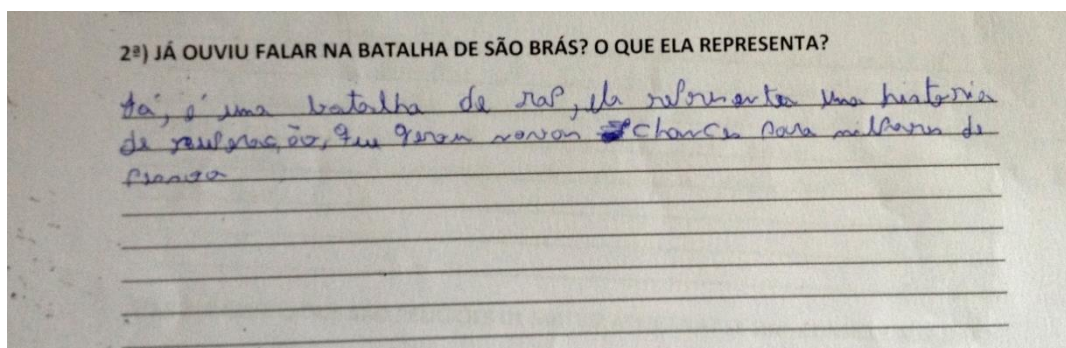
O segundo retorno que obtivemos dos alunos, após a instrumentalização teórica, foi bem mais positivo com relação ao movimento cultural de raízes negras e



africanas, assim como a sua representatividade e resistência para aqueles que dele participam, e até mesmo a importância disso para a cidade. Vejamos o que se viu de alguns alunos acerca da Batalha de São Brás nas imagens a seguir:

Figura 3 – Relato de aluno após a aula instrumentalizadora

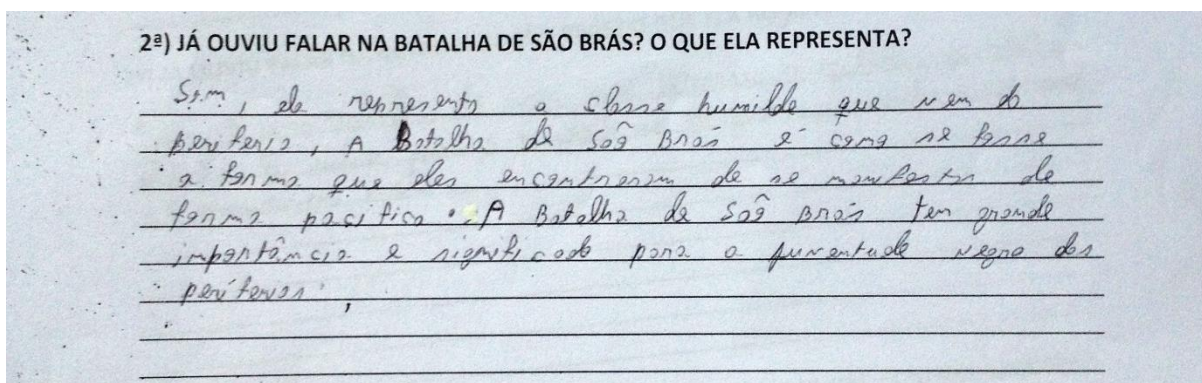
“Já, é uma batalha de rap, ela representa uma história de superação, que geram novas chances para milhares de pessoas.”



Fonte: Trabalho de Campo, junho, 2019.

Figura 4 – Relato de aluno após a aula instrumentalizadora

“Sim, ela representa a classe humilde que vem da periferia, a Batalha de São Brás é como se fosse a forma que eles encontraram de se manifestar de forma pacífica. A Batalha de São Brás tem grande importância e significado para a juventude negra das periferias.”



Fonte: Trabalho de Campo, junho, 2019.

Nesse momento, após o término da aula instrumentalizadora, os alunos passaram a compreender de forma mais direta, mais linear e com componentes antes não explorados, o histórico de um povo, o surgimento de seus elementos representativos, suas lutas para manter suas raízes que vão contra uma lógica segregadora e desleal, a qual o Estado e os agentes hegemônicos do capital imprimem desde que o processo moderno colonial se estabeleceu. Esses elementos nos

conduziram a uma série de fatores para refletir essa Geografia, uma Geografia cultural que foi marcada por um povo durante milênios e que hoje encontra barreiras diante da lógica colonialista estabelecida.

Como respondeu o estudante da Figura 3, as batalhas de RAP, como a Batalha de São Brás, são oportunidades para as pessoas que moram em bairros periféricos de tentar expor sua arte e seu talento, no intuito de expressar a realidade na qual vivem e dar voz a sentimentos que não são ouvidos, o que serve como uma rica forma de lazer, aberta e livre dentro dos seus limites e regras de percurso.

Nesse momento, abrimos um parêntese para fazer um contraponto e ressaltar que a Batalha de São Brás sofreu inúmeras tentativas de fechamento por parte da Prefeitura de Belém com sua Guarda Municipal, ou mesmo pela atuação de outros agentes da repressão estatal, como a Polícia Militar, que muitas vezes impediu o seu acontecimento. Por esses motivos, a Batalha é considerada um movimento de raízes negras e de resistência que ressoam na cidade.

Algumas repressões eram recorrentes durante a resistência do movimento de RAP que acontecia na cidade quando, por exemplo, os Guardas Municipais exigiam a retirada dos equipamentos de som do local, revistavam todos que estavam presentes, mesmo estando em um espaço público e de uso coletivo, como a praça. Esses momentos de “turbulência” eram muito frequentes para o movimento de resistência dos jovens negros, cuja maioria vem de bairros periféricos e que tentavam ir em busca de lazer e arte, mas, por vezes, eram tratados como suspeitos.

Retornando ao tópico da aula instrumentalizadora, foi utilizado na aula prática os modelos dos cartões-postais retirados de recortes paisagísticos dos dois locais de pesquisa abordados neste trabalho, o terreiro de Candomblé e a Batalha de São Brás.

Nas Figuras 5 e 6 podemos ver que o elemento retratado na imagem, dentro das molduras de um Postal, já nos remete a inúmeros outros significados, pois a própria moldura nos traduz muita coisa, como a visibilidade que é direcionada aos olhos de quem vê o cartão.



Figura 5 – Cartão-postal Terreiro de Candomblé Mametu Nangetu, em Belém



Fonte: Laércio, 2018. (Adaptado pelos autores).

Ao emoldurarmos a imagem do terreiro de Candomblé dentro da sala de aula, oferecemos aparatos teóricos e metodológicos para que os alunos possam entender e enxergar aquela realidade de forma diferente, respeitando-a e disseminando para seus parentes, amigos, e conhecidos que aquele lugar pertence a uma história, a uma Geografia, a um povo que luta para manter suas raízes em meio a tanta discriminação e preconceito. Com a visibilidade dada ao Cartão-Postal de um terreiro de Candomblé, mesmo tendo sido somente dentro de uma pequena realidade, como a sala de aula, conseguimos cultivar pessoas que crescerão com outro olhar sobre a diversidade da cultura africana, a qual resiste na nossa cidade e que se expressa por meio da religião de matriz africana.

Na imagem acima, podemos perceber toda a ritualística de um terreiro de Candomblé, pois os participantes que ocupam a posição central da imagem estão todos trajados de branco e sentados em forma de meia-lua, o que demonstra que esse é um lugar de diálogo e de troca de ideias, crenças e conhecimentos acerca dessa religião tão tradicional e fortemente presente na cultura negra na cidade de Belém.



Figura 6 – Cartão-Postal da Batalha de São Brás



Fonte: Facebook da Batalha de São Brás. (Adaptado pelos autores).

Figura 7 – Cartão-Postal da Batalha de São Brás



Fonte: Facebook da Batalha de São Brás. (Adaptado pelos autores).

Os postais expostos nas Figuras 6 e 7 se referem aos cartões produzidos durante o desenvolvimento desta pesquisa e tiveram como objeto a Batalha de São Brás. Nota-se que a grande maioria dos frequentadores das batalhas de rima são jovens, de diferentes bairros periféricos da cidade, que se deslocam de bicicleta, de



transporte coletivo ou até mesmo a pé, tudo em troca de um momento de lazer, conhecimento e valorização do seu saber enquanto ser humano. Portanto, é um momento ritualístico de resistência e memória.

Como mencionado anteriormente, a Batalha de São Brás é um movimento que ainda (re)existe na cidade de Belém e – após expressar toda a Geografia do espaço de lazer que a Batalha criou em São Brás, especificamente na praça Floriano Peixoto – emoldurar essa realidade traz para os nossos alunos uma percepção de que aquele movimento necessita ser visto, ter visibilidade, pois as histórias que emanam desse ritual são histórias de luta e contradições que embrenham o espaço urbano, como a desigualdade, o preconceito, a discriminação que acontece contra os jovens de periferia na nossa cidade, dentre outras situações que são retratadas no interior desse movimento.

Os cartões-postais, como objeto de ensino de uma “Geografia étnico-racial”, e a escolha dos elementos de matriz africana (Candomblé e RAP) foram uma seleção proposital, pois este trabalho tem como cerne dar visibilidade a processos socialmente subalternizados, tanto no que tange à realidade da vida urbana quanto a realidade escolar (currículo), pois mesmo com as suas leis e datas comemorativas, a Geografia do negro ainda é uma realidade distante para os alunos da educação básica. Compreender o desenho social desse grupo é algo imprescindível para uma vida ativa e em coletividade, com respeito e com participação efetiva.

Em sua trajetória, os postais sempre buscaram estampar belas paisagens, pessoas brancas e alegres, parques cheios de natureza, dentre outras imagens que conhecemos de postais ao redor do mundo. Contudo, também se deve estampar o que tem historicidade, luta, resistência e persistência. Mesmo que não representem a nossa cidade na prática da lógica turística, esses cartões-postais aqui produzidos, sem dúvida, mudaram a realidade de um grupo de pessoas que hoje tem a percepção do que esses movimentos representam e do tamanho da representatividade que carregam.

Considerações finais

A força motriz desta pesquisa foi criar uma metodologia de ensino voltada para a união de elementos que facilitem a aprendizagem dos alunos, fazendo uso de



seus conhecimentos prévios atrelados ao conteúdo da ciência geográfica, como cidade, periferia e relações étnico-raciais, o que cria uma forma de compreender os espaços cotidianos desses alunos dentro da cidade de Belém, e os leva a avançar intelectualmente como sujeitos protagonistas de seu próprio espaço e tempo.

Trabalhar com temas que são invisibilizados socialmente é uma alternativa para quem opta por adotar essa metodologia de ensino de Geografia. Porém, outros temas e assuntos podem ser abordados dentro da metodologia proposta nesta pesquisa, por exemplo, o ensino de conceitos como paisagem e lugar.

A partir do momento que tivemos um retorno pelos questionários e, principalmente, pela postura dos discentes diante do assunto trabalhado, notamos que a realização do trabalho ético do professor transcende os conteúdos e a sala de aula, e vai para o campo da ação social, da formação e da conscientização do sujeito enquanto ser ativo. Neste trabalho, essa postura foi conquistada ao longo da aplicação dessa metodologia com uma turma de 9º ano de uma escola particular em um bairro periférico da cidade de Belém.

Como um projeto inicial, muitas observações devem ser feitas dentro da metodologia proposta, haja vista que no contexto econômico e no cenário de certas escolas no Brasil, a estrutura pode não se adequar ao método proposto. Porém, pode-se (re)inventar a metodologia para que ela possa se adequar às realidades que virão, aliando outras ferramentas que estiverem ao alcance das/dos estudantes quando for aplicada a ferramenta de ensino proposta.

De forma alguma este trabalho pretende se encerrar em si; ao contrário, visamos a universalização das experiências e dos conhecimentos adquiridos durante nossa prática como docente em sala de aula, de maneira a contribuir cada vez mais para uma educação de qualidade que tenha resultados efetivos não apenas na sala de aula, mas sim para a vida dos estudantes como um todo.

Referências bibliográficas

BARROS, F. O espaço sagrado nos candomblés nagô. **Revista del CESLA**, n. 14, p. 29-36. 2011. Acesso em 10 fev. 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=243322672005>



FRANCO, P. Cartões-postais: fragmentos de lugares, pessoas e percepções. **Métis: história & cultura**, Caxias do Sul, v. 5, n. 9, p. 25-62, 2006.

FUNES, E. Negro na Amazônia: recuperando sua história. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 45, p. 195-200, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S000205912012000100010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 mar. 2021.

GOMES, P. **O lugar do olhar**: elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

RAIOL, D. **Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835**. Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, Belém, Universidade Federal do Pará, 1970.

SALLES, V. **O negro no Pará sob o regime da escravidão**. Local/Editor Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; [Belém]: Universidade Federal do Pará, 1971.

SILVA, E. **A Batalha de São Bráz enquanto atividade de lazer**: a espacialidade. [manuscrito]/ Emanuel Maciel Ferreira Silva. Belém, 2016. 53 f.

VASQUEZ, P. K. **Postais do Brasil**. São Paulo: Metalivros, 2002.



DOS MÁRTIRES DE ABRIL AO ASSENTAMENTO: AS INFLUÊNCIAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS TERRITORIAIS NA ILHA DE MOSQUEIRO, BELÉM-PA



Danillo Vaz Costa
Fabiano de Oliveira Bringel
Andrey Henrique Figueiredo dos Santos

Introdução

Belém do Pará está localizada na região Norte do Brasil, sendo o município mais populoso do estado, com uma estimativa de 1.506.420 habitantes atualmente. A cidade possui um território físico de aproximadamente 1.059,466 km², sendo que mais de 65% de sua área é do domínio de 42 ilhas, dentre as quais se situa o Distrito Administrativo de Mosqueiro (com 211,7923 km²), localizado a 70 km de distância do centro da capital paraense (IBGE, 2010). Os municípios que compõem a Região Metropolitana de Belém (RMB) são: Ananindeua, Belém, Benevides, Castanhal, Marituba, Santa Bárbara do Pará e Santa Izabel do Pará.

Vale ressaltar que os municípios da RMB, em sua construção sócio-espacial, possuem (re)configurações da questão agrária, como: acampamentos e assentamentos por/de reforma agrária; comunidades quilombolas e ribeirinhas; experiências e feiras agroecológicas; sem contar que a região foi o palco histórico da Cabanagem¹. Por isso, seria leviano de nossa parte enquadrarmos em um escopo analítico esse universo de cosmovisões outras.

Assim, a nossa leitura do Paradigma da Questão Agrária (PQA) é de que tal problemática se apresenta nas mais diferentes formas na Amazônia paraense, em especial nos diferentes municípios da RMB, e extrapola os limites políticos na concretude do cotidiano entre rural-urbano.

O caso do Assentamento Mártires de Abril (AMA) nos chama atenção, partindo de um contexto de luta pela terra, para a reflexão sobre como surgiu no

¹ A cabanagem foi um movimento da maior revolta popular regional do Brasil, e ocorreu na Amazônia no século XIX. Ver melhor em Di Paulo (1990).



município de Belém um campesinato que busca ter acesso à terra agricultável para as práticas da sua reprodução camponesa. O assentamento possui uma historicidade densa, organizado internamente desde a sua gênese pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e se localiza em meio à RMB, na Ilha de Mosqueiro, Distrito de Belém.

O AMA possui cerca de 110 famílias – 56 são assentadas com cadastro no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e as outras são agregadas (sem o referido cadastro) – e é caracterizado pela diversidade de sua área, cuja extensão é de 408 ha, os quais estão distribuídos em: a) lotes de produção agrícola (364 ha); b) agrovila (5,46 ha) e; c) área de patrimônio coletivo e de preservação (38,54 ha). O tamanho médio dos lotes é de 4 ha (SANTOS, 2020).

O constante problema da precariedade dos investimentos públicos em contraste com a importância dessa área rural e sua dimensão fomentaram a elaboração deste capítulo, que discute como ocorreu a construção do Assentamento Mártires de Abril a partir da luta pela terra e sua correlação com a implementação de políticas públicas territoriais, compreendendo tais políticas como impulsionadoras de uma nova (re)configuração da questão agrária.

De acordo com Leslie Pal (apud SABOURIN, 2017, p. 2), as políticas públicas são: “uma série de ações ou inações que autoridades públicas escolhem adotar para regular ou responder a um problema ou um conjunto de problemas interligados”. Já para Rua (2014), elas partem de decisões e ações que resultam em destinação de verbas para os bens públicos. Sob tal ótica, é possível perceber a importância do AMA para a embrionária implementação da reforma agrária na Amazônia no período pós-redemocratização.

Este artigo está dividido em três seções: a primeira, denominada “Das lutas no campo à construção do Assentamento Mártires de Abril”, contextualiza histórica e geograficamente a influência do massacre de Eldorado dos Carajás no surgimento do assentamento; a segunda, denominada “As políticas públicas territoriais: limitações e desafios para a reforma agrária”, introduz e discute as implicações da implementação da reforma agrária na região, além de abordar os desdobramentos que resultaram daquelas políticas no estado do Pará; a terceira e última seção, “Caminhos que



emergem do saber camponês: a experiência do Lapo”, é dedicada a uma reflexão acerca da experiência agroecológica localizada no Assentamento Mártires de Abril, e de que forma o saber camponês tem a potencialidade de vetor para superar desigualdades no campo brasileiro.

A pesquisa que resultou neste capítulo foi desenvolvida entre os anos de 2015 e 2019. Metodologicamente, partimos de uma revisão bibliográfica prévia de pesquisas científicas, sites e jornais para elucidar nossa proposta. Posteriormente, foram realizados os trabalhos de campo, quando utilizamos diários de campo para um resgate da memória e sistematização de dados empíricos.

Os trabalhos de campo foram vivenciados em períodos distintos pelos autores por meio de estadias no assentamento: ora participando de forma ativa das atividades ocorridas diariamente nos lotes; ora colaborando com projetos de extensão e com disciplinas na graduação que proporcionaram vivências no AMA.

Nesse processo, realizamos entrevistas semiestruturadas e conversações informais com os assentados, com as quais se buscou, por meio de relatos experimentados na carne, a compreensão em ato do processo de construção do assentamento, perpassando pelo duro período de ocupação; além disso, foi possível perceber o cotidiano dos assentados e os impactos e influências das políticas públicas (principalmente territoriais) no AMA. A pedidos de alguns entrevistados, os nomes foram mantidos em sigilo, pois as falas, de acordo com os assentados, “pertencem às lutas”.

Das lutas no campo à construção do Assentamento Mártires de Abril

O município de Eldorado dos Carajás, localizado na mesorregião do Sudeste do estado e a 654 km de distância da capital Belém, é um local historicamente marcado pela implementação de grandes projetos de mineração na região e pela concentração fundiária, que resultaram em conflitos agrários². A partir desse contexto, em setembro de 1995, cerca de 3.500 famílias de trabalhadores rurais levantaram um acampamento perto da estrada e próximo à Fazenda Macaxeira (em Eldorado dos carajás).

² Nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, a segunda metade do século XX foi marcada por uma série de assassinatos que refletiram a violência no campo brasileiro, podendo-se destacar a morte de João Pedro Teixeira, na Paraiba, em 1962; Chico Mendes, no Acre, em 1988; Margarida Alves, na Paraiba, em 1983; e João Canuto, no Pará, em 1985.



O acampamento foi organizado pelo MST e buscava a desapropriação da fazenda³. A perícia do INCRA atestou que a fazenda era produtiva, o que foi rebatido pelo MST, que afirmou que a avaliação havia sido influenciada por suborno ao superintendente do instituto que, logo após a avaliação, foi exonerado por ato ilícito comprovado (BARREIRA, 1999).

Os acampados decidiram, então, que no dia 5 de março de 1996 ocupariam a Fazenda para reiniciar as negociações. As reivindicações dos acampados não foram atendidas, o que resultou em uma marcha em direção a capital, Belém. No dia 17 de abril, pela manhã, chegou a informação de que as negociações estavam encerradas. Posteriormente, às 16 horas, às margens da denominada “curva do S” (na BR-155), os trabalhadores foram cercados de um lado por policiais militares do quartel do município de Parauapebas e, por outro, por policiais militares do batalhão do município de Marabá (BARREIRA, 1999). Em meio a bombas de gás lacrimogêneo atiradas pelos policiais, e paus e pedras lançados pelos sem-terra, o resultado foi a morte de 19 trabalhadores rurais, com 37 perfurações de projéteis oriundos das armas dos policiais; outros 69 foram feridos.

O massacre ganhou visibilidade nacional e mundial e, em 1997, vários países apresentaram exposições de fotografias de Sebastião Salgado (fotógrafo brasileiro), sendo que a primeira foi em Bruxelas, na Bélgica; na exposição, foi utilizado um espaço para denunciar o massacre ocorrido, o que resultou na conversão do marco do dia 17 de abril em Dia Internacional da Luta Camponesa. Os acontecimentos deram início a uma série de ocupações em todo o território nacional, como forma de protesto, e com o intuito de promover e impulsionar a reforma agrária (ABE, 2004). É importante frisar que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi criado após o massacre de Eldorado dos Carajás, o que foi fundamental para o desenvolvimento da agricultura camponesa.

Em 1999, a partir de um trabalho organizado pelo MST na periferia de Belém, por meio da criação de um acampamento pedagógico em São Brás, o bairro foi

³ De acordo com os trabalhadores rurais, a Fazenda era improdutiva e a reivindicação se baseava no artigo 184 da Constituição de 1988.



escolhido para receber a escultura “Coluna da Infâmia”⁴, em memória aos mortos no massacre de Eldorado dos Carajás. Encerrado o acampamento, os acampados ocuparam a fazenda Transportes Aéreos da Bacia Amazônica (TABA), localizada na Ilha de Mosqueiro (Distrito administrativo de Belém), reivindicando a desapropriação da área. Após quatro despejos e um constante processo de ocupação e reocupação (cinco ocupações ao todo), o Mártires de Abril se tornou um assentamento em 2001.

Gostaríamos de trazer uma reflexão sobre os *acampamentos pedagógicos do MST* pelo Brasil, em especial os realizados no Pará. Como mencionamos na introdução, a questão agrária extrapola os limites entre rural-urbano e se manifesta nas mais diferentes formas no cotidiano. “Na verdade, a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer” (MARTINS, 1994, p. 12-13). Por isso, compreendê-la de uma forma *multifacetada* (MARCOS, 2016) é imprescindível para atualizarmos o debate.

A questão agrária está presente no nosso cotidiano há séculos. Pode-se querer não vê-la, encobrendo deliberadamente parte da realidade, mas ela se descortina dia-a-dia. Pode-se afirmar que é uma coisa do passado, mas é do presente, está ali, aqui e naquilo, em todo o lugar, ação e objeto. Em cada estado brasileiro a questão agrária se manifesta, principalmente, nas ocupações e nos acampamentos, nas estradas e nas praças. Igualmente está presente nos latifúndios, no agronegócio e nas ‘commodities’; nas teses, livros e relatórios. No dia-dia é exposta nas manchetes dos jornais e de todas as mídias que explicitam a sua conflitualidade. (FERNANDES, 2011, p. 4).

Compreender a questão agrária somente pela busca do acesso à terra é reduzir o debate. É não acompanhar as mudanças da sociedade e, portanto, deixar escapar interpretações analíticas que alimentam e enriquecem o paradigma. Mais especificamente, é ignorar as ações desses sujeitos que compõem e tensionam no cotidiano o que chamamos aqui de *questão agrária*, tendo em vista que a necessidade de entender o agrário brasileiro é uma tarefa de estudo da própria construção multiterritorializada do Brasil, com uma diversidade de culturas e de diálogos vivenciados de maneira diferente pelos povos tradicionais, comunidades camponesas e outros sujeitos.

⁴ A “Coluna da Infâmia” se trata de uma série de esculturas criadas pelo dinamarquês Jens Galschiøt, que buscou marcar materialmente um lembrete sobre acontecimentos vergonhosos que nunca devem ser repetidos. Há três esculturas erguidas no mundo: em Hong Kong, no México e no Brasil.



De acordo com Bringel (2001), o acampamento pedagógico e a ocupação da Fazenda TABA se trataram de um “êxodo urbano”, quando a população residente do centro urbano se desloca para as áreas rurais. Os participantes do acampamento pedagógico eram residentes da periferia de Belém e, buscando melhores condições de vida, migraram para a Ilha de Mosqueiro.

A grande dificuldade, de acordo com Carla Lagoia (uma das militantes e coordenadora do AMA), é “fixar o homem na terra”; para isso, a proposta de integração dos trabalhadores no assentamento se daria por meio do poder público (municipal e federal), que auxiliaria com a implementação e manutenção de infraestrutura nos lotes.

Assim, podemos perceber as mudanças que ocorreram na Ilha de Mosqueiro após a década 1980, com destaque para o fato da população residente da Ilha ter triplicado em 30 anos, indo de 14.460 mil habitantes, em 1980, para 50 mil habitantes, em 2010 (IBGE, 2010). O crescimento populacional do local ocorreu devido ao processo de abertura da rodovia Meira Filho, em 1965, e se intensificou com a construção da Ponte Sebastião de Oliveira, em 1976.

De acordo com Ferreira (2012), nos últimos 30 anos, Mosqueiro se (re)configurou e as moradias temporárias passaram a ser fixas; além disso, aumentou a presença de assentamentos e ocupações nas áreas da ilha. Belém possui cerca de dez assentamentos rurais; dentre eles, há dois Projetos de Assentamento Casulo (PCA), um Projeto de Assentamento Federal (PA) e sete Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE).

Vale destacar que durante os diálogos em campo, de acordo com um dos assentados, o então prefeito de Belém, Zenaldo Coutinho – na época, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) – “não conhecia que tinha assentamento em Mosqueiro, né?! E nós têm três assentamentos. Aí a política pública fica desse jeito... ficamos na verdade abandonados” (Entrevista realizada com o assentado “A”, em 05/02/2019). Os dados que estão disponíveis até 2019 (aniversário de 20 anos da ocupação) eram apenas “sintéticos”, tinha-se somente o valor destinado aos setores⁵.

⁵ Há a possibilidade da especialização do estudo por meio de reuniões com os representantes de cada setor responsável, essa especialização potencialmente poderá ser investigada em uma futura versão do estudo.



Durante os anos que seguiram após a criação do assentamento, houve, no panorama nacional, uma desarticulação entre integrantes do MST, o que resultou no desligamento de parte dos militantes e ocasionou a organização da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado do Pará (FETRAF). A FETRAF, por sua vez, passou a também auxiliar e participar das organizações nos assentamentos, gerando conflito interno, no caso do AMA, com a Associação de Produção dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Mártires de Abril (APROAMA). Atualmente, as duas organizações dialogam e buscam juntas melhorias para o assentamento.

Outro ponto importante para ser levantado no debate é a manutenção desses camponeses na terra, pois, de acordo com Carla Lagoia, “depois que tu conquistaste a terra, a maior luta é pra tu permaneceres naquela terra, naquele território [...] é um processo de luta permanente” (Entrevista realizada, em 04/07/2018). A “luta permanente” é o continuar na terra, produzindo em seu território. Como alternativa para manter a sua reprodução no campo, alguns dos camponeses proletarizam parte de sua mão de obra (BARTRA, 2011).

Nessa perspectiva, um membro de cada uma das 94 famílias do AMA proletariza parte de sua força de trabalho na zona urbana da Ilha de Mosqueiro e no centro de Belém. Os camponeses trabalham em ocupações diversas, “alguns trabalham nas praias, mas grande parte trabalha como pedreiro ou ajudante de pedreiro, saem de Mosqueiro para Belém todos os dias” (Entrevista realizada com assentada “B”, em 05/02/2019); assim, esses trabalhadores passam a semana em Belém e voltam para ajudar a família no cultivo do solo.

Em poucos casos, o assentado fica alguns meses trabalhando na parte continental de Belém e, em seguida, retorna ao campo. Quando o camponês que vendeu sua mão-de-obra retorna para o campo, passa a auxiliar no cultivo e participar do cotidiano; ou seja, esse mesmo sujeito que vende sua mão de obra ao capital, luta para conseguir um lote de terra para exercer seu trabalho, pois, “ao contrário do que desejam os ‘proletaristas’, a forma de origem e a base imediata de toda luta camponesa é o combate contra a proletarização” (BARTRA, 2011, p. 11). A proletarização de camponeses é um dos fatores que traz ao campesinato uma imagem turva, pois para as políticas públicas e para alguns teóricos, esse seria um dos sinais de sua



desintegração; no entanto, o que ocorre é a resistência do camponês para permanecer enquanto produtor, de modo que “a maioria dos pequenos agricultores produz menos do que necessita para sua subsistência e isso faz com que dediquem, também, ao artesanato, ao comércio e, sobretudo, ao trabalho assalariado” (BARTRA, 2011, p. 72).

A identidade camponesa está ligada à terra e, conseqüentemente, ao território, a exemplo o movimento socioterritorial MST, que busca não somente o acesso, mas também a permanência na terra. Portanto, a busca pelo e por um espaço que possua a identidade do movimento é um dos maiores objetivos dos movimentos socioterritoriais, tendo a necessidade de territorializar-se.

Do mesmo modo que alguns movimentos transformam espaços em territórios, também se territorializam e são desterritorializados e se reterritorializam e carregam consigo suas territorialidades, suas identidades territoriais constituindo uma pluriterritorialidade. A transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida pelo estado permanente de conflitos no enfretamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios. (FERNANDES, 2005, p. 30).

Com a implementação do AMA, o território camponês constituído passou a carregar a identidade do campesinato e do MST. Essa realidade gerou uma série de conflitos, tendo em vista que, durante os processos de ocupação, parte da elite local não quis a presença de assentados na ilha.

A regulação do assentamento foi firmada mediante o acordo da estruturação de diferentes elementos que possibilitariam o desenvolvimento rural na ilha, dentre os quais, era fundamental a construção de uma escola que atendesse os assentados e a comunidade residente de Mosqueiro.

O projeto que o AMA objetivou executar era a construção dessa escola dentro do território do assentamento; no entanto, com a mudança de gestão na Prefeitura de Belém – a saída de Edmilson Rodrigues, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) na época, e o início do primeiro mandato de Duciomar Costa, então filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) –, houve uma alteração no projeto inicial e a escola foi transferida para uma região afastada do assentamento (afastada, inclusive, da zona urbana de Mosqueiro). A decisão tinha como justificativa a falta de crianças no assentamento, argumento invalidado pelos assentados.



Porém, de acordo com Carla Lagoia, o AMA possui cerca de 100 a 130 crianças com a idade entre 0 e 12 anos. Para os assentados, essa mudança da localização teve como objetivo um “boicote” a eles para que não tivessem contato com esse projeto de escola. Para Lagoia, torna-se complicado não ter uma escola do campo para as crianças do assentamento, pois a escola tem que constituir uma identidade camponesa: “como é do campo se não constrói a identidade do campo?” (Entrevista realizada em 05/02/2019).

À guisa de informação, adentramos mais especificamente na elaboração de políticas públicas que resultaram na construção do assentamento, assim como procuraremos discutir as limitações e problemas enfrentados pelos camponeses durante as duas décadas desde o processo de ocupação do AMA.

As Políticas Públicas territoriais: limitações e desafios para a reforma agrária

Vivemos tempos em que estão nos arrancando (sem anestesia) direitos básicos que foram conquistados há décadas pelos movimentos sociais e pela sociedade civil como um tudo. Retrocesso atrás de retrocesso sendo experimentado diariamente na carne da população subalternizada. O desmantelamento de políticas públicas para o rural brasileiro vem de longa data e perpassa por governos ditos de esquerda e de direita (com proporções diferentes), seja com o fechamento de escolas do campo, seja pela “marcha ré” da reforma agrária. Assim, podemos citar algumas publicações onde pesquisadores(as) enfatizam, de forma coerente, alguns desses temas: Sabourin (2018), Sauer et al. (2020), Grisa (2018) e Mitidiero (2017).

A sociedade e as políticas públicas expressam uma relação indissociável, pois uma política pública, para ser efetiva, deve estar de acordo com as demandas sociais. A partir dessa lógica, podemos nos questionar: “quem ganha com tal decisão?”. Para isso, as decisões deveriam estar em sintonia entre o que é possível ser efetuado e se é politicamente viável.

Bernardo Mançano (2015, p. 392), em sua vasta obra, dedicou-se a compreender as disputas entre o Paradigma da Questão Agrária (PQA) *versus* o Paradigmática do Capitalismo Agrário (PCA), e suas reverberações nas políticas públicas territoriais voltadas ao agrário brasileiro. O geógrafo destaca que a formação de uma política pública é resultado de uma disputa política, portanto, “dependendo



da correlação de forças são elaboradas políticas públicas emancipatórias e políticas públicas de subordinação”. O autor trabalha com a ideia de que as políticas públicas para os territórios camponeses não podem ser pensadas na mesma perspectiva do agronegócio.

As ocupações de terra constituem uma ação política chave, sendo a principal estratégia dos movimentos sociais para a realização da reforma agrária. A política da reforma agrária não é um favor do Estado, mas sim um dever! No entanto, a política de reforma agrária no Brasil, a forma como ela é elaborada e executada, acabou se tornando um processo de subordinação, e não de emancipação, pois a proposta do Estado está muito aquém das demandas dos movimentos sociais. Porém, não significa que não possa ser uma política concreta de emancipação, mas, para ser, precisa da participação efetiva, da autonomia e do poder de decisão dos movimentos sociais que estão diretamente envolvidos no processo de construção (FERNANDES, 2015).

A cada mudança de governo, temos uma conjuntura política modificada no espaço agrário brasileiro e, ao mesmo tempo, uma leitura diferente sobre a questão agrária: novas (re)configurações vão surgindo e outras continuam com a herança do passado opaco. Mas nenhum governo, seja de “esquerda” ou “direita”, tem coragem (por motivos óbvios) de tratar o problema da questão agrária na “espinha”: a propriedade privada da terra.

A contextualização do processo de construção do AMA diz respeito a diferentes processos de correlação de forças de movimentos sociais e implementação de políticas públicas pela ação estatal. A força motriz do impacto do Massacre de Eldorado dos Carajás resultou na consolidação do MST em diferentes regiões e diferentes espaços, ou seja, o Movimento se firmou em diferentes estados ao longo do território nacional e, com a pressão desencadeada pelos movimentos sociais, adentraram em esferas de negociações políticas pós-década de 1990.

Com o intuito de combater os problemas da desigualdade no campo brasileiro, surgiu um projeto de política pública ousado que tinha como objetivo a municipalização da reforma agrária no país. O “Projeto Casulo” foi criado em 1997 pela Portaria do INCRA nº 321/1997 e funciona em parceria com o Programa Brasil Sem Miséria (PBSM), pois o programa afeta as relações campo/cidade nos municípios.



A geração de empregos, de economia e produção de alimentos era um dos pilares para buscar não somente a reforma agrária, mas o “desenvolvimento” econômico dos centros urbanos.

1. Implementar Projetos de Assentamento de Casulo em áreas disponíveis para reforma agrária, com prioridade de obtenção por meio da compra e venda, localizadas no entorno de núcleos urbanos com localização estratégica para assentamento de famílias, moradoras das periferias com a possibilidade de geração de emprego e renda, por meio de parcerias, de um lado, o Incra e, de outro, o poder público municipal.
2. Definir a “rota” para implantação de Projetos Casulos, próximos a cidades, bem como naquelas que necessitem dar acesso as populações existentes na periferia dos núcleos urbanos, na possibilidade de geração de emprego e renda. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2013, p. 5).

Percebe-se que a proposta buscava formular a reforma agrária por meio da compra e venda de lotes improdutivos da região no entorno das zonas urbanas, o que nos remete à reflexão de que os proprietários de terra são ressarcidos, sendo que muitos deles já tinham problemas fiscais em decorrência da falência dos seus investimentos nos lotes, o que os tornava improdutivos. No caso específico da área da Fazenda TABA, de acordo com o MST (2014), havia degradação ambiental ali e, pelo fato de estar abandonada, tornou-se um local onde ocorria tráfico de drogas etc.

O enfoque sustentável era um dos principais fatores presentes no projeto,

com exploração de produtos hortigranjeiros, frutigranjeiros, floricultura com utilização de tecnologia social para agricultura familiar socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável, considerando a vocação e as características edafoclimáticas das regiões, atividades a serem executadas pelas populações que ocupem ou venham ocupar as áreas disponíveis na periferia dos núcleos urbanos, em aproveitamento de mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2013, p. 5-6).

O período de criação do Projeto Casulo e as ocupações na TABA correlacionaram os referidos fatores, resultando na criação do Assentamento Mártires de Abril como o primeiro no município de Belém a ser implementado pelo Projeto Casulo. Assim, com o arrendamento da antiga fazenda, a legitimação do assentamento foi efetivada em 30 de outubro de 2001; já a integração do AMA ao Casulo se deu após um período extremamente conturbado no início do processo de ocupação (em 1999), quando alguns pistoleiros, a mando do ex-gerente da fazenda, ameaçaram e realizavam diversas tentativas de homicídio aos acampados, o que resultou em quatro camponeses gravemente feridos (ABE, 2004) com a resistência camponesa; houve



também quatro despejos realizados pela Polícia Militar do Pará (utilizando o quantitativo de mais de 400 PMs) e cinco ocupações do MST. Após a ocupação da sede do INCRA por 200 famílias, em 2000, alguns acordos foram tratados; dentre eles, a garantia de que o acampamento na Fazenda TABA não viria a sofrer novos despejos.

Os deveres das instituições públicas ligadas ao Projeto Casulo foram divididos entre o INCRA (representante do governo federal) e a Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM) (representante da prefeitura). O papel do INCRA era regulamentar a terra, já o da CODEM era fornecer apoio técnico para a produção. Outros programas, que buscavam auxiliar na produção e manutenção dos trabalhadores rurais no assentamento, também “contemplaram” os agricultores, dentre os quais se destaca o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o qual não obteve êxito, tendo em vista que, de acordo com os camponeses, o programa os “endividou”.

O Pronaf foi desenvolvido nos primeiros anos de ocupação dos lotes. Ainda de acordo com uma das dirigentes, o período de 2001-2003 foi bastante danoso em decorrência da precariedade de orientação técnica das equipes dos agentes públicos e do próprio Pronaf.

O Pronaf tem por objetivo auxiliar em diversos pontos da produção agrícola em lotes familiares, tanto no custo da produção (Pronaf Custeio) como com o Pronaf Mais Alimentos, os quais possibilitam a modernização no campo e outros auxílios. O Pronaf Agroecologia foi uma das linhas de crédito implementada no assentamento, e tinha como foco a manutenção técnica e o auxílio na produção agroecológica e orgânica dos produtores coletivos.

Essa perspectiva trouxe para o lote um grande problema na produção, pois resultou na perda de muitos produtores que desistiram do campo e retornaram para as periferias de Belém. Com a ineficiência do Pronaf nos primeiros anos do AMA, e após muita luta e resistência dos agricultores, o assentamento persistiu e hoje consegue produzir de maneira coletiva diversas culturas. Destaca-se que cada lote possui, em média, 4 hectares, sendo que em alguns casos há a especificação de uma cultura (extração de óleos de andiroba, produção de mel, floricultura, produção de polpas etc.).



Outra estratégia que passou a se integrar à localidade foram os Sistemas Agroflorestais (SAFs), que visam o manejo de recursos naturais aliado ao cultivo agrícola ou pecuário no mesmo espaço (MONTAGNINI, 1992), além de possuir um caráter ambiental que também possibilitou melhoria de renda e produção para os lotes onde foram implementados. A importância que a agricultura familiar possui para o brasileiro é discutida por Winnie (2013, p. 4), pois:

[...] 70% a 75% dos alimentos básicos da mesa do(a) brasileiro(a) vêm da agricultura familiar, mesmo ocupando uma área extremamente limitada se comparada às terras ocupadas pelo agronegócio. Aponta ainda que a lógica do agronegócio é a de que “o Brasil já produz muitos alimentos e pode produzir muito mais”. Esse é um pensamento equivocado, pois, na realidade, a preocupação é incorporar o(a) agricultor(a) dentro do negócio do dendê e [...] têm pouco tempo e espaço para produzir seus próprios alimentos e também para o mercado local.

É importante destacar que é por meio da produção camponesa que a cidade pode se desenvolver; e é por meio de políticas públicas territoriais, proporcionadoras da reprodução do modo de vida camponês, que podemos desenvolver a sociedade. Em 2017, o último incentivo no AMA foi a instalação do viveiro de produção de mudas pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-bio), por meio da Diretoria de Desenvolvimento da Cadeia Florestal (DDF), que coordena a execução de projetos de produção e de restauração florestal. De acordo com diversos produtores do assentamento, esse é o primeiro investimento significativo após muitos anos de esquecimento do poder público.

A partir disso, separamos um momento para destacar o papel dos movimentos sociais no processo de construção de territórios, pois os movimentos são importantes modificadores do espaço e é notório que, em busca de fortalecimento, eles combatam os privilégios de classes resultantes de uma constante luta de classes, na qual os grupos hegemônicos, de maneira arbitrária, apropriam-se do espaço e reafirmam o seu campo e poder. Desse modo, “as lutas de classes intervêm na produção do espaço, cujas classes, frações e grupos de classes são os sujeitos” (FERNANDES, 2004, p. 2).

A própria construção de um território, seja por parte dos poderes públicos ou de outros agentes, é uma fragmentação, ou seja, essas “transformações do espaço acontecem pelas relações sociais no processo de produção do espaço” (FERNANDES, 2008, p. 277). O Estado, enquanto gestor do espaço, predominantemente ignora as



diferentes territorialidades presentes em um mesmo território, reafirmando desigualdades e comprometendo a realidade de cada grupo. Para Fernandes (2008, p. 278), “a definição de ‘território’ por órgãos governamentais e agências multilaterais não consideram as conflitualidades dos diferentes tipos de territórios contidos no ‘território’ de um determinado projeto de desenvolvimento territorial”.

Os movimentos socioterritoriais constantemente enfrentam barreiras estatais que dificultam sua permanência no espaço. Dentre os diversos movimentos socioterritoriais presentes no campo, o MST é um dos mais expressivos no processo de luta pela terra e que, ao longo de mais de 50 anos, assentou 350 mil famílias no Brasil. Assim, o MST representa um forte movimento de busca pelo direito à terra e pela reforma agrária.

Caminhos que emergem do saber camponês: a experiência do Lapo

Nesta seção, apresentaremos ao leitor a primeira experiência intencional de Agroecologia do MST no estado do Pará: o Lote Agroecológico de Produção Orgânica (Lapo), localizado no Assentamento Mártires de Abril (ROCHA *et al.*, 2015; SANTOS, 2019). O intuito é compreender, a partir do saber camponês, como essa narrativa agroecológica proporciona não somente a busca pela reprodução, que é baseada na autonomia camponesa, mas também o surgimento de outras experiências agroecológicas que enxergaram no Lapo o “ter de onde partir” (PESSÔA, 2012).

Mas, antes, é interessante destacar que, quando o MST surgiu, suas primeiras elaborações foram sendo feitas e atualizadas, e o movimento foi reconhecendo o campesinato como o guardião das florestas, das sementes, dos rios e da fauna. Hoje, entende que os territórios conquistados possuem uma função para com a sociedade e com o planeta, não somente de produzir alimentos, mas de cuidado com a natureza (ZARREF, 2018). Porém, o debate agroecológico só começou a se fortalecer dentro do MST e na Via Campesina na década de 1990 (PADULA *et al.*, 2013).

Tal contexto proporcionou o surgimento de outras bandeiras de lutas no campo brasileiro, tendo como pilar a luta pela terra; mas agora, esta luta, por sua vez, vem sendo (re)significada. A realidade impôs que o próprio MST se atualizasse, substituindo o conceito de reforma agrária clássica pelo de reforma agrária popular, e



adotasse o debate de segurança e soberania alimentar na sua agenda, tanto no campo como na cidade.

Os povos tradicionais e originários reconhecem novas formas de praticar a agricultura, de conviver entre nós e com os outros (humanos e não humanos), seja a partir de relações materiais ou imateriais – isto é, com a natureza, ou *culturezas*. Portanto, eles são componentes das memórias bioculturais do planeta (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015). Segundo os autores, graças ao seu poder de recriação cultural, o Brasil “[...] faz com que o estudo da memória biocultural se estenda para além dos povos indígenas, incluindo outros grupos, como os seringueiros, camponeses, caboclos, caiçaras pantaneiros, quilombolas e pescadores artesanais” (p. 20). Os autores trazem elementos fundamentais para refletimos sobre a importância de reconhecermos outros sujeitos sociais como parte integrada do processo. Assim, podemos ter uma ideia da diversidade desse patrimônio biocultural que é a Amazônia.

No entanto, aos olhos do paradigma hegemônico da modernização da agricultura, esses tipos de resistências são considerados arcaicos, irrelevantes, pois se colocam como obstáculos aos *tratores do agronegócio que tentam derrubá-las*, como de praxe na Amazônia. Aliás, esse projeto político-ideológico da Revolução Verde impulsionou o racionalismo econômico em detrimento do lucro, ocasionando *amnésia biocultural*, ou seja, a cegueira, a incapacidade de recordar. Porém, comunidades camponesas se reinventam, implantando novas formas de resistências ao reativar suas memórias coletivas (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015). Veremos a seguir como se deu o processo de reativação dessas memórias cognitivas em contexto amazônico.

A experiência do Lapo foi criada em 2005, pelo casal Mamede Oliveira⁷ (*in memoriam*) e Teófila Nunes. Téó (como gosta de ser chamada), 71 anos, atualmente viúva, é pedagoga de formação; pós-graduada em Agriculturas Amazônicas e Desenvolvimento Agroambiental (DAZ), pelo Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas da Universidade Federal do Pará (PPGAA/UFGA); militante do MST-Pará; e atua na área do setor de produção de alimentos. Seu falecido

⁷ Em 2012, seu Mamede foi assassinado dentro do Lapo. O motivo da sua morte ainda é controverso. Seu Mamede deixou um legado de experiências que perpetuam até os dias de hoje. Ver o interessante documentário produzido pelo MST, sobre a construção do Lapo, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-Ivx03uuwMo>.



esposo era maranhense e desde muito cedo trabalhou na roça ajudando os pais. Dona Téó, que morava em Belém, relembra que seu Mamede veio para o estado do Pará carregando consigo aspirações da prática agroecológica. Ela, por outro lado, comenta que não possuía ligações com a agricultura e que esse *entrelaçamento de mundos* aconteceu depois que conheceu seu Mamede.

Em entrevista, dona Téó relatava que o assentamento possuía uma organização espacial diferente de como está atualmente. Segundo Abe (2004, p. 26): “Foi possível identificar que no Assentamento Mártires de Abril predomina a perspectiva de uma forma de organização da produção coletiva com possibilidade de se desenvolver a semi-coletiva e a individual”. Como prática organizacional do MST, o Assentamento Mártires de Abril possuía núcleos de base entre as famílias.

Em 2004, o núcleo de base do qual dona Téó e seu Mamede faziam parte recebeu recursos financeiros do Pronaf. Infelizmente, essa mesma área pegou fogo acidentalmente. Foi um momento trágico e um divisor de águas na vida das famílias que faziam parte do coletivo. Naquele momento, acordou-se que cada família iria cuidar do seu próprio lote. Dona Téó e seu Mamede aproveitaram o momento de mudanças de perspectivas que estavam ocorrendo no assentamento e firmaram um pacto: nunca mais utilizariam insumos químicos na sua produção.

Acho que em 2005, começamos aqui! Criando um grupo. Um coletivo pequeno de família, e foi discutindo a partir daqui o LAPO como referência. Hoje, nós temos, talvez, umas 10 famílias que estão dentro desse princípio de transição da agroecologia, mesmo que seja nessa transição de concepção; só com diversificação mais a questão da adubação.

Mas o principal quando chegam aqui, é pensar em diversificar. Mas como você vai produzir? Como você vai fazer essa diversificação? Com adubo orgânico, né?! Ou, você vai ficar comprando esterco? Aí, tem toda uma cadeia, né?! Aí, vamos comprar umas galinhas pra ter esterco, pra produzir esterco, daí você produz o adubo. Basta só isso? Não, tem a adubação verde.

Então você vai plantando mais culturas leguminosas, outros plantios que vai te ajudar na adubação que são aquelas que cabem nitrogênio, enfim, é toda uma cadeia [...]. (Dona Téó, entrevista realizada em setembro de 2016).

Dona Téó fala com muita propriedade sobre o assunto, pois possui mais de uma década de prática agroecológica cotidianamente. Hoje, o Lapo conta com uma produção diversificada, onde há, pelo menos, 130 espécies vegetais e 4 espécies animais (pato, peixe, galinha e abelha[apis]). Essa produção é utilizada diariamente, seja como alimentos, seja para a adubação verde ou até mesmo para a saúde (como é



o caso das plantas medicinais), e o excedente acaba sendo comercializado (SANTOS, 2020).

Dona Téó busca atuar na perspectiva de manter o equilíbrio do lote com a terra, seguindo os ensinamentos que seu Mamede deixou; ele costumava dizer que “a terra é como a gente, não gosta de ficar pelada”. Há uma relação dialética dos fatores e dos recursos naturais na agroecologia (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014), mas, como *nem tudo são flores*, dona Téó expressa as dificuldades das famílias do AMA no processo de transição agroecológica:

Tem lote aqui que ainda está nesse estágio de descobrir, confiar nessa questão da adubação verde, que ainda não compreendeu muito como é. Aí, às vezes, tem a formação, mas, às vezes nem é só formação. *É que não confia, pois muitos querem o imediatismo, né?! [referindo-se aos camponeses no processo de transição agroecológica]. Quer ver logo o resultado, né?! Aí, como não tem o resultado imediato, acabam desistindo.* Por isso que aqui têm peixe, abelha, mel, galinhas, frutas, e a gente vai diversificando [...]. (Dona Téó, entrevista realizada em setembro de 2016. Grifos nossos).

Nos procedimentos do agronegócio, as respostas produtivas quase sempre são imediatas, mas as sequelas ambientais, sociais e produtivas nos tempos subsequentes se revelam negativas. Já os tempos da Agroecologia são naturais e as produções são crescentes. Os agricultores não devem esperar grandes resultados financeiros imediatos, quase sempre enganosos; mas, com o passar do tempo, os custos são decrescentes à medida que os rendimentos e os resultados financeiros positivos são crescentes. A agroecologia valoriza a vida humana e todas as formas de vida. É por isso que a biodiversidade é sua condição intrínseca (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014).

Nesse sentido, o que permeia o nosso argumento é justamente que a Agroecologia possui um tipo específico de processo de produção de mercadorias que resiste às temporalidades dos ciclos efêmeros do capital. Com essa síntese, podemos, por exemplo, conceituar o tipo de mercadoria agroecológica como enraizada em um processo produtivo de resistência aos tempos necessários redutíveis do Capital. Trata-se de um modelo pautado em outro tempo, que não é o tempo digital-monetário (SANTOS; SILVA, 2016). Dona Téó nos explica sobre a sua busca pela autonomia por meio da Agroecologia:

A minha lógica é essa: da segurança alimentar e soberania alimentar. É comer o que eu quero. O nome disso é autonomia. Vou plantar o que eu quero e



cultivar o que eu quero. Por que eu vou comprar algo de comer? Se eu posso criar? (Dona Téó, entrevista realizada em outubro de 2016).

A Agroecologia (re)surge como estratégia de construção da autonomia frente à subordinação camponesa ao capital, e ao encurralamento das comunidades pelos complexos agroindustriais. Apesar dessa realidade movediça, o campesinato continua resistindo há séculos, passando por diferentes organizações de sociedade. Essa capacidade de reprodução está intrínseca à Agroecologia.

O Lapo emerge como uma proposta de experiência de produção familiar baseado nos princípios da Educação Popular, contrapondo o estigma produzido historicamente no Brasil sobre os sem-terra. Inclusive, de forma irônica, seu Mamede dizia que: “O Lapo é uma lapada no sistema capitalista, uma lapada na burguesia que diz que o MST, os sem-terra, não produz”. Ao longo dos anos, a experiência do Lapo foi congregando um ambiente propício para o surgimento de outras narrativas agroecológicas espalhadas pelo estado do Pará. Seu Mamede e dona Téó, foram e continuam sendo professores agrícolas de muitas pessoas que passaram pelo Lapo por meio dos intercâmbios com as universidades e pesquisadores, vivências e experiências com estudantes, partilhando saberes e conhecimentos.

Podemos citar alguns exemplos dessas experiências: o Lote Agroecológico Ernesto e Taiguara (LAET) que, assim como o Lapo, está dentro do assentamento Mártires de Abril; o Sistema Agroecológico de Produção Orgânica (Sapo) e a Terra Agroecológica de Ofensiva Camponesa (TAOCA), ambos localizados no projeto de assentamento João Batista II, no município de Castanhal-PA; e, ainda, o Sítio Velho Roque, localizado no perímetro urbano do município de Marituba-PA.

Mas o que essas experiências possuem em comum? Toledo e Barrera-Bassols (2015) diriam que elas são *antídotos* para a amnésia biocultural, sendo um elemento chave para a mudança de paradigma. Portanto, essas experiências não podem mais ser desperdiçadas e ignoradas como fonte de saberes, pois: “Defender as memórias e cultivar as sabedorias são tarefas urgentes que cobram um enfoque científico pautado por uma epistemologia fundada no diálogo de saberes: a Agroecologia” (PETERSEN, 2015, p. 15). Certamente, seu Mamede ficaria feliz em saber que o Lapo inspirou tantas e tantas pessoas.



Perguntada qual era o seu maior sonho, Dona Téó (extremamente emocionada), respondeu: “É manter o LAPO vivo! Continuar o que o Mamede deixou”. Interpretamos que sua fala seja uma construção da estruturação de suas relações de pertencimento a partir de uma rede de confiança e troca mútua, de um sentido de pertencimento que remete ao que Heidegger (2002) chamaria de *estrutura do cuidado*, pois, além de propriedade, a terra é seu lugar. Portanto, Agroecologia se aprende participando, vivenciando sentimentos.

Porém, longe de romantizar e com plena lucidez, sabemos que as dificuldades e limitantes são várias, entre elas: a escassez de política pública voltada para a Agroecologia no assentamento e a limitação física de dona Téó. O objetivo foi trazer a narrativa agroecológica como exemplo de experiência na concretude cotidiana dos movimentos sociais e, com isso, afirmar que é possível realizar e disseminar a bandeira da Agroecologia para a sociedade.

Considerações finais

As experiências obtidas por meio da pesquisa evidenciam que as políticas públicas territoriais propostas pelo Projeto Casulo tiveram diversos pontos negativos para sua efetivação. Do lado federal, o INCRA afirmou o cumprimento dos seus objetivos (regulamentação da terra) e transferiu para o município a responsabilidade em relação ao AMA; por outro lado, a prefeitura de Belém alegou desconhecer os assentamentos rurais presentes nas ilhas de Belém, pois o insular é visto como recanto, natureza sem habitação e, com isso, sem voz nas discussões políticas.

A reforma agrária continua sendo um tema atual. É a forma de fortalecer a agricultura familiar camponesa, que tem um papel fundamental no país no que tange à produção de alimentos. Mas, mais do que produzir alimentos saudáveis com a garantia da segurança e soberania alimentar, a proposta de Agroecologia do Lapo no Assentamento Mártires de Abril aponta para a direção de potencializar essa experiência, compreendendo-a como uma manifestação da questão agrária no cotidiano entre encontro de saberes.

Não investir em políticas públicas no campo é investir no desmantelamento, na decadência da sociedade brasileira enquanto autossuficiente no âmbito alimentício, social e econômico. Enquanto as políticas públicas continuarem a priorizar a



implementação de grandes projetos no território amazônico, vivenciaremos a constante luta no campo que a cada ano resulta na violência e na morte de lideranças camponesas e ambientalistas. No entanto, mais do que uma política em prol da justiça social, a reforma agrária imprescindivelmente precisa passar pelo reconhecimento da memória biocultural de seus povos, pois, sem isso, ela continua sendo uma política pública de subordinação.

Referências bibliográficas

ABE, M. **Mártires de Abril**: o MST semeando a utopia camponesa. 2012. 200 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável). – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

ABDO, M. T. V. N.; VALERI, S. V.; MARTINS, A. L. M. Sistemas agroflorestais e agricultura familiar: uma parceria interessante. **Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária**, São Paulo, v. 12, p. 50-59, 2008.

BARREIRA, César. Crônica de um massacre anunciado: Eldorado dos Carajás. **São Paulo em perspectiva**, v. 13, p. 136-143, 1999.

BARTRA, A. **Os Novos Camponeses**: leituras a partir do México profundo. São Paulo, Brasil: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

BRINGEL, F. **Do Rural ao Urbano**: Territorialidade do MST em Área Metropolitana. O caso do Acampamento Mártires de Abril em Mosqueiro (trabalho de conclusão de curso em Geografia). Universidade Federal do Pará. Belém, 2001.

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163 Cuiabá-Santarém**. Brasília: Grupo de Trabalho Interministerial, 2006.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Universidade do Minho. Braga, Portugal, v. 16, nº 02. p. 221-236, 2003.

DI PAOLO, Pasquale. Cabanagem: a revolução popular da Amazônia. 3. ed. Belém: CEJUP, 1990.

FERNANDES, B. M; MARTIN, J. **Movimento socioterritorial e "globalização"**: algumas reflexões a partir do caso do MST, Lutas Sociais (PUCSP), p. 12-61, 2004.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**. Presidente Prudente. Ano 8, n. 6. p. 24-34, 2005.

FERNANDES, B. **Questão agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial rural. São Paulo slp, 2011.



FERNANDES, M. Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil. *In*: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural para o Brasil**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2015. p. 381-401.

FERREIRA, S. **A expansão dos assentamentos residenciais na Ilha do Mosqueiro**: uma particularidade de dispersão urbana no espaço metropolitano de Belém (PA). 2012. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia Belém, 2012.

GOVERNO DO BRASIL. Agricultura familiar do Brasil é a 8ª maior produtora de alimentos no mundo. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/editoria/economia-e-financas/2018/06/agricultura-familiar-brasileira-e-a-8a-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo>. Acesso em: 13 jul. 2018.

GRISA, C. Mudanças nas políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: Novos mediadores para velhos referenciais. **Revista Raízes**, Campina Grande, n. 1, v. 38, p. 36-50, 2018.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação**. Brasília, DF, 2017.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2010 Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/belem/panorama>. **Belém/Panorama**: Acesso em: 20 jul. 2021.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Roteiro para criação de projeto de assentamento Casulo (PCA)**. Brasil, 2013.

LAKATOS, E. V; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 2003.

MACHADO, L.; MACHADO FILHO, Luiz. **A Dialética da agroecologia**: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo. Expressão Popular, 2014.

MARCOS, V. Novas (ou) velhas alternativas para o campo na Amazônia e a questão agrária na atualidade. *In*: MACEDO, Cátia; BRINGEL, Fabiano; SOUSA, Rafael; SANTANA, Rosiete. (Org.). **Os “nós” da questão agrária na Amazônia**. Belém, editora Açaí, 2016. p. 9-26.

MARTINS, S. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MITIDIERO Jr, M. Violência no campo brasileiro em tempos de golpe. **Boletim DATALUTA**, Presidente Prudente, n. 114, 2017.

MONTAGNINI, F. **Sistemas Agroflorestales**. San Jose, Costa Rica: II CA. 1992.

PADULA, J. et al. Os caminhos da agroecologia no Brasil. *In*: GOMES, J. C. C.; ASSIS, W. S. (Org.). **Agroecologia**: princípios e reflexões conceituais. Brasília-DF: Embrapa, 2013. p. 37-72.



PEIXOTO, R. Caminhos e Descaminhos do Desenvolvimento Territorial no Pará. *In* ROCHA, G. de M; MAGALHÃES, S. B; TEISEERENC, P. (org.). **Territórios de Desenvolvimento e Ações Públicas**. Belém: EDUFPA, 2009. p. 65-93.

PESSÔA, E. “Ter de onde partir: uma experiência agroecológica no Assentamento Mártires de Abril – MST (Pará)”. **Revista IDEAS – interfaces em desenvolvimento, agricultura e sociedade**, Rio de Janeiro, n. 2 v. 6, p. 9-27, 2012.

PNOT – **Ministério da Integração Nacional. Documento base para a definição de uma Política Nacional de Ordenamento Territorial** (versão preliminar). Brasília: MIBSDR, 2006.

PETERSEN, P. “Agroecologia: Um antídoto contra a amnésia biocultural”. *In*: TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. (org.). **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 11-15.

PORTAL G1 DE NOTÍCIAS. Agricultura familiar encolhe; assistência social tem alta: saiba quais áreas ganham e perdem no Orçamento 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/agricultura-familiar-encolhe-assistencia-social-tem-alta-saiba-quais-areas-ganham-e-perdem-no-orcamento-2018.ghtml>.

Acesso em: 13 jul. 2021.

ROCHA, A.; SILVA, Danilo.; ASSIS, Rafael.; SENA, Wesley. Agroecologia na Amazônia: uma alternativa para o sistema de “derruba e queima”, estudo de caso do lote agroecológico de produção orgânica (LAPO). **Cadernos de Agroecologia**. v. 10, n. 3, 2015.

RUA, M. das G. **Políticas públicas**. 3. ed. rev. atua. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração da UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2014.

SABOURIN, E. Enfoque Sistêmico e análise das políticas públicas rurais. **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento – RAF**, Belém, n. 2, v. 11, p. 29-48, Belém, 2017.

SABOURIN, Eric. Erosão, crise e desmonte de políticas para a agricultura familiar e agroecologia na América Latina. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL “POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O MEIO RURAL BRASILEIRO NO PERÍODO RECENTE: MUDANÇAS, CONTINUIDADES E RUPTURAS”, Rio de Janeiro: UFRRJ-CPDA, 2018.

SANTOS, A.; SILVA, L. Por uma Agroecologia anarquista. Apresentação de trabalho na I SEMANA ACADÊMICA DE GEOGRAFIA DA UEPA: práticas espaciais e resistências sociais na Amazônia. **Eixo 01- conflitos territoriais e movimentos de resistência camponesa na Amazônia 2016**. UEPA/Belém-PA, em 23 jun. 2016.

SANTOS, A. **A questão agrária na Amazônia oriental: reflexões a partir da primeira experiência agroecológica do MST no estado do Pará**. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n 2, 2020.

SAUER, Sergio.; ZUNIGA LEITE, Acácio.; TUBINO, Nilton Luís. Agenda política da terra no governo Bolsonaro. **Revista da Anpege**, v. 16, n. 29, p. 283-316, 2020.



TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. **A memória biocultural:** a importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

UOL. Governo não assenta famílias em 2017 e reforma agrária tem freio inédito no país. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/03/06/governo-nao-assenta-familias-em-2017-e-reforma-agraria-tem-freio-inedito-no-pais.htm>. Acesso em: 27 Out. 2018.

WINIIE, O. Dendê: o avanço do monocultivo ameaça a agricultura familiar na Amazônia paraense. Entrevista com Winnie Overbeek. Série Entrevistas sobre a Amazônia. 2013.

ZARREF, L. Agroecologia e o MST. Disponível em: <http://www.mst.org.br/>. Acesso em: 04 abr. 2019.



A FESTA DA CHIQUITA: ESPAÇO SAGRADO E PROFANO NA FÉ-STA DO CÍRIO DE NAZARÉ - BELÉM-PA¹



Arthur Erik Monteiro Costa de Brito
Dérick Lima Gomes

Introdução

A festividade conhecida como Círio de Nazaré, realizada durante uma parte do mês de outubro em Belém do Pará, atrai atenção do Brasil e do mundo pela extrema manifestação de fé e devoção que os amazônidas demonstram à Nossa Senhora de Nazaré. Pela densidade de mais de dois milhões de pessoas atraídas à celebração, pelos diferentes cortejos e homenagens, e, em geral, pela efervescência de variados tipos de programações religiosas e não religiosas que ocorrem em Belém durante esse período, cada vez mais essa “fé-sta”² se consolida como um patrimônio cultural paraense e brasileiro.

A história do Círio, contudo, é repleta de conflitos e tensões que envolvem o catolicismo popular (dentro do qual a devoção teve origem), a Igreja Católica e instituições do Estado. O primeiro tópico deste trabalho trata justamente dos embates entre os diversos agentes que se interligam, direta ou indiretamente, ao processo de formação do que hoje conhecemos como Círio de Nazaré. Destacamos, em meio a isso, a influência lusitana, simbólica e material que o evento possui e algumas das ressignificações feitas pelo olhar do amazônida.

No segundo tópico, analisamos um dos atuais conflitos que a celebração do Círio engloba, verificado na relação da festividade religiosa, com outro evento chamado “Festa da Chiquita”, que é ao mesmo tempo uma homenagem alternativa à Santa e um protesto à marginalização que os membros dessa festa sofrem por serem,

¹ Este capítulo é uma versão revisada do artigo publicado com o mesmo título em: Revista de Geografia (Recife), v. 33, n. 1, p. 208-227, 2016.

² A separação aqui utilizada entre “fé-sta” e “festa” é, antes de tudo, um recurso didático-analítico para diferenciar suas especificidades. A primeira está ligada, principalmente, ao sagrado e em oposição-conexão à segunda, caracterizada, sobretudo, por seu caráter profano.



em sua maioria, LGBTQIA+. Esse evento afeta diretamente os princípios estruturados pela Igreja Católica, pelo Estado e pela Diretoria da Fé-sta (do Círio) por se opor à sacralidade que esta representa, por ser uma festa explicitamente profana.

Diante do exposto, indagamo-nos sobre o seguinte problema: como a oposição entre o espaço sagrado e o profano na relação do Círio com a Festa da Chiquita expressa as coerções e resistências dos diferentes grupos sociais ligados à fé-sta? Assim, partindo de uma análise geográfica, o objetivo neste trabalho é compreender quais as estratégias territoriais utilizadas por esses agentes, que simbolizam o sagrado e o profano, para se apropriar do espaço.

No terceiro e último tópico, as estratégias e tentativas de inibir a Festa da Chiquita e a resistência por parte dos realizadores do evento estão no centro da discussão. Por meio de uma abordagem geográfica, mostramos que a questão estudada, além de ser uma luta pelo direito à diferença, é uma disputa eminentemente por território. Neste ponto, não há como negar a importância do raciocínio espacial.

O trabalho foi elaborado por meio de pesquisas em artigos acadêmicos, jornais e sites. Foram realizados também trabalhos de campo no período da festividade nos anos de 2014 e 2015, tornando-se essenciais para a compreensão do tema. Nestes, efetuamos observação direta do evento, bem como optamos pelas entrevistas semiestruturadas com os participantes, seja da fé-sta ou da festa, para melhor entendimento da realidade estudada. A motivação para a realização desta pesquisa surgiu diante dos embates político-religiosos entre os organizadores do Círio e as pessoas que organizam a Festa da Chiquita, que, normalmente, não chegam a acordos em seus diálogos, o que torna suas relações bastante tensas.

Círio: história de fé e de tensões

[...] [A] história do Círio também tem sido uma história, em plano mais geral, de disputa pelo controle da celebração implementado pela Igreja Católica, muitas vezes, em detrimento dos interesses dos representantes do catolicismo popular. (PANTOJA, 2006, p. 33-34).

O Círio de Nazaré remonta à história de Plácido José de Sousa, paraense, sobrinho de um dos primeiros capitães-gerais do Grão-Pará, Ayres de Sousa Chichorro, e filho do português Manuel Ayres de Sousa. Plácido residia na região



conhecida como estrada do Utinga (hoje, bairro de Nazaré), quando em outubro de 1700 encontrou uma pequena imagem já desfigurada de Nossa Senhora de Nazaré sobre algumas pedras lodosas. Naquele momento, não considerou o achado anormal, haja vista que algum viajante poderia tê-la deixado cair no local por descuido (ROCQUE, 2001).

Depois de levada para a casa de Plácido, por algum fator desconhecido, a Santa sempre desaparecia e voltava para o lugar onde foi achada inicialmente. Esse foi o fato primordial, gerador de uma devoção e, ao mesmo tempo, curiosidade pela “Santa fujona”, o que certo tempo depois inspirou o itinerário sagrado do Círio no local em que a imagem foi encontrada. O governador da época ordenou, então, que se erguesse uma pequena ermida no intuito de comportar os curiosos, crédulos ou incrédulos. Nesse momento, ainda não ocorria a procissão de Nazaré e nem mesmo essa denominação existia em oficializações do Estado ou da Igreja.

A influência católico-portuguesa na manifestação religiosa é evidente desde o início. A própria imagem encontrada foi denominada dessa forma por ter feições portuguesas, sustentar no colo um garoto que brinca com um globo e por estar vestida de escarlate e azul, “[...] uma cópia fiel da imagem venerada em Portugal” (PANTOJA, 2006, p. 32). Apesar disso, em sua origem, a celebração era realizada sem a presença de padres ou outra autoridade portuguesa, e sim pela vontade popular (PANTOJA, 2006).

Com a oficialização da manifestação religiosa em 1793, a parceria do Estado com a Igreja se tornou frequente. A partir desse momento, a festividade recebeu o nome de Círio de Nazaré e a primeira Procissão foi então realizada em oito de setembro de 1793. Com o passar dos anos, a Igreja católica exerceu diferentes estratégias para se apropriar cada vez mais do controle simbólico e material do evento. Assim, com o aumento da popularidade do Círio, novas demandas e conflitos surgiram: uma ermida maior foi erguida (atual Basílica de Nazaré), novos eventos se agregaram à fé-sta, e embates entre a Igreja católica e o catolicismo popular se tornaram constantes em uma clara disputa pelo controle da celebração (PANTOJA, 2006).

Com a adoção do Círio pelo Estado e pela Igreja católica, a imagem passou a ser transportada, na véspera do evento, à capela localizada no Palácio do Governador. No



outro dia, pela manhã, fazia o trajeto para o seu altar, no local onde foi inicialmente encontrada (ROCQUE, 2001). Atualmente, dois são os percursos principais da festividade (mesmo que o evento seja composto por várias outras celebrações). O primeiro é a procissão da Trasladação que, na noite do sábado que antecede o Círio, leva a imagem do Colégio Gentil Bittencourt (próximo à Basílica de Nazaré) até a Catedral Metropolitana de Belém (Igreja da Sé). Na manhã seguinte, no segundo domingo de outubro, a imagem realiza o caminho inverso até a Basílica de Nazaré.

Vale ressaltar que desde a sua origem o Círio é “nativo”, possui sua gênese interligada com o espaço belenense e amazônico. Porém, em seus aspectos formais e simbólicos, é em sua maioria lusitano, razão pela qual Eidorfe Moreira (2012, p. 8) afirma que, contraditoriamente, “[...] o mesmo caboclisto que se revelou hostil ao colonizador no plano político [sobretudo durante a Cabanagem], mostrou-se receptivo à sua influência no plano religioso”. Apesar disso, os conflitos e embates que giram em torno da celebração à Nossa Senhora não são recentes, pois perpassam toda a história dos Círios. Desde a demasiada influência dos símbolos portugueses que compunham a festividade, até a tentativa de retirada de um dos principais elementos da fé-sta, “a corda”, sempre houve discussões e disputas materiais e imateriais associadas ao evento.

A corda, símbolo de união entre o povo e a Santa, contraditoriamente já foi motivos de desunião entre autoridades eclesiásticas e os devotos. Em abril de 1926, o então arcebispo D. Irineu assinou a circular de número quatro, divulgada nos jornais da terra tratando do Círio. O documento consistia, basicamente, em uma proposta de reforma da romaria, o que causou grande inquietação na população devota de Nossa Senhora, em especial devido à abolição da corda. Um abaixo-assinado de três mil pessoas contrárias à restrição foi entregue ao arcebispo como reação à reforma, mas não foi acolhido. Contudo, após muitas críticas e contestações populares, a medida mais diplomática a se tomar foi a volta da corda, incluída novamente após alguns anos para a tranquilidade dos devotos preocupados com a manutenção das tradições da fé-sta (ROCQUE, 2001).



Além de reforçar o caráter simbólico que a corda possui, Alves (1980) interpreta a Santa como um ponto aglutinador, capaz de consagrar determinadas relações sociais por meio de sua sacralidade:

Confirma-se também, a partir da *corda*, que a Santa é ponto aglutinador. E o próprio fato de que ela é trazida do altar, *lá do alto*, para *baixo*, para a rua, apresenta dois significados: em primeiro lugar, ela sacraliza um dado espaço-social, pois o percurso da procissão é o do centro da cidade e consagra determinadas relações sociais (como o poder político, as diferenças entre camadas sociais, etc.), que se dão nesse espaço momentaneamente organizado para a performance ritual. Em segundo lugar, ao descer do alto, o sagrado fica mais próximo, mais tangível ao povo que participa da procissão. Ela consagra e é consagrada pela reverência popular e ao nível em que as pessoas mais se aproximam da dimensão sagrada. (ALVES, 1980, p. 47. Grifos do autor).

Não obstante a sacralidade seja um aspecto essencial da procissão, exemplificada na relação corda-Santa-povo, o evento não se retém somente à dimensão religiosa, pois influi massivamente na economia com a gama de bens e serviços deslocados para Belém nesse período, quando pequenos, médios e grandes comerciantes se aproveitam do contingente populacional que participa de inúmeras atividades e consome mercadorias ligadas, direta e indiretamente, ao Círio (MATOS, 2010).

A venda desses bens simbólicos³ costuma acompanhar espacialmente o evento, ou seja, onde se aglomeram os devotos se concentram também os comerciantes informais que vendem as famosas “fitinhas”⁴, além de cordões, camisas da Santa, dentre outros objetos. Nesses casos, o bem só será simbólico se constituir-se como símbolo, isto é, “[...] uma parte que tem o poder de sugerir um todo: por exemplo, a cruz para a cristandade e a coroa para a monarquia [...]”, como exemplifica Tuan (1980, p. 26).

É necessário ressaltar que a Igreja também almeja a venda de velas, medalhas, terços etc., estratégias que claramente “[...] suscitam de um processo produtivo envolvendo mecanismos de mercado” (ROSENDAHL, 2011, p. 191), o que demonstra a crescente necessidade de se pensar o campo religioso interligado ao turismo, ao lazer e a processos de mercantilização de objetos e práticas simbólicas (MATOS, 2010). Esse

³ “[O]s bens simbólicos são mercadorias que possuem valor de uso e que, em determinado contexto cultural, passam a ter associado o valor simbólico” (ROSENDAHL, 2011, p. 189).

⁴ São pequenas fitas de diversas cores, geralmente utilizadas como pulseiras que, segundo a crença, dão ao devoto o direito de fazer três pedidos à Santa.



antagonismo entre as estratégias de mercado da Igreja Católica e do mercado informal também é gerador de conflitos, e, na maioria das vezes, resulta na tentativa de controle social por parte da Diretoria da Fé-sta em conjunto com o poder público (ALVES, 1980; MATOS, 2010), no sentido de racionalizar o conteúdo do evento, as mercadorias vendidas e seus vendedores.

Apesar de todas as tensões, como as relativas ao plano econômico, o Círio foi fortalecido no decorrer dos séculos e uma quantidade crescente de pessoas, que não residem na área urbana onde a celebração ocorre, passou a se deslocar de locais cada vez mais distantes para vivenciar o evento. Esses tipos de deslocamentos não podem ser associados somente a uma distância estritamente objetiva, mas também à força da fé (ROSENDAHL, 2012) dos devotos de Nossa Senhora de Nazaré, que, por vezes, enfrentam penosas viagens a pé até Belém como forma de pagar suas promessas. Assim, “[...] o Círio é o clímax de uma migração periódica de fundo religioso, envolvendo uma fase de peregrinação, com romeiros interioranos a caminho da cidade, e outra fase litúrgica ou procissional, já no âmbito urbano” (MOREIRA, 2012, p. 5).

Embora haja um conjunto de simbologias da celebração que remonta à tradição portuguesa, em inúmeros aspectos simbólicos há uma ressignificação dos moldes lusitanos impressos na fé-sta que se apresentam readaptados a uma visão amazônica. O hábito de pagar promessas em barquinhos de miriti⁵ com estruturas típicas de barcos amazônicos sobre a cabeça, assim como a homenagem feita pelo Arraial do Pavulagem à Santa exemplificam essa questão. Esta última manifestação é realizada por um grupo artístico-musical que sai em percursos pelas ruas da cidade tocando um repertório de músicas de Carimbó, Siriá e Toadas de Boi, com vestes que fazem referência a caboclos amazônicos – o chapéu de palha com fitas coloridas é o maior símbolo do grupo.

Atualmente, o Círio de Nazaré recebe mais de dois milhões de participantes, devotos e não devotos; brasileiros e estrangeiros, pessoas de diversos lugares, crenças

⁵ “Produto tropical extraído de nossas matas, várzeas e beiras dos igarapés, a palmeira *Maurita Flexuosal* recebe o nome vulgar de Miritizeiro ou Buritizeiro. Tem várias utilidades (...) A tala, tirada das folhas, fornece meios para os artesãos tecerem paneiros, tipitis, cestos, balaios e, ainda, para esculpir brinquedos de formas variadas, como cobras, pombinhas, soca-socas, barcos, araras, jacarés e tatus, entre outros”. Retirado do site: <http://www.cdpara.pa.gov.br/miriti.php>. (Grifo nosso).



e pensamentos. A celebração provoca nos participantes devotos um sentimento extremo de *religare*⁶, composto por uma conexão de alegria, emoção e, muitas vezes, gratidão por alguma graça alcançada. Nesse período, a reunião familiar, as comidas típicas e as homenagens à Nossa Senhora, em geral, são fatores que contribuem para que o evento seja nomeado por muitos como “o natal dos paraenses” (ROCQUE, 2001).

No âmbito político, percebermos diversas tensões no processo de ordenamento do evento entre instituições ligadas ao Estado, à Igreja, ao catolicismo popular e a movimentos sociais na reivindicação de seus direitos (PANTOJA, 2006). Estes últimos, durante o período da festividade, têm como maior expressão o movimento LGBTQIA+, que demonstra sua insatisfação por meio da Festa da Chiquita, a qual é, ao mesmo tempo, uma homenagem alternativa à Nossa Senhora e um protesto ao modelo ideológico do evento, que tenta de várias maneiras segregá-los por conta das orientações sexuais e identidades de gênero de seus frequentadores, bem como pela forma que se manifestam no Círio, considerada inapropriada pela Igreja católica.

As diferentes reinterpretações da fé-sta podem, assim, causar tensões nas estruturas já demarcadas pela Igreja Católica e pelo Estado, causando conflitos que não se limitam a meros desconfortos. Ao notar novas manifestações relacionadas ao Círio que afetam seus princípios, estratégias contrárias à festa profana são tomadas por esses dois agentes; de sua parte, os organizadores da Chiquita resistem de diferentes formas a tais medidas⁷.

A busca pelo histórico do Círio e conseqüentemente pelas tensões entre os diferentes agentes envolvidos, direta ou indiretamente, na fé-sta são de extrema importância neste artigo, pois refletem a celebração como um desenrolar de disputas de poder que possuem uma longa história e passam por constantes transformações: novos agentes surgem e outras formas de resistência e coerção também. Como exposto, o evento nazareno historicamente possui em seu interior diversas relações sociais que transcendem seu caráter sagrado, aproximando-se muito mais de uma profanidade (ALVES, 1980). Nesse contexto, a Chiquita se tornou recentemente o lócus central de

⁶ A expressão faz referência à etimologia da palavra “religião”: a junção dos homens no domínio do sagrado e, portanto, vinculados com a divindade além da vida terrena (ROSENDAHL, 2011, p. 207).

⁷ Sobre este assunto, ver o excelente documentário: “As filhas da chiquita”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Dy7WcbJ10dE>.



uma relação profana extrema inserida em um dos maiores eventos sagrados do mundo. Feitas as considerações necessárias, nossa análise terá a dimensão espacial como prioridade, observando que o conflito entre o sagrado e o profano expresso na relação entre Igreja Católica e membros da Chiquita durante a fé-sta pode ser explicado também pelo viés geográfico.

A festa dentro da fé-sta: a Chiquita e seu caráter profano

Bom, eu tenho que tá aqui nove horas (21:00), mas ninguém sabe a hora que vai começar a indecência. (Soldado da Polícia Militar, 2014)⁸.

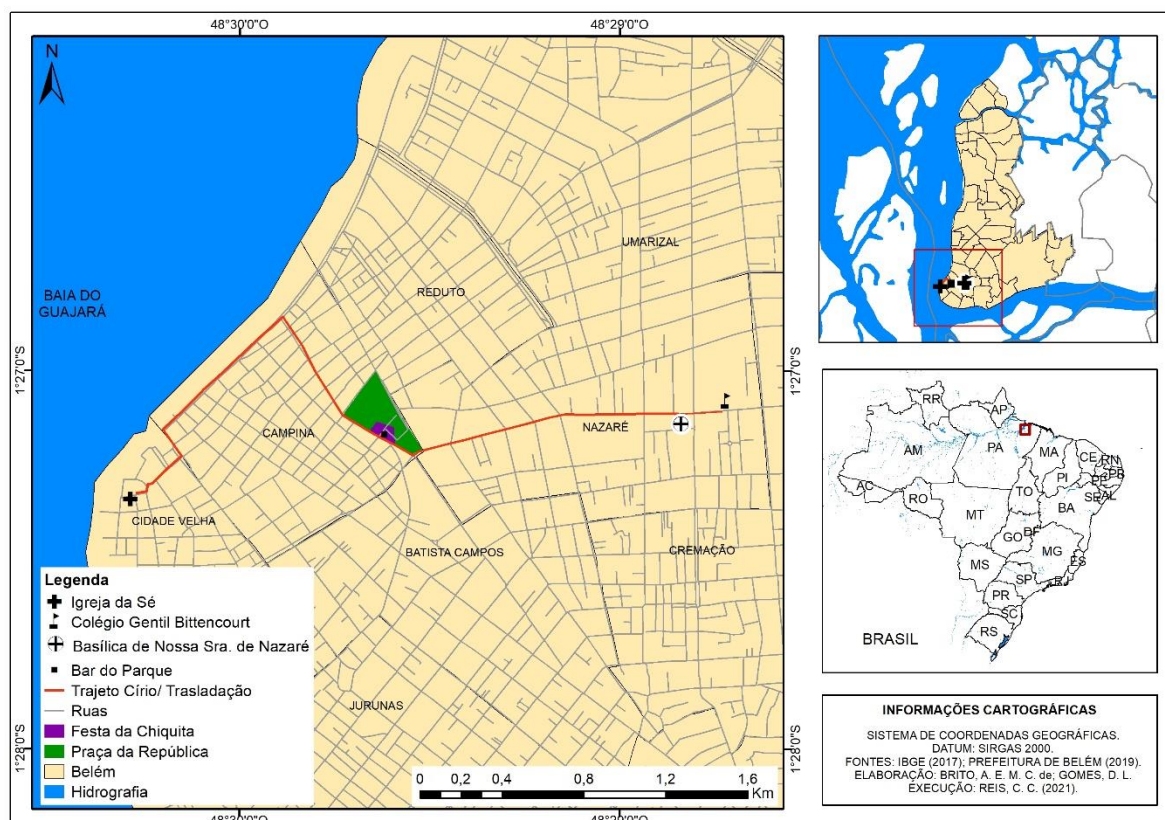
No tópico anterior, vimos, ainda que resumidamente, como a Fé-sta do Círio se consolidou no decorrer da história. Cabe agora abordarmos o outro lado desse evento. Vale ressaltar, novamente, que a separação aqui utilizada entre fé-sta e festa é, antes de tudo, um recurso didático-analítico para diferenciar suas especificidades, pois ambas estão inseridas de maneira complementar no conjunto maior que é o contexto das festividades do Círio de Nazaré.

Iniciada no final dos anos de 1970, primeiramente com o nome de “Festa das Filhas da Chiquita”, o evento desde 1979 já reunia intelectuais, jornalistas, poetas, fotógrafos, artistas plásticos, atores, políticos, cantores e o público em geral do cenário belenense. A sua origem remonta aos anos de 1975 e 1976, quando no período do carnaval grupos homossexuais e héteros simpatizantes de Belém organizaram um bloco carnavalesco que saía das proximidades do extinto presídio São José e percorria as ruas do centro da cidade até o Bar do Parque, localizado entre as avenidas Presidente Vargas e Assis de Vasconcelos (SOUZA, 2014).

⁸ Quando questionado no trabalho de campo, pelos autores deste artigo, sobre o horário do início da Chiquita.



Figura 1 – Mapa de localização da Festa da Chiquita e das duas principais procissões do Círio.



Fonte: IBGE (2017) e Prefeitura de Belém (2019). Elaborado por Cristiano Cardoso dos Reis.

Em 1978, a festa foi organizada nos arredores desse bar, situado na Praça da República, ao lado do Theatro da Paz, bem próximo a um dos lugares onde ocorre a procissão da Trasladação, na noite do sábado, e a do Círio no domingo pela manhã (Figura 1). A homenagem/protesto realizada pela Festa da Chiquita visa, em grande parte, por meio da proximidade em relação às duas principais procissões, chamar atenção para as reivindicações sobre o respeito aos direitos LGBTQIA+ ⁹. A proximidade das festas, nesse caso, é não só espacial, mas também temporal¹⁰, uma

⁹ Os movimentos sociais em favor dos direitos LGBTQIA+ passam por uma construção histórica que remetem, em especial, a meados do século XX, com destaque para as mobilizações nos Estados Unidos. Porém, o preconceito religioso que vê, por vezes, na homossexualidade o núcleo do pecado, da imoralidade e do profano já é datado de bem antes. Mesmo o discurso científico colocara em pauta, por meio de estudos de medicina, a “patologização” do “homossexualismo”, ou seja, a sua transformação em doença, que passa a ser considerada como um desvio mental, uma doença psicológica ou até genética (GOMES FILHO; MELO, 2014). Em Belém, os movimentos organizados em reação a esses discursos (atrelados, comumente, ao preconceito religioso) foram motivados e influenciados pela festa LGBTQIA+ mais antiga e de grande porte da cidade, a Festa da Chiquita. O Grupo de Homossexuais do Pará (GHP), a ONG Cidadania, Orgulho e Respeito (COR), o Grupo pela Livre Orientação Sexual (APOLO) e o Grupo de Travestis e Transexuais de Belém (GRETTE) são exemplos de organizações que foram impulsionadas pelo ideário do evento, em um contexto de formação e fortalecimento dos movimentos LGBTQIA+ de Belém (ROZARIO, 2011).

¹⁰ Este fato, porém, não acontece sem conflitos. Abordaremos de maneira mais detalhada tal condição no terceiro e último tópico.



vez que a Festa da Chiquita tem início logo após a Berlinda (que leva a imagem de Nossa Senhora de Nazaré) passar pela frente desse local e seguir seu caminho. É quando se interrompe o som do microfone do animador da Fé-sta do Círio, que antes colaborava cantando e louvando juntos aos fiéis em homenagem à passagem da Santa, e se ouve o som do animador da outra festa que está para começar: “Nossa senhora já passou, já abençoou todo mundo e agora começa o lado profano do Círio!” (Animadora da Festa da Chiquita, 2014).

Nesse sentido, ainda que não seja nosso foco abordar de maneira mais aprofundada a discussão conceitual acerca das Festas, vale citarmos a consideração de DaMatta (1983, apud MAIA, 1999) sobre o assunto, uma vez que a relação entre a lógica dessa dupla festividade terá implicações diretas na espacialidade e conflitos entre os espaços sagrado e profano.

As festas populares são rituais e, assim sendo, consistem em “*momentos especiais de Convivência social*” em que certos aspectos da realidade são postos em relevo (DaMatta, 1983, p. 60). Mas tais eventos, ao contrário de outros rituais, possuem a especificidade de serem “*momentos extraordinários marcados pela alegria e por valores que são considerados altamente positivos*” (DaMatta, 1983, p. 40). (MAIA, 1999, p. 192. Grifos do autor).

Esses momentos especiais de convivência social, no caso do Círio, ainda que aconteçam de maneira efêmera, têm como característica a relativa coexistência espaço-temporal de suas lógicas, prenhe de simbolismos e políticas conflitantes. Esse caráter antagônico e contraditório acontece uma vez que as festas têm para si reivindicadas esse espaço, onde possam torná-lo em um momento extraordinário, alegre e, sobretudo, possam expressar seus valores.

A Festa da Chiquita, por exemplo, caracteriza-se antes de tudo pelo divertimento, pelas roupas extravagantes de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais que a frequentam. Diferentemente dos louvores cantados à Nossa Senhora de Nazaré na festa que a antecede, a Chiquita apresenta uma variedade de gêneros dançantes como música eletrônica, tecnobrega, carimbó, pop-rock etc.¹¹ Como na maioria das festas não religiosas, as bebidas alcóolicas também são consumidas. Aqui, a sensualidade, o erotismo e o imprevisto se mesclam constantemente, propiciando às

¹¹ Muitas das músicas tocadas se misturam aos sentidos dos discursos dos apresentadores, dando um caráter político ao divertimento. Exemplo disso foi a primeira música executada, cantada e representada por Elói Iglesias em 2014: “Ideologia”, de Cazusa.



relações entre homossexuais e heterossexuais simpatizantes um contexto fértil para acontecer.

No decorrer da festa, ocorrem ainda várias premiações, como o clássico Veado de Ouro e a Botina de Prata, criados para homenagear, respectivamente, o homem gay e a mulher lésbica com maior destaque do ano. Além disso, acontecem vários discursos em prol da causa LGBTQIA+, contra o preconceito e pelo direito à diferença. A diversão e a causa política estão intimamente associadas durante o festejo.

As vestimentas de demônios e seres “do mal” são utilizadas pelos apresentadores do evento profano, tal como a dualidade entre cores como o branco e o preto, claro e escuro, simbolizando o bem e o mal (SILVA FILHO, 2012), criticando e satirizando os julgamentos da Igreja feitos à Chiquita: seja por se contrapor à realização da festa, ou mesmo por considerá-la como não pertencente às festividades do Círio, como veremos adiante. Para Maia (1999),

[...] a festa popular é o império do “id” regido pela *destruição de regulamentos, códigos e normas existentes, podendo levar à ruptura da ordem cotidiana*. “As pessoas aí realizam o impossível, isto é, a comunicação de todo o espaço e permanência, o confronto aceito da destruição e da sexualidade”. (MAIA, 1999, p. 193. Grifos nossos).

Maia (1999), ao citar Duvignaud (1983), enfatiza o aspecto de destruição de regulamentos, códigos e normas existentes que podem levar à ruptura da ordem cotidiana. É nesse contexto que a Festa da Chiquita, por meio de excessos e extravagâncias, enquadra-se nessa definição, justamente por objetivar a transcendência, naquele momento, da realidade cotidiana, das relações sociais pré-estabelecidas, seja como homenagem ou protesto. E é nisso que reside a crítica da Igreja. Como citado, incomoda ao catolicismo oficial a “contraposição explícita” à festa religiosa, uma vez que são valores considerados antagônicos entre as duas dimensões. Simultaneamente, se esses valores são divergentes entre ambas as partes, são também vistos e defendidos por elas como algo positivo sobre o ponto de vista de cada grupo, e é aqui que se apresenta o conflito.

Para analisar com mais cuidado essas conflitualidades, tomemos o seguinte exemplo. No ano de 2004, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) realizou e apresentou o Dossiê no qual registrava o Círio de Nazaré como Patrimônio Imaterial Nacional. Nessa ocasião, todas as procissões e festividades



relacionadas ao evento, que ocorrem durante a quinzena do Círio, foram incorporadas ao registro. Todavia, durante o procedimento, devido às discriminações da Igreja Católica e da própria Diretoria do Círio, a Festa da Chiquita foi inicialmente retirada do processo, sob o argumento de que uma festa gay não pode estar inserida no contexto da fé-sta. Contudo, “[a] partir de uma disputa envolvendo Igreja e organizadores da Festa da Chiquita, esta última conseguiu o direito de fazer parte do Dossiê IPHAN integrando-se às comemorações do Círio, mesmo sendo negada pela Igreja” (SOUZA, 2014, p. 2612).

Márcio Couto Henrique, um dos pesquisadores que participou do processo de pesquisa e registro sobre o Círio de Nazaré como Patrimônio Cultural Imaterial Nacional, revela as tensões ocorridas em razão da não aceitação da Chiquita como parte das comemorações pela diretoria da Fé-sta de Nazaré:

No campo dos constrangimentos, cito aquele que foi, a meu ver, o maior de todos, motivo de calorosas discussões com os membros da Diretoria da Festa: a manifesta vontade dos diretores no sentido de excluir do inventário e do dossiê final a Festa da Chiquita, vista por eles como *prática profana, ofensiva, sem relação alguma com o Círio de Nazaré*. (HENRIQUE, 2011 apud SOUZA, 2014, p. 2618. Grifos nossos).

Assim, ainda hoje, a Igreja enquanto instituição, e mais especificamente a Diretoria da Fé-sta do Círio, em seus documentos de divulgação das festividades, como os calendários oficiais, não reconhece a Festa da Chiquita como atividade relacionada ao Círio de Nazaré.

[...] No entanto, independente do reconhecimento ou não da DF [Diretoria da Fé-sta do Círio] estes eventos, para a maioria das pessoas já são parte do Círio e, mais ainda, todos esses eventos acontecem à revelia da organização oficial do Círio, o que nos permite pensar, se formos considerar o Círio na sua totalidade, em um processo de organização paralelo ao da DF, que, mesmo sem solidariedade entre si acabam por dar contornos à festa como um todo. (PANTOJA, 2006, p. 55).

Por meio da breve discussão realizada sobre festas (MAIA, 1999), é possível entender como esses eventos possuem, portanto, não só o divertimento em si, isolado e desconexo de outros aspectos da realidade, mas, pelo contrário, junto a essa alegria momentânea, estão atrelados aspectos políticos, religiosos e econômicos. No caso aqui estudado, há ainda uma proximidade espaço-temporal entre duas festas com valores antagônicos, mas que, devido a essa mesma proximidade, se constituem em um espaço



sagrado e outro profano (ROSENDAHL, 1999; 2011; 2012), daí a distinção realizada entre fé-sta e festa. Para Rosendhal,

[...] é possível delimitar, em cada centro de peregrinação, o *espaço sagrado* – caracterizado por sua sacralidade máxima, expressa por uma materialidade à qual se atribui grande valor simbólico – e, de outro lado, o *espaço profano*, em torno do espaço sagrado, caracterizado pela existência de elementos que não possuem sacralidade. (ROSENDAHL, 2011, p. 209. Grifos da autora).

Visto que o foco deste artigo é problematizar e contribuir com a questão por meio de uma abordagem geográfica, o tópico seguinte analisará como o conflito resultante dos dois espaços, sagrado e profano, materializa-se principalmente na disputa pelo território por esses dois grupos. À reflexão que segue, caberá demonstrar as causas e consequências desse processo.

3. Disputa por território: estratégias de coerção e resistência

Cá estamos nós no nosso lugar de 36 anos, chique, linda e tombada pelo patrimônio histórico. Junto com a Elói, que é velha também [...], ou seja, digam à sociedade paraense que os frescos ficam aqui no Bar do Parque. (Apresentadora da Festa da Chiquita, 2014)¹².

A conflitualidade entre os organizadores gerais da Fé-sta do Círio (Igreja Católica, Estado e Diretoria da Fé-sta) e os membros da Chiquita, se analisada por um viés geográfico, traduz-se em uma tensão entre um espaço sagrado e outro profano. Esses dois, ainda que sejam objetos distintos, são indissociáveis, possuem uma relação dialética de coexistência na qual o espaço profano, por exemplo, inexistiria, “[...] mesmo que simbolicamente, fora desta relação” (ROSENDAHL, 2012, p. 78). O espaço sagrado, por sua vez, pode ser definido como um “[...] campo de forças e de valores que eleva o homem religioso acima de si mesmo, que o transporta para um meio distinto daquele do qual transcorre sua existência” (ROSENDAHL, 2012, p. 76). Esse tipo de espaço pode se expressar por meio de pontos fixos e fluxos (móveis) (ROSENDAHL, 1999).

No caso da festividade estudada, o Círio se expressa por meio desses dois níveis. A Igreja da Sé e a Basílica de Nazaré representam os dois maiores pontos fixos, e a manifestação móvel pode ser observada, por exemplo, nas procissões que a imagem

¹² Discurso inicial da Festa da Chiquita em 2014.



de Nossa Senhora percorre. Dois aspectos chave para se entender o Círio podem ser encontrados na reflexão de Rosendahl (2012). A ideia básica é a seguinte: a construção do espaço sagrado se constitui de um lócus da hierofania (a manifestação direta e extrema da divindade) e de seu entorno. No Círio, a manifestação maior da divindade está expressa na imagem da Santa (ALVES, 1980), ela é o lócus da hierofania e, por consequência, seu trajeto também se torna sagrado. Porém, seu entorno é diretamente afetado pela “profanidade” da Festa da Chiquita, que se estrutura como um espaço “[...] profano diretamente vinculado ao espaço sagrado” (ROSEND AHL, 2012, p. 78). É nessa coexistência espacial que surge o núcleo das tensões e das disputas mediante relações de poder. Nesse aspecto, pensamos ser mais adequado utilizar o conceito de território para demonstrar que o poder é um atributo do sagrado (TUAN, 1978; 1980 apud ROSEND AHL, 1999) e pode ser evidenciado por meio de estratégias espaciais.

Como demonstrado no segundo tópico, houve grande aversão por parte da Igreja quanto à admissão da Chiquita no registro do Círio como Patrimônio Imaterial Nacional em 2004 (IPHAN, 2004). Mesmo após o tombamento e a inclusão da festa na fé-sta, a instituição religiosa permanece não incluindo o evento profano em seu calendário festivo. Contudo, esses conflitos político-religiosos não se retêm apenas a esse aspecto. Eles têm, sobretudo, uma dimensão territorial explícita. Para Haesbaert:

Territorializar-se, desta forma, significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo “poder” sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduos), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de “dominação” e “apropriação” ao mesmo tempo. (HAESBAERT, 2012, p. 97).

Com base nessa definição, é possível dizer que diversas são as maneiras de classificar um território. Primeiro, é preciso romper com a ideia de um conceito estritamente ligado a um espaço sob o controle estatal (federação, estado ou município) – concepção restrita e estimulada, há tempos, seja pelo senso comum, seja por parte da literatura científica (SOUZA, 2012). Há sim um território “maior”, controlado e dominado de maneira oficial pelo Estado, contudo, em seu interior existem outros territórios “menores”, não necessariamente oficiais ou formalizados juridicamente.

Um território pode ser conceituado, então, como um “[...] espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2012, p. 78). Uma vez que



ninguém é o proprietário do poder, mas esse é exercido por diferentes sujeitos e grupos (FOUCAULT, 1998), o território não pode ser confundido como uma coisa, ele é sempre um des-re-territorializar-se (HAESBAERT, 2012). Ou seja, existe continuamente como um processo relacional, sujeito a modificações e permanências. Podemos, por exemplo, analisá-lo pela presença ou ausência da continuidade espacial ou temporal. Nesse último caso, os “[...] territórios podem ser de longa duração (décadas ou séculos: fronteiras internacionais de Portugal), em um extremo, ou efêmeros (dias ou horas!), no extremo oposto” (SOUZA, 2013, p. 107). Ainda segundo Souza (2012, p. 81):

Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica.

Esse aspecto periódico caracteriza a disputa por território que a Chiquita, durante mais de 40 anos de existência, reivindica para que sua festa ocorra, pois ainda que sua duração seja de apenas uma noite, as conflitualidades que envolvem sua realização são latentes. Os conflitos estão relacionados, primordialmente, ao fato de ela estar localizada espacialmente próxima às avenidas onde as procissões da Trasladação e do Círio ocorrem, e temporalmente situada entre estas, ou seja, realizada logo após a primeira e pouco antes do início da segunda. Por essa proximidade, a Chiquita causa grande inquietação à Igreja e à Direção da Fé-sta.

Isso se deve aos acontecimentos já citados, pois são lógicas e valores antagônicos entre os dois agentes territoriais que buscam se territorializar nesse espaço específico durante uma noite para, assim, manifestarem, por meio de relações de poder, crenças, desejos, paixões e tudo aquilo que os permita, através da mediação do espaço, reproduzirem-se enquanto grupos sociais (HAESBAERT, 2012).

Tal antagonismo se materializa via territorialidades distintas¹³ que almejam dominar e se apropriar simultaneamente desse território cíclico, que são as partes da

¹³ Consideramos “territorialidades” não apenas como formas de controle de determinado espaço, mas, também, enquanto diferentes modos de usos e administração territorial desempenhadas por agentes distintos (SAQUET; BRISKIEVICZ, 2009).



cidade de Belém destinadas ao período de festividades do Círio. Para Rosendahl (2011, p. 195), a territorialidade religiosa, em específico, “[...] significa o conjunto de práticas desenvolvido por instituições ou grupos no sentido de controlar um dado território”.

Por sua tradição histórica, pela geração de grandes divisas financeiras a Belém nesse período, por meio do turismo religioso e do imenso contingente populacional atraído à cidade (MATOS, 2010), a Diretoria da Fé-sta detém grande influência nas decisões do poder público local durante as datas do evento (PANTOJA, 2006). A união entre Estado e Igreja tem, assim, um caráter territorial estratégico essencial: a manutenção do controle da festividade sob os moldes “racionais” e morais católicos. Dessa forma, “[o] território religioso se modifica para melhor corresponder à afirmação do poder. Ele responde a duas funções principais, uma de ordem religiosa e outra de ordem política” (ROSEND AHL, 2011, p. 195), objetivando, normalmente, fins econômicos.

Essa parceria, Igreja-Estado, se materializa nas estratégias para tornar sua territorialidade dominante, ao passo que pretende retirar a Festa da Chiquita do seu local de origem, o que não ocorre, porém, sem a conseqüente reação do evento profano a esse processo. De acordo com Silva Filho (2012), as tensões para a manutenção da Festa da Chiquita se sucedem no decorrer dos anos. Além das já citadas divergências com a Diretoria da Fé-sta, outras envolvem a Secretaria de Urbanismo de Belém (Seurb), o Departamento de Polícia Administrativa (DPA) e outros órgãos da administração metropolitana, os quais alegam problemas para a manutenção da fé-sta, tais como:

[...] o consumo de bebidas alcoólicas [é] responsável por deixar a Praça da República (onde fica situado o palco da Festa) suja com garrafas quebradas e outros objetos perfuro-cortantes, que ocasionariam lesões principalmente nos pés dos devotos da Santa na manhã do dia seguinte; o desgaste das pedras portuguesas que fazem parte da calçada frontal do Teatro da Paz, símbolo da Belle Époque na Amazônia, e protegidas por lei; assim como, a incidência de assaltos, confusões e brigas. (SILVA FILHO, 2012, p. 11-12).

Dessa forma, no decorrer da história, muitas foram as tentativas de limitação da Festa da Chiquita, as quais têm influência direta na conformação do seu território. Apresentaremos dois episódios mais recentes a título de ilustração. No primeiro, em 2010, a Seurb ordenou a diminuição da dimensão do palco do evento. Segundo o órgão ligado à Prefeitura Municipal de Belém, a proposição das mudanças partiu da própria



Diretoria da Fé-sta, ao reclamar do “[...] estreitamento da via de acesso à procissão na Avenida Presidente Vargas, parcialmente tomada pelo palco” (DIÁRIO DO PARÁ, 2010).

Diminuímos o tamanho de 12 para 7 metros mas a secretaria quer que seja 2 metros e embaixo de um fio de alta tensão. *Já diminuímos o tamanho do palco e encurtamos a duração da festa.* O problema é que ninguém conversou com a gente, isso foi instituído e pronto. Mas todos somos filhos de Deus e temos o direito de nos expressar. A ditadura acabou. [...] A Igreja não quer entender que a Chiquita é um fato social. Existe uma forma de homofobia velada por traz dessa ação. O que atrapalha o fluxo de pessoas realmente é a arquibancada montada ao redor da praça, colada na rua. O palco [da Festa da Chiquita] não fica nem na calçada. (Elói Iglesias, entrevista ao DIÁRIO DO PARÁ, 2010. Grifos nossos).

Nessa mesma entrevista, concedida por Elói Iglesias (um dos grandes representantes do evento profano) ao jornal Diário do Pará, fica clara a indignação do organizador da Chiquita quanto a uma possível retaliação à festa. Pois, além da diminuição do palco, outra limitação imposta foi o encurtamento de sua duração, passando a ser realizada até às 2:30 horas, ao invés de ir até às 4:00 horas, como costumava acontecer. Percebe-se, assim, uma tentativa de limitação do território em que acontece a celebração. Essa limitação ocorre seja no seu caráter espacial, com a diminuição do palco, seja no temporal, com o encurtamento da duração do festejo.

O segundo exemplo de tentativa de restrição à festa, referente ao local em que é realizada, ocorreu no ano de 2014. Proposta pela Diretoria da Fé-sta e pelos órgãos de segurança, a ideia seria o remanejamento da Festa da Chiquita para o Portal da Amazônia. A sugestão da mudança de local se baseou no fato de este ser um espaço de lazer, supostamente apto à realização do festejo, porém distante da realização da Trasladação e do Círio.

Trata-se de uma atitude política e arbitrária que objetiva acabar com a festa tirando ela do seu local de origem. [...] Entraremos com mandado de segurança no Ministério Público pra garantir a realização da festa na Praça da República. Temos ao nosso lado não só a comunidade LGBTT, como também os afros e quem trabalha com cultura em Belém. *Uma mudança dessa tira o sentido da festa, é um absurdo.* (Elói Iglesias, entrevista ao DIÁRIO DO PARÁ, 2014. Grifos nossos).

Nessa última “proposta”, há uma tentativa de des-territorialização da Chiquita do local em que vem sendo realizada há vários anos, objetivando a sua re-territorialização em outro local (HAESBAERT, 2012). “Uma mudança dessa tira o



sentido da festa” por vários fatores. Vale destacar a história e a tradição que o evento adquiriu durante os anos naquele local específico. Mas, principalmente, o fato de o território da festa se contrapor ao da fé-sta, ou seja, o espaço profano sem a alteridade sagrada próxima a ele não teria sentido. Em outras palavras, o desejo de territorializar-se todo ano naquele local sempre esteve atrelado à realização da fé-sta.

Além disso, o evento profano, ainda que seja uma homenagem alternativa à celebração religiosa, é também uma forma de protesto contra todo tipo de preconceito, e se utiliza da alteridade da Instituição Católica, representada pelo Círio, para potencializar e reivindicar seus direitos como nos já citados discursos políticos, mas também de diversas formas artísticas, corporais e musicais. As próprias referências da Chiquita ao Círio de Nazaré têm, assim, “[...] um caráter de resistência, de contestação, de busca de espaço e reconhecimento social pelos homossexuais” (IPHAN, 2004, p. 59).

Desse modo, ter e continuar lutando pela apropriação desse território, necessário à realização da festa e à reprodução social do grupo a ela conectado, representa, além de seu caráter funcional, sobretudo um caráter simbólico (HAESBAERT, 2012)¹⁴. O território se torna, portanto, um símbolo. Um geossímbolo.

L’existence de la culture crée en effet le territoire et c’est par le territoire que s’incarne la relation symbolique qui existe entre la culture et l’espace. Le territoire devient dès lors un <<géosymbole>>: c’est-à-dire un lieu, un itinéraire, un espace, qui prend aux yeux des peuples et des groupes ethniques, une dimension symbolique et culturelle, où s’enracinent leurs valeurs et se conforte leur identité. (BONNEMAISON, 1981, p. 249).

O próprio território no qual se realiza a Festa da Chiquita se torna, portanto, um geossímbolo (BONNEMAISON, 1981) por representar a resistência do grupo que o reivindica, contrapondo-se às diferentes tentativas de restrições à realização do evento, seja pelas limitações espaço-temporais ocorrida em 2010, ou pela tentativa de desterritorialização em 2014. Sem a alteridade sagrada que a conforma hoje, seu sentido seria totalmente modificado, havendo mesmo a possibilidade de perda de sentido quanto à condição de Patrimônio Imaterial Nacional.

Dessa maneira, os embates entre espaços sagrados e profanos na dinâmica do Círio de Nazaré se envolvem de significados e relações de poder que possuem bases

¹⁴ Haesbaert (2012), ao se contrapor aos estudos que privilegiam apenas uma dimensão do território, propõe o que denomina de uma “abordagem integradora”, ou seja, que leve em consideração tanto as dimensões política e econômica, quanto a cultural.



em diferentes concepções de mundo. O que não se pode esquecer é que relações antagônicas como essas fazem parte do difícil jogo de “[...] dar sentido à nossa vida em grupo sem com isto retirar ou menosprezar o sentido dos outros” (HAESBAERT, 1999, p. 188). Neste artigo, a discussão acerca da alteridade ligada a uma dimensão espacial e religiosa foi o núcleo do pensamento, e este não foi escolhido sem intencionalidades. Esperamos que a pesquisa contribua para análises geográficas que se oponham a intolerâncias e pré-conceitos pelo viés da abordagem espacial, bem como que permitam a convivência dos diferentes sem reproduzir desigualdades.

Considerações finais

Desde a sua origem em 1700, o Círio é permeado de conflitos e divergências que envolvem diferentes grupos conectados de uma forma ou de outra à fé-sta. Os embates que por muito tempo estiveram associados à Igreja Católica e ao catolicismo popular, no decorrer dos séculos, se metamorfoseiam em conflitos que hoje abrangem movimentos sociais, como a comunidade LGBTQIA+, que por meio da Festa da Chiquita homenageia Nossa Senhora de Nazaré e reivindica seus direitos em um evento que é, ao mesmo tempo, homenagem e protesto.

Essas diferentes concepções de mundo, intrínsecas ao Círio, ocasionam diferentes estratégias de coerção e resistência no intuito de defender os princípios que cada grupo toma para si. Assim, espaço sagrado e espaço profano coexistem em uma relação tênue na qual se verificam disputas por território dentro da Fé-sta.

A disputa é constatada principalmente nas tentativas de marginalização da Festa da Chiquita, como a diminuição temporal de sua realização (reduzida de quatro para duas horas e meia), e a proposta de retirada da festa para um local distante do Círio, também debatida com muito fervor. Outra medida que segue essa linha ocorreu em junho de 2015, quando o então Prefeito de Belém, Zenaldo Coutinho, excluiu a Chiquita do texto final do Projeto de Lei que transformou o Círio de Nazaré e suas festividades em Patrimônio Cultural da Cidade. Em 2018 e 2020, contudo, a festa foi reconhecida, respectivamente, como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Município de Belém e Patrimônio Cultural Imaterial do Pará.



Fica claro, assim, que a chamada festa profana não teria sentido se afastada do espaço sagrado, seu elo indissociável, razão pela qual o território até hoje conquistado pelos membros da Chiquita é essencial para sua existência, estando exatamente no local em que é posto, nas proximidades das principais procissões do Círio. Lutar para permanecer nesse espaço historicamente ocupado se torna, então, a principal estratégia territorial dos integrantes do evento profano. Dessa forma, entre conflitualidades e resistências, a Festa da Chiquita vai “resistindo contra tudo e contra todos”¹⁵, e se mantendo dentro da Fé-sta do Círio como um modo alternativo de homenagear Nossa Senhora de Nazaré, Santa que, segundo Elói Iglesias, “ama os gays, e que não faz diferença de brancos, negros, gays, lésbicas e heterossexuais”¹⁶.

A luta pelo direito à diferença se mostra central no discurso dos organizadores da Chiquita, tendo no tombamento como Patrimônio Imaterial pelo Iphan e nos recentes reconhecimentos oficiais alguns dos seus pilares de sustentação. Porém, a continuidade dessas resistências e reivindicações não pode ser desvinculada da necessidade do território, no qual o movimento LGBTQIA+ pode expressar todos os símbolos que opõem espaço sagrado e profano, e que tornam a Festa da Chiquita um geossímbolo de resistência a todo um modelo já instituído pelos organizadores do Círio e por setores conservadores da sociedade.

Referências bibliográficas

ALVES, I. M. S. **O Carnaval devoto**: um estudo sobre a festa de Nazaré, em Belém. Petrópolis: Vozes, 1980.

BONNEMAISON, J. Voyage autor du territoire. **L'Espace Géographique**, Paris, n. 4, p. 249-262, 1981.

DIÁRIO DO PARÁ. Chiquita é barrada na Festa do Círio. **Diário do Pará Online**, Belém, 28 jun. 2015. Disponível em: <http://www.diarioonline.com.br/entretenimento/cultura/noticia-335325-chiquita-e-barrada-na-festa-do-cirio.html>. Acesso em 27 ago. 2015.

_____. Possível mudança de local ameaça Festa da Chiquita. **Diário do Pará Online**, Belém, 21 ago. 2014. Disponível em: <http://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-298447-.html>. Acesso em: 8 set. 2014.

¹⁵ Elói Iglesias: discurso feito durante a Festa de Chiquita de 2014.

¹⁶ Ibid.



_____. Festa da Chiquita terá adequações este ano. **Diário do Pará Online**, Belém, 7 out. 2010. Disponível em; <http://cirio.diarioonline.com.br/noticia-interna.php?nIdNoticia=111259>. Acesso em: 8 set. 2014.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

GOMES FILHO, A. S.; MELO, M. Â. S. Análise histórica do movimento LGBT mundial: do movimento homófilo à liberação gay nos Estados Unidos. *In: COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E DE SEXUALIDADE*, 10., 2014, Paraíba. **Anais [...]**. Paraíba: UEPB, 2014.

HAESBAERT, R. C. Identidades territoriais. *In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (org.). Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999. p. 169-190.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

G1. Organização da Festa da Chiquita contesta mudanças no Círio 2014. **G1**, Belém, 22 ago. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2014/08/organizacao-da-festa-da-chiquita-contesta-mudancas-no-cirio-2014.html>. Acesso em: 20 out. 2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Dossiê Círio de Nazaré. Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília: Iphan, 2004.

MAIA, C. E. Ensaio interpretativo da dimensão espacial das festas populares: proposição sobre festas brasileiras. *In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 191-218.

MATOS, L. S. A festividade do Círio de Nazaré e as transformações do arraial: novas práticas de lazer na afirmação do turismo religioso. **Licere**, Belo Horizonte, v. 13, n. 4, p. 1-30, 2010.

MOREIRA, E. Visão geo-social do Círio. *In:_____*. **Ideias para uma concepção geográfica da vida**. Belém: Semec, 2012. p. 70-112.

PANTOJA, V. **Negócios sagrados: reciprocidade e mercado no Círio de Nazaré**. 2006. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

ROCQUE, C. **História geral de Belém e do Grão Pará**. Belém: Distribel, 2001.

ROSENDAHL, Z. Espaço: o sagrado e o profano. *In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 231-247.



_____. Espaço, Cultura e Religião: dimensões de análise. *In*: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). **Introdução à Geografia Cultural**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 187-224.

_____. O sagrado e sua dimensão espacial. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 73-99.

ROZARIO, E. S. B. Movimento LGBT e lutas por políticas públicas: conquistas, desafios e lutas sociais LGBT. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2011, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: UFMA, 2011.

SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e identidade. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 31, v. 1, p. 3-16, 2009.

SILVA FILHO, M. R. A Filha da Chiquita Bacana – uma etnografia da Festa da Chiquita em Belém do Pará. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36., 2012, Águas de Lindóia. **Anais [...]**. Águas de Lindóia: Hotel Majestic, 2012.

SOUZA, P. S. N. Festa da chiquita: celebração LGBT à virgem de Nazaré. *In*: ENCONTRO DA ANPAP – “ECOSSISTEMAS ARTÍSTICOS”, 36., 2014, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 2611- 2624.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: **Geografia: conceitos e temas**. *In*: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (org.). 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 77- 116.

_____. Território e (des)territorialização. *In*: _____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. p. 77-110.

TUAN, Y. **Topofilia**. Um estudo da percepção, atitude e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.



PARTE 2**EXPRESSÕES ARTÍSTICAS DE RESISTÊNCIAS POPULARES EM
ÂMBITO AMAZÔNICO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

“MOVIMENTOS”



A
Chuva
Grossa
Amazônica

Adentra,
Permeia,
Escorre
E forma fios,

Como vidas humanas,

Que se atam
Em enredos largos,
Firmes,
Furos de rio,

Onde fincam,
Roçam,
Semeiam,
Plantam.

E as raízes
Atravessam
Os alagados;

Chegam ao mar.

Isso, de gotículas andinas.

Laços e mais laços
Viram uma rota só.
Um rumo,
Dos mais caudalosos:
De todos,

Todos.



Derrama
Pelas margens,
Alimenta.
Está,
Vive.

Movimenta,
Muda,
Aumenta,
Vive.

Viva!
Viva!
Viva!

(Fernanda Tamie Isobe Lima)



A GUERRA



i

guerra é guerra
 desde o princípio dos dias
 guerra é guerra
 seja no centro ou na periferia
 guerra é guerra
 em qualquer língua

genin auschwitz curva do “s” canudos candelária

é sempre a mesma morte
 mesmo que mudem as justificativas

fosse a guerra uma hollywoodiana tela fria
 todo mulçumano seria terrorista
 todo cubano seria castrista
 todo russo suspeito
 e maus todos os vietnamitas

o homem morto não teria família
 e no final da cena com certeza
 o figurante se levantaria
 e no fim do filme
 juntos
 herói e heroína
 mas guerra é guerra
 é outra maquinaria
 e onde guerra é guerra
 a vida não tem mais valia
 vida é outra coisa
 quando muito um empecilho
 para o avanço da economia

nesta estranha matemática
 de estatística fria
 quanto mais a vida é subtraída
 mais a soma se amplia



guerra é uma para quem morre
uma para quem mata
e outra para quem fica

ii

e há guerras em que morrer é de repente
e outras em que morrer leva uma vida

há guerras declaradas
e outras não tão explícitas
feitas de estados de terror
e de estados terroristas

há também guerras de guerrilhas
e outras
como esta brasileira
onde mais vidas que balas são perdidas
e que acontece (quase) às escondidas.
e onde há dois pesos e duas medidas
nela assassinar-se um pobre é normal
é notícia que no máximo morre
na página policial
mas assassinar-se um rico
é o sinal dos tempos
é coisa que escandaliza

iii

nesta guerra brasileira
há muitos culpados
e muito mais vítimas
uns são vítimas do medo
do que se pode encontrar na próxima esquina
mas esses se silenciam são culpados
como Pilatos que ante o crime
lava suas mãos na pia

mas outros são só culpados
serpentes da mentira que se movimentam na surdina
dos bastidores da política



se alimentam de votos e de vidas
 seus coletes são seus cargos
 suas armas são sutis mas fazem um grande estrago
 na gente da periferia

são silenciosos genocidas
 pois também se mata pelo que não se faz ou se desvia
 assim matam com seus hospitais
 de moribundas filas
 com suas escolas fa-lidas
 com suas infâncias perdidas
 e suas ruas mal paridas

assim alimentam a fome que cria
 o traficante o pistoleiro
 o sequestrador e o homicida e tanta coisa
 tanta que aqui não caberia
 até mesmo um Estado paralelo
 que o terror do Estado mais amplia
 mas naquele há também vítimas

como é quem não tem outra saída
 como é quem só conhece o Estado
 no passado através do capitão do mato
 e no presente por batidas e procedimentos de revistas

iv

nesta guerra brasileira
 a pobreza
 seja preta seja índia
 desde o princípio
 se trata com o braço da polícia

nesta guerra difícil é mirar o inimigo
 (que esse não mostra a imprensa
 nem o julga a justiça)
 e fácil é entrar na mira das estatísticas

e em meio a essa guerra
 seja o poema -bala invertida-
 para matar em nós
 a morte que nos paralisa.

(Cleli Souza)



Poética



tomemos uma atitude política:
que toda atitude seja antes de tudo
poética.

(Clei Souza)



Tinha uma pedra no meio da passeata



o tirano diz que o lugar da pedra é no chão
e que o seu destino é viver inerte
dia após dia

a juventude diz que o lugar da pedra é na mão
e que o seu destino é voar
contra a tirania.

(Clei Souza)



A feira



amanhece no Ver-o-Peso
engarramentos
garrafas vazias
um brega no alto-falante
uma briga de feirantes
vendedores espreitam
urubus esperam
podre pitiú urbano
banho de cheiro pra todos os males
cheiro de peixe pra todas as fomes
cheiro de cola pra criar coragem
paraíso de promoções
paneiro de frutas
pivetes em fuga
de policiais fardados

uma foz de gente
caminha por calçadas
entre lojas e indigentes

Ver-o-Peso:
mercado de ferro
fome de aço

acaba o dia
fim da preamar humana
o povo vaza de volta pra periferia
sem pensar em quando tudo teve início
sem lembrar do delírio lusitano
e mesmo sem escola de sagres
o povo sabe: não vergar é preciso!

(Clei Souza)



AH! AMAZÔNIA, QUEM ÉS TU, QUEM SOU EU?



Ingridy Cristina de Jesus Ferreira

Eu nunca quis ser professora, e fiz licenciatura. Na verdade, verdade mesmo, gosto de ser pesquisadora, aí fui fazer mestrado. Mas uma hora mudo de ideia e exerço minha profissão. Também não sei falar de Amazônia. Ela sempre pareceu distante de mim. Era algo que estava lá. Essa identidade regional bateu forte quando tive que sair do meu estado, Pará, e morar por um ano em outro, e entender que nós, ao sermos vistos pelo outro de fora, somos antes de tudo amazônidas. Mas esse lance de jogar tudo no mesmo saco não rola, pois existem AMAZÔNIAS. A minha é a paraense. Construir essa identidade requer olhar para nossa ancestralidade, história, cultura e ver que antes da Amazônia ser uma região ou um espaço de floresta e rios, ela existe em nós. Por que não dizer ela é nós?!

Eu ainda não sei falar de Amazônia e nem sei se quero saber um dia. Eu sei que ela está em mim. E isso basta.



Figura 1 – Oficina sobre justiça socioambiental e Amazônia (Fortaleza/CE, janeiro de 2020)



Fonte: Centro Magis Inaciano da Juventude (CIJ), 2020.

A foto é de um dia desses quando me fizeram falar das Amazônias. Talvez eu tenha dito um monte de bobagens que não interessou a ninguém. Esse dia me fez lembrar que também sou professora, pelo menos é isso que diz meu certificado de graduação. É, eu acho que sou!

Eu queria escrever aqueles textos bonitinhos dos versos rimando e tudo, que nem os poetas. Mas meu lance é ser “prosista”, como diria minha avó. Eu gosto é de prosear!



AS LUTAS NA/DA AMAZÔNIA



Ingridy Cristina de Jesus Ferreira

Zé Claudio e Maria do Espírito Santo – extrativistas, assentados e ambientalistas – moravam no assentamento Praia Alta Piranha, em Nova Ipixuna, Pará. Viviam do trabalho na floresta, da coleta dos bens naturais que ela nos dá, sabiam da importância que essa floresta tinha na vida deles e das demais pessoas, e do porquê mantê-la em pé. Viram a ganância do modelo de desenvolvimento que se apropria da natureza e a devasta, desapropria, desmata de maneira literal. Eles não se calaram diante dessa situação. Denunciavam a ação ilegal de madeireiros, carvoeiros, grileiros agindo impunemente no meio da floresta amazônica. Começaram a ser perseguidos. Quando você se coloca contra esses grupos de milícias rurais, a tarefa de continuar existindo é árdua. Maria e Zé Claudio não baixaram a cabeça. Nas minhas andanças em áreas de conflitos agrários no Pará, descobri que LUTA é verbo! E, assim, fizeram de sua vida LUTA em prol daquilo que acreditavam, o que hoje também é sonho de todos aqueles que defendem a floresta e os povos que vivem nela.

Lutaram, não foram coniventes com a destruição, não silenciaram.

Para as milícias rurais, pessoas que agem dessa forma só podem ser paradas de um jeito. E assim o fizeram. Maria e Zé Claudio foram cruel, covarde e perversamente assassinados no dia 24 de maio de 2011.

Nesse ano, eu ainda estava no cursinho pré-vestibular e nem sabia o que queria fazer da vida. Era início de noite e o Jornal Liberal, um jornal local de Belém, fez a chamada e falou do assassinato do casal de ambientalistas, e a notícia me chocou tanto quanto a de Dorothy em 2005. Tempos mais tarde, enquanto pesquisava leituras para meu TCC sobre mulheres no campo, encontrei um texto atribuído à Maria do Espírito Santo: “De baixo da lona preta: o começo da história de lutas” cita a história de luta da mulher trabalhadora rural e a personagem principal é ela, Maria. O texto é lindo, me



ensinou e ensina muita coisa, sempre o retomo quando preciso entender mulheres camponesas. Por obra do destino, e mesmo do Centro Alternativo de Cultura (CAC), fui à Romaria dos Mártires da Floresta no ano passado, ato político-religioso em memória a Zé Claudio e Maria, e conheci de pertinho um pouco do que era sua vida, o lote, a Majestade (castanheira) e suas famílias. Viver tudo isso foi um processo de desconstrução, e encontro comigo e com as muitas histórias de Marias e Zés que no chão da Amazônia paraense nos ensinam sobre amar, preservar e respeitar a floresta e o seu povo. E como tenho refletido: o corpo físico tomba, o pensamento transcende tempo-espaço. Maria e Zé Claudio, a luta segue de pé!



LUTA POPULAR URBANA E AÇÕES DE PROPAGANDA EM BELÉM DO PARÁ: POVO NA RUA POR VIDA DIGNA E CONTRA O ESTADO GENOCIDA



Movimento de Organização de Base (MOB-Pará)¹

Apresentação

As imagens deste ensaio representam as mobilizações sociais realizadas na cidade de Belém em alusão a datas importantes, como o 1º de maio, a ações referentes à Campanha Nacional de Luta Por Vida Digna, a ocupação da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup-Pará); em menção ao julgamento do Massacre de Eldorado dos Carajás, e as Jornadas de Junho de 2013. As ações são formas de chamar a atenção do povo oprimido para a conjuntura de precarização da vida na qual estão inseridos. Ao mesmo tempo, tentam buscar uma reflexão para gerar a centelha do enfrentamento por conta da situação de espoliação e desamparo geral em virtude da negação de direitos, além do genocídio pandêmico. Agradecemos ao Diogo Viana e Helena Palmquist, por disponibilizarem suas fotos para compor este ensaio.

Localmente, essas ações contam com o apoio do Movimento de Organização de Base-Pará (MOB-Pará), o qual tem atuação comunitária em bairro periférico desde 2014 para promover, junto à comunidade, atividades de educação popular e solidariedade de classe, alternativas sociais que se contraponham às desigualdades no acesso à cidade e seus serviços. O MOB-Pará também participa de atos e ações de divulgação pelas ruas da cidade, fomentando a propaganda contra a precarização da vida nos territórios da Amazônia.

¹ Conheça o MOB por meio das nossas redes sociais:

<https://organizacaoabase.wordpress.com/>.

<https://www.instagram.com/mobdebasepa/>.

<https://m.facebook.com/mobdebasepa/>.



Figura 1 - Muralismo: campanha de luta por vida digna em Belém



Fonte: MOB-PA (2020).

Figura 2 - Muralismo: campanha de luta por vida digna em Belém



Fonte: MOB-PA (2020).

Figura 3 - Muralismo, campanha de luta por vida digna em Belém



Fonte: MOB-PA (2021).

Figura 4 - Colagem de lambe no dia 1º de maio: campanha de luta por vida digna em Belém



Fonte: MOB-PA (2021).

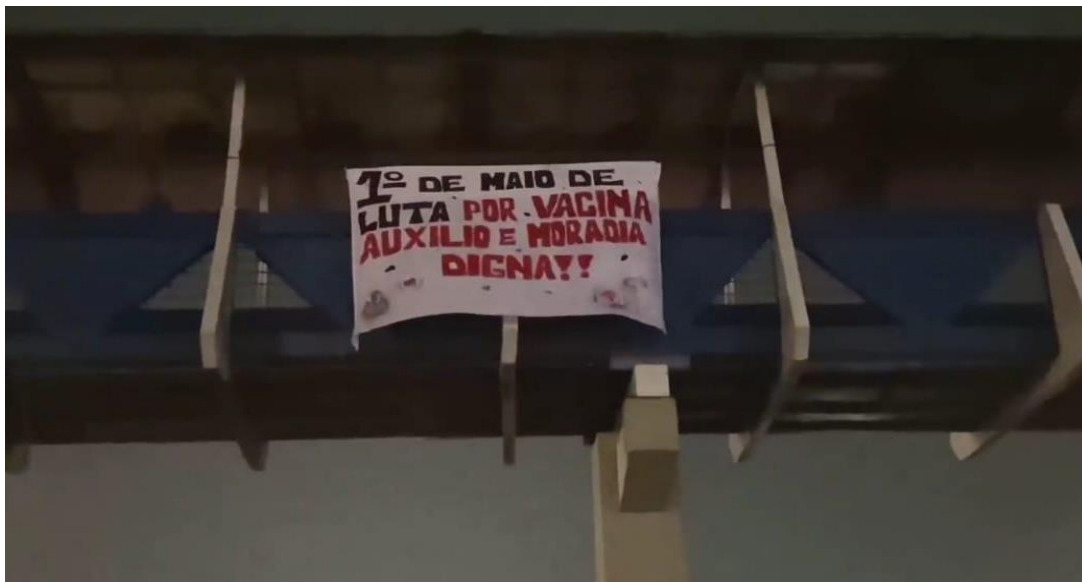


Figura 5 - Colagem de lambe no dia 1º de maio: campanha de luta por vida digna em Belém



Fonte: MOB-PA (2021).

Figura 6 - Faixa em alusão ao 1º de maio



Fonte: MOB-PA (2021).



Figura 7 - Colagem de lambe no dia 1º de maio: campanha de luta por vida digna em Belém



Fonte: MOB-PA (2021).

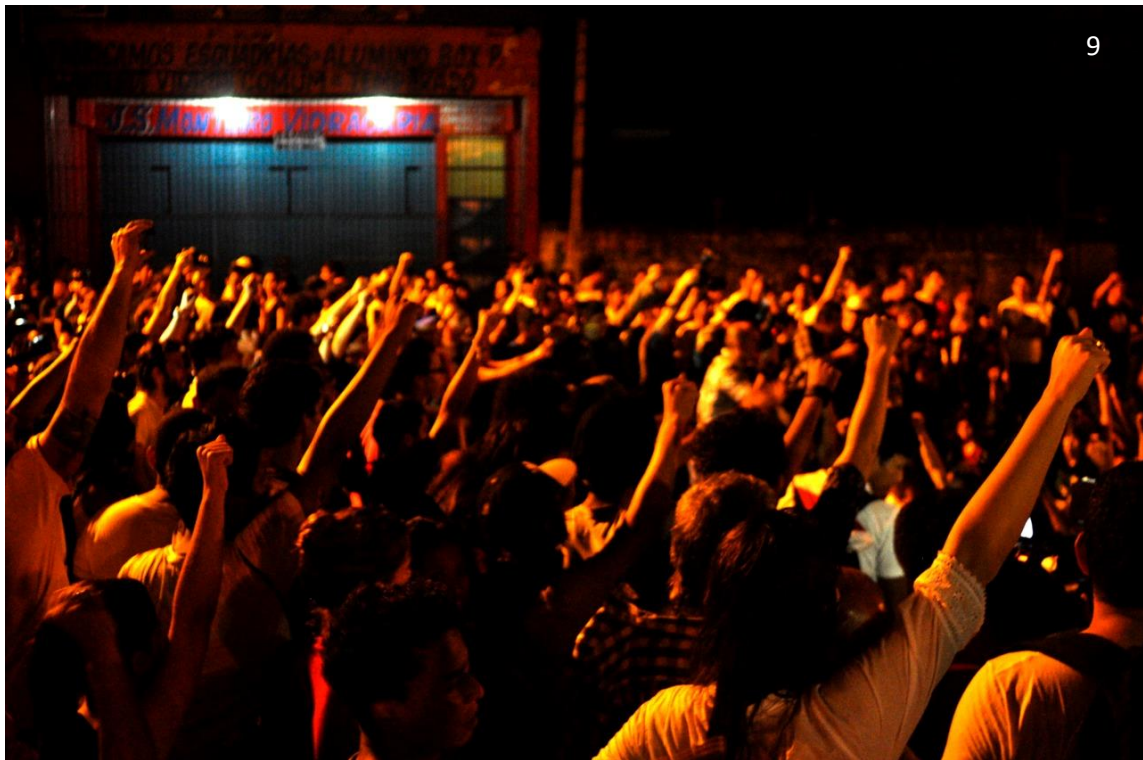
Figura 08 - Ocupação da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará, 2001.



Fonte: Helena Palmquist.



Figuras 09 e 10 – Jornadas de Junho de 2013 em Belém.



Fotos: Diogo Viana



SOBRE AS(OS) AUTORAS(AS)**Alan Pereira Dias**

Mestre em Planejamento do Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

E-mail: alan-lp@hotmail.com

Andre Felipe dos Santos Vasconcelos

Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Militante do Movimento de Organização de Base - Pará (MOB - PA).

E-mail: felipesantos201022@gmail.com

Andrey Henrique Figueiredo dos Santos

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Um geógrafo das coisas miúdas. Apaixonado por fotografias e literatura marginal.

E-mail: andreyhenrique@hotmail.com

Arthur Erik Monteiro Costa de Brito

Graduado em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Mestre e doutorando em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável pelo Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Graduando em Licenciatura em Música pela Uniasselvi.

E-mail: professor.arthur182@gmail.com

Clei Souza

Poeta, contista, artista visual, professor, produtor e letrista. Em 2012, lançou o livro de poemas “Úmido”, resultado do prêmio Dalcídio Jurandir de Literatura. Em 2015, lançou o livro “Poema Pássaro e outros versos migratórios”, novamente resultado do prêmio Dalcídio Jurandir. Em 2017, teve um conto selecionado no Concurso Internacional da Universidade de Salamanca, na Espanha, e em 2018 e 2019, teve um conto selecionado no prêmio nacional Amazônia de Literatura. Em 2020, teve o videopoema “Antiqueda” selecionado na exposição do III Colóquio Internacional Espacio Inmersividad, da Universidad Autónoma Metropolitana, no México. Em 2021, teve videopoemas selecionados em festivais de São Paulo, Cuba e Colômbia. Também em 2020, foi contemplado no edital de Literatura Eduardo de Castro, em Marabá, para a publicação do livro de contos “O suicidado e outras histórias”. Ainda em 2020, ficou em 1º lugar no prêmio Literatura e Fechadura com o livro “Não espera colheitas quem semeia pássaros”.

E-mail: josicleisouza@yahoo.com.br



Cleyton Alves Candeira Pimentel

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

E-mail: cleytonacandeira@gmail.com

Danillo Vaz Costa

Graduado em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA) pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

E-mail: danillo_vaz11@hotmail.com

Dérick Lima Gomes

Professor Substituto da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Graduado em Licenciatura Plena em Geografia pela UEPA. Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável pelo Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA) do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

E-mail: dericklima16@hotmail.com

Fabiano de Oliveira Bringel

Professor doutor do curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade do Estado do Pará (UEPA) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) do Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE) da UEPA. Coordenador do projeto Memorial de Luta Popular em Belém do Pará (MLPB).

E-mail: fabianobringel@uepa.br

Fernanda Tamie Isobe Lima

Apreciadora das Artes e psicóloga formada pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Tem publicações em revistas literárias do Pará e da Paraíba, além de ter lançado recentemente dois poemas no VI Anuário de Poesia Paraense.

E-mail: isobefernanda@gmail.com

Giancarlo Livman Frabetti

Professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP).

E-mail: giancarlofrabetti@gmail.com

Ingridy Cristina de Jesus Ferreira

Geógrafa pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Especialista em Extensão Rural, Sistemas Agroalimentares e Ações de Desenvolvimento (AGIS) pelo Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável (MAFDS) do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA/INEAF/UFPA). Atualmente, tem trabalhado na discussão de justiça socioambiental, gênero e no debate da casa comum. Também integra a coordenação do Comitê Dorothy Vive.

E-mail: ingridgeografia@outlook.com



José Raimundo Barreto Trindade

Professor e pesquisador Associado III do Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE/UFPA).

E-mail: jrtrindade@ufpa.br

Luana Carina Moraes Machado

Professora especialista em ensino de Geografia na Amazônia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA) e comunicadora social.

E-mail: luanamoraes.geo@hotmail.com

Márcio Douglas Brito Amaral

Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Adjunto da Universidade Federal do Pará (UFPA) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFPA).

E-mail: marcioamaral29@gmail.com

O Movimento de Organização de Base (MOB-Pará)

Somos um movimento social que busca, a partir da mobilização do **povo organizado**, lutar na reivindicação dos direitos e das necessidades mais imediatas do nosso povo, seja na educação, saúde, cultura, trabalho etc. Acreditamos também que existem iniciativas de **organização** popular e comunitária de nossa classe que criam espaços de luta, resistência e de socialização, como associações e centros comunitários, atividades culturais, organizações de base, iniciativas de produção coletiva e outros. Nos bairros, periferias, favelas, ocupações, no local de trabalho ou de estudo, estas iniciativas e espaços devem ser estimulados e apoiados, sendo fundamentais para se criar as condições de fortalecimento do **protagonismo do povo** e do **poder popular** nas lutas cotidianas. Assim, no presente, com base nos acúmulos anteriores, vamos construindo nosso futuro, com igualdade, independência e autonomia política e econômica, organização e luta, caminhando para uma sociedade igualitária, livre e fraterna!

Site: <https://organizaodebase.wordpress.com/>

Rayanne de Souza Carvalho

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

E-mail: rayannecarvalho.geo@gmail.com

Sérgio Luís Barbosa da Silva

Geógrafo pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade do Estado do Pará (UEPA).

E-mail: sergio.2011geo@gmail.com



Vandyson Cleiton Pina Costa

Geógrafo. Mestre em Ensino de Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

E-mail: vandysonge@gmail.com

Yasmim Pereira Yonekura

Graduada em Letras - Licenciatura Plena em Língua Inglesa - pela Universidade do Estado do Pará (2014). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Estudos Culturais. Mestre e doutora em Estudos Linguísticos e Literários pelo Programa de Pós-Graduação em Inglês da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Trabalha como servidora técnico-administrativa no Colégio de Aplicação da UFSC.

E-mail: yasmimdeschain@gmail.com



ÍNDICE REMISSIVO

A

Amazônia, 9, 10, 12, 16, 21, 23, 25, 28, 29, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 40, 50, 57, 86, 91, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 106, 117, 118, 119, 132, 137, 138, 139, 140, 156, 157, 172, 173, 175, 176, 182, 184

B

Belém, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 65, 66, 68, 69, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 81, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 128, 129, 133, 136, 137, 138, 139, 141, 144, 145, 146, 148, 149, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 174, 177, 178, 179, 180, 183

Belém do Pará, 7

C

comunidade, 15, 30, 36, 106, 110, 125, 157, 159, 176
conflitos urbanos, 8, 13, 24, 31, 56

D

direitos, 13, 14, 15, 16, 19, 25, 29, 32, 33, 45, 51, 75, 81, 84, 91, 126, 147, 149, 158, 159

E

Educação, 8, 14, 25, 26, 44, 75, 76, 87, 88, 89, 135, 137, 183
espaço, 8, 9, 11, 14, 15, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 49, 52, 53, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 66, 70, 71, 72, 73, 74, 78, 80, 81, 84, 86, 96, 97, 98, 99, 101, 104, 108, 109, 112, 115, 116, 121, 125, 127, 130, 131, 138, 142, 144, 145, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 172, 175

G

Geografia, 9, 15, 34, 35, 36, 37, 44, 60, 72, 73, 80, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 112, 113, 115, 116, 137, 138, 141, 162, 182, 183, 184

H

história, 12, 14, 37, 39, 91, 93, 100, 101, 103, 106, 110, 111, 113, 117, 141, 142, 144, 147, 148, 156, 158, 172, 174

I

identidade, 8, 15, 16, 36, 91, 93, 94, 125, 126, 162, 172

L

lugar, 35, 84, 85, 87, 102, 104, 113, 116, 117, 122, 136, 143, 145, 153, 170, 182

luta popular, 8, 11, 13, 16, 17, 19, 20, 41, 44, 86

M

memória, 7, 8, 12, 15, 91, 92, 93, 97, 98, 99, 104, 115, 120, 122, 132, 137, 139, 140, 175

memórias, 11, 14, 17, 30, 33, 57, 132, 135

modo de vida, 12, 14, 21, 55, 61, 130

Movimentos, 8, 9, 13, 16, 22, 23, 25, 34, 36, 57, 137

movimentos sociais, 6, 8, 12, 13, 14, 15, 19, 20, 23, 26, 27, 28, 31, 33, 35, 37, 47, 55, 57, 72, 74, 84, 86, 97, 126, 127, 130, 136, 137, 147, 149, 159

Movimentos sociais, 7, 8, 13, 22, 34, 36, 57

P

paisagem, 39, 44, 61, 68, 70, 107, 116

Pará, 6, 8, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 22, 23, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 40, 42, 44, 45, 56, 57, 58, 60, 72, 78, 81, 83, 84, 86, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 107, 109, 117, 118, 119, 120, 122, 124, 129, 130, 131, 132, 135, 137, 138, 139, 141, 142, 149, 157, 159, 160, 161, 162, 172, 174, 176, 182, 183, 184, 185

políticas públicas, 9, 15, 21, 103, 119, 120, 124, 126, 127, 130, 136, 138, 139, 162

popular, 8, 10, 11, 14, 15, 17, 20, 25, 26, 31, 34, 35, 40, 43, 51, 60, 61, 70, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 98, 118, 131, 137, 141, 142, 143, 145, 147, 151, 159, 176

R

reforma agrária, 13, 118, 119, 121, 126, 127, 128, 131, 136, 137

Resistência, 8, 13, 15

RMB, 7, 8, 13, 18, 43, 48, 49, 118, 119



S

social, 8, 14, 20, 21, 23, 26, 31, 32, 36, 40, 45, 47, 48, 52, 53, 62, 71, 72, 74, 75, 77, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 91, 93, 96, 97, 98, 101, 105, 109, 115, 116, 128, 136, 139, 145, 146, 150, 157, 158, 161, 184
sócio-espacial, 12, 14, 17, 19, 22, 23, 29, 31, 49, 54, 73, 118, 162

T

territorialidades, 8, 12, 14, 19, 57, 59, 70, 125, 131, 155
território, 16, 41, 73, 90, 91, 93, 94, 95, 98, 118, 121, 124, 125, 127, 130, 137, 142, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162

transporte público, 8, 14, 26, 40, 41, 44, 45, 51, 53, 54, 55, 56, 58

U

urbano, 8, 12, 14, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 49, 52, 54, 55, 56, 58, 75, 86, 96, 97, 98, 99, 115, 118, 122, 123, 135, 146, 171

V

vulnerabilidade, 8, 14, 31, 60, 62, 70, 71, 83



